



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM
HUMANIDADES**

WILLIAM AUGUSTO PEREIRA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO UNIÃO E
CONSCIÊNCIA NEGRA (GRUCON) E A
ATUAÇÃO INTELECTUAL NO
RECONHECIMENTO DA PRESENÇA NEGRA NO
ESTADO DO CEARÁ (1982-2022)**

ACARAPE
2025

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DO GRUPO UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA
(GRUCON) E A ATUAÇÃO INTELECTUAL NO RECONHECIMENTO DA
PRESENÇA NEGRA NO ESTADO DO CEARÁ (1982-2022)**

Dissertação apresentada ao mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), vinculado ao Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catálogo de Publicação na Fonte.

Pereira, William Augusto.

P496h

História e memória do Grupo União e Consciência Negra GRUCON e a atuação intelectual no reconhecimento da presença negra no estado do Ceará 1982-2022 / William Augusto Pereira. - Redenção, 2026.

167f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Redenção, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes.

1.Intelectuais. 2.Identidade negra. 3. Negros - Ceará. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.89608131

Apresentada em: 05 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ARILSON DOS SANTOS GOMES**
Data: 23/07/2025 11:42:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 **EDSON HOLANDA LIMA BARBOZA**
Data: 25/02/2026 19:50:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 **MARIA TELVIRA DA CONCEICAO**
Data: 19/08/2025 20:21:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Maria Telvira Conceição Universidade Regional do Cariri (Urca)

Documento assinado digitalmente
 **VERA REGINA RODRIGUES DA SILVA**
Data: 29/07/2025 09:14:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

A Deus Nazambi

A minha família Lúcia Simão (in memoriam)
companheira, Ítalo Rubens, Cristiano Simão e
Francisco Estevão.

RESUMO

A história do movimento negro contemporâneo no Ceará inicia, em 1982, com a fundação do Grupo de União e Consciência Negra mediante o despertar de intelectuais negros e negras que moldam nova narrativa sobre a discussão racial local e parte a reconstruir uma identidade negra que eleve a autoestima das populações negras no Ceará, visão que contraria a elaboração de intelectuais que manusearam a questão racial no Estado disseminando a ideologia da invisibilidade. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é demarcar o papel do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) como uma ferramenta de resistência, luta e resiliência no processo social e cultural do Ceará, desde a sua fundação até o ano de 2022. Os conceitos que fundamentam o trabalho são: intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1980), negritude (MUNANGA, 1988), memória (NASCIMENTO, 1989), raça (GOMES, 2005), identidade negra (GOMES, 2005), pretagogia (PETIT, 2015), preconceito racial (BERND, 1994), maracatu (CRUZ, 2008), Subalterno (ADESINA, 2006), verdade (FANON, 1968), organizações negras (CAMPOS, 2006) discriminação racial (TEIXEIRA, 1992), entre outros. A metodologia utilizada neste trabalho é da natureza qualitativa onde buscamos informações e dados e a interpretaremos a partir de uma análise qualitativa, autobiográfica, entrevistas orais semi estruturadas com fundadores do Grucon, e bibliográfica, com revisão de literatura. O Grucon não só ajudou a educar a sociedade cearense sobre o impacto e a relevância da cultura negra, mas também criou espaços de diálogos e resistências para a juventude negra, oferecendo oportunidades de organização e conscientização sobre suas próprias histórias e papéis na sociedade. Essa atuação intelectual foi crucial para o empoderamento da população negra, promovendo uma autoestima coletiva que, por muitas vezes, foi sufocada pelo racismo e pela marginalização histórica.

Palavras chaves: Intelectuais, lideranças negras, Grucon, Movimento Negro, Ceará

ABSTRACT

The history of the contemporary black movement in Ceará begins in 1982 with the founding of the Grupo de União e Consciência Negra (Black Union and Consciousness Group) through the awakening of black intellectuals who shape a new narrative about the local racial discussion and set out to rebuild a black identity that raises the self-esteem of black populations in Ceará, a vision that contradicts the elaboration of intellectuals who handled the racial issue in the State by disseminating the ideology of invisibility. Therefore, the general objective of this work is to demarcate the role of the Black Union and Consciousness Group (GRUCON) as a tool of resistance, struggle and resilience in the social and cultural process of Ceará, from its foundation to 2022. The concepts that underpin the work are: organic intellectuals (GRAMSCI, 1980), blackness (MUNANGA, 1988), memory (NASCIMENTO, 1989), race (GOMES, 2005), black identity (GOMES, 2005), pedagogy (PETIT, 2015), racial prejudice (BERND, 1994), maracatu (CRUZ, 2008), Subalterno (ADESINA, 2006), truth (FANON, 1968), black organizations (CAMPOS, 2006) racial discrimination (TEIXEIRA, 1992), among others. The methodology used in this work is qualitative in nature, where we seek information and data and interpret them based on a qualitative, autobiographical analysis, semi-structured oral interviews with Grucon founders, and bibliographic analysis, with a literature review. Grucon not only helped educate Ceará society about the impact and relevance of black culture, but also created spaces for dialogue and resistance for black youth, offering opportunities for organization and awareness about their own stories and roles in society. This intellectual activity was crucial for the empowerment of the black population, promoting a collective self-esteem that, many times, was stifled by racism and historical marginalization.

Keywords: Intellectuals, black leaders, Grucon, Black Movement, Ceará

AGRADECIMENTOS

A travessia que me trouxe até aqui é longa e feita de muitas vozes, passos e memórias. Nenhuma linha desta dissertação existiria sem a força dos meus ancestrais, aqueles e aquelas que abriram os caminhos, muitas vezes em silêncio, muitas vezes sob dor, mas sempre com dignidade. A eles e elas, meu eterno respeito e gratidão — sou porque foram.

Agradeço com todo o coração à minha família, especialmente à minha esposa, Maria Lúcia Simão Pereira e os filhos Ítalo Rubens, Cristiano Simão e Francisco Estevão e também ao sobrinho Matheus Ravi e sua mãe Cleide, presenças firmes e amorosas, que me ensinaram a resistir com ternura e a caminhar com fé, mesmo diante das incertezas. Suas sabedorias cotidianas foi, e continua sendo, farol em minha jornada. Às comunidades negras do Ceará — território de luta, de memória, de afeto e de futuro —, meu reconhecimento profundo. Cada passo meu foi nutrido pela força coletiva de um povo que, mesmo diante das ausências e apagamentos, segue inventando vida com beleza e coragem. Em especial, agradeço ao movimento negro cearense, onde aprendi o valor da palavra partilhada, da luta coletiva e da afirmação de nossas existências como ato político e poético. Aos entrevistados José Hilário Ferreira Sobrinho, Alex Ratts, Cleide Simão e Lúcia Simão. Ao Maracatu Nação Iracema pela força e inspiração vinda das loas e do movimento social.

Aos professores do mestrado Interdisciplinar em Humanidades - Unilab, pelo compromisso de repassar um conhecimento crítico e alimentar nossos sonhos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Arilson dos Santos Gomes, deixo um agradecimento especial. Sua escuta atenta, seu rigor intelectual e sua sensibilidade foram fundamentais para que este trabalho tomasse forma. Mais do que um orientador, foi um companheiro de reflexão e um incentivo constante ao meu processo de pesquisa e autoconhecimento.

A todas, todos e todes que caminharam comigo nesta jornada — visíveis ou invisíveis —, meu agradecimento mais sincero. Esta pesquisa é fruto de muitas mãos e corações.

À banca avaliadora, que desde a qualificação contribuiu para otimizar e

enriquecer a pesquisa composta pelos professores Profa. Dra. Maria Telvira Conceição (Urca) e Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barbosa (coordenador do MIH - Unilab) e Profa. Vera Regina Rodrigues da Silva.

IMAGENS

FOTO 1 - Intelectuais do Sistema	21
FOTO 2 - No detalhe - Dragão do Mar	21
FOTO 3 - Jornal do órgão da Sociedade Cearense	27
FOTO 4 - Articulação do movimento negro cearense em 1984	55
FOTO 5 - 1ª conferência de Promoção Igualdade Racial	56
FOTO 6 - Maria Lúcia Simão Pereira	58
FOTO 7 - Intelectuais do Grucon	61
FOTO 8 - Boletim do Grupo de união e consciência negra	65
FOTO 9 - Grupo Palmares	72
FOTO 10 - Intelectuais do grucon	75
FOTO 11 - Intelectuais do Grucon	90
FOTO 12 -Autores e ideias	100
FOTO 13 - Alex Ratts	108
FOTO 14 - Mulheres negras	117
FOTO 15 - Cleide Simão	117
FOTO 16 - Lúcia Simão relatos	122
FOTO 17 - BECE - Biblioteca Estadual do Ceará	123
FOTOS ANEXOS	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DESCORTINANDO UM CENÁRIO INVISÍVEL INTELECTUAL	
DA PRESENÇA NEGRA NO CEARÁ	17
1.1. Abolicionismos e República: antecedentes da obra de Antônio Bezerra de Menezes (1906) e sua tese sobre a presença negra e africana no Ceará	19
1.2. Djacir Lima de Menezes, filosofia, escola culturalista e “O outro Nordeste”	37
1.3. Parsifal Barroso, o intelectual político e suas considerações	49
2. ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO CEARÁ	55
2.1. O movimento negro contemporâneo no Ceará: a origem do Grucon	57
2.2. O Grucon, as mulheres negras e o reconhecimento dos quilombos e dos quilombolas no Ceará	66
2.3 A importância do Maracatu para a afirmação da identidade negra cearense	72
3. TRAJETÓRIAS INTELECTUAIS DOS MEMBROS E MEMBRAS DO GRUCON (GRUPO DE UNIÃO E CONSCIÊNCIA NEGRA)	90
3.1. Trajetórias Negras e a importância da educação para a afirmação racial	91
3.2. A Pesquisa e os intelectuais negros do Grucon	98
3.2.1. A trajetória do Professor Hilário Ferreira	99
3.2.2. Alex Ratts e sua presença no Grupo	106
3.3 Pesquisa e as intelectuais negras do Grucon	117
3.3.1. Maria Cleide Simão Freire, a educadora social	117
3.3.2 Maria Lúcia Simão, a referência	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
BIBLIOGRAFIA	135
ANEXOS: Uma memória visual das experiências dos sujeitos do Grucon	148

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a História e memória do Grupo de União e Consciência Negra – (GRUCON) e a atuação Intelectual no reconhecimento da presença negra no Estado do Ceará no período de 1982 data do surgimento do Grucon até 2022 quando o mesmo completou 40 anos de existência. Ele emergirá na direção da interdisciplinaridade, isto é, utilizaremos foco da História e da Antropologia, por se tratar do objeto que contempla esses dois mundos. Autores, autoras e pesquisadores da UNILAB como Larissa Oliveira e Gabarra (2022), Arilson dos Santos Gomes (2008), Edson Holanda Lima Barboza (2013), Geórgia Maria Feitosa e Paiva (2018), além de Nilma Lino Gomes (2005), Kabengele Munanga (2004), Achille Mbembe (2014), Almir Leal de Oliveira (2001), Joelma Gentil (2012), Alex Ratts (1998), Hilário Ferreira (2005), Rosa Barros (1995), dentre outros, têm tratado do tema o que nos faz aprimorar no decorrer deste mestrado. Nesse sentido o objeto apresentado para a pesquisa é o Grucon. Daí apresentamos o problema, qual seja: como a intelectualidade cearense invisibilizou, apagou a presença da população negra no Ceará e as resistências dos intelectuais negros para afirmar essa identidade?

A partir dele (GRUCON) pode-se demarcar o seu papel político na história e memória dos intelectuais negros cearenses por persistir no reconhecimento da presença negra no Ceará. A pesquisa utilizará a metodologia qualitativa por ela responder a questões muito particular, isto é, o nível de realidade pesquisado não poderá ser quantificado, ou seja, a pesquisa circunstanciará no universo dos motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. O espaço histórico da pesquisa corresponderá as relações, dos processos e dos fenômenos. No primeiro olhar entende-se a redução à operacionalização de variáveis do projeto.

Porém, na inserção dos elementos, como: 1) intelectuais negros que compõem o Grucon, e, 2) intelectuais do sistema que invisibiliza a raça negra cearense. Com esses novos elementos nos deparamos com variável do problema, isto é, qual o propósito dos intelectuais do sistema invisibilizar a raça negra no Ceará? E, como fizeram isso? Pretendemos atinar se a invisibilidade da população negra é vista ou representa pelos intelectuais negros do Grucon.

A história do movimento negro contemporâneo no Ceará inicia com a fundação do Grupo de União e Consciência Negra mediante o despertar de intelectuais negros e negras

que reedifica historicamente. nova narrativa sobre a discussão racial local e parte a reconstruir uma identidade negra que eleve a autoestima do negro e da negra no Ceará.

Seria a busca de novo Ôri, conforme se fundamenta em Beatriz Nascimento (1989), que interpreta o movimento a partir de um lugar de fala profundamente enraizado na história africana e afro-brasileira. E conforme explicitado por ela o registro vai além do fato histórico, ele é uma tentativa de reorganizar a memória coletiva negra e de produzir saberes que foram silenciados pela história oficial branca e colonial.

O quilombo que pretendemos demarcar nessa pesquisa alicerçado na referencia de Beatriz Nascimento (1989) ao quilombo como ideia central, não apenas como referência histórica à resistência negra durante a escravidão, mas como um projeto de futuro. Para Beatriz Nascimento (1989) e conforme Reis (2020):

o quilombo é um espaço simbólico e político de produção de identidade, resistência e permanência. Ele aparece como um modelo de reorganização social e de reconstrução subjetiva frente à destruição provocada pela escravização e pelo racismo estrutural. (Reis, 2020, p.18).

Assim o Ôri, aqui apontando para uma cosmovisão africana onde a cabeça não é apenas sede do pensamento, mas também ponte com o transcendental. Nascimento (1989) ressignifica esse conceito para propor uma articulação entre memória, identidade, corporeidade e ancestralidade.

O “Ôri” torna-se, assim, metáfora de uma identidade negra em reconstrução, mas também de uma conexão espiritual e existencial com a terra e os antepassados. Ao propor Ôri como “uma forma de produção identitária para os negros em diáspora”, Nascimento reconhece o valor da memória como prática política. Em um mundo onde a história oficial apaga ou marginaliza as experiências negras, resgatar o passado e religá-lo ao presente é um gesto revolucionário.

A autora propõe um verdadeiro projeto de cura e reconstrução identitária para os povos negros, fundamentado em saberes africanos, na ancestralidade e na memória. Sua abordagem nos convida a pensar o corpo negro não mais como marca de dor e subalternidade, mas como território de conhecimento, força e autonomia.(Ôri, 1989 s.p, Apud Reis, 2020).

Como propõe Nascimento(1989):

o corpo seria o grande guardião da memória e o indivíduo seria sujeito e objeto de si mesmo. Os corpos dos negros espelhariam entre si e os corpos se reconheceriam pelo contraste e pelo movimento ou deslocamento do corpo que carrega consigo um território abstrato, uma terra firme no “continente da memória”. A construção da imagem corporal no psiquismo também é a construção do Eu (que é comparado com a pele, isto é, a parte mais visível). Essa construção se dá tanto pela visão dos semelhantes quanto pela audição das histórias a respeito de si mesmo. São narrativas de um sujeito complexo que carrega consigo o quilombo e a senzala e seu corpo pode estar em movimento ou aprisionado, o seu “eu” pode estar ainda no cativeiro ou na liberdade da fuga. (Apud Reis, 2020. p. 15).

Segundo Reis (2020):

Nas reflexões de Beatriz Nascimento, Ôrí, dessa forma, propõe pensar a identidade individual e coletiva da população negra através de uma narrativa de encontro entre uma reconstrução da dignidade e o passado dos descendentes de escravizados, um projeto de humanização do negro e continuidade cultural para o futuro que produz uma identidade entre “eu e meus próximos” no momento presente. (Reis, 2020, p. 16).

Ademais, é possível pensar que o Ôrí pode ser uma forma de reconhecimento de si, tal como propõe Saldanha (2009) ao trabalhar o conceito proposto por Ricoeur (2007). No reconhecimento de si, “o homem afirma-se e atesta-se como sujeito corpóreo, de carne e osso, capaz de se designar, de agir, de narrar a história da sua vida e de se apresentar e assumir como autor responsável pelos seus atos” (Saldanha, 2009, s.p. Apud Reis, 2020, p.20).

Será, também, com esse viés que me coloco nessa pesquisa. Sou William Augusto Pereira um intelectual do Movimento Negro no Ceará. Com uma trajetória significativa na promoção da consciência racial e na luta por direitos da população negra. Iniciei minha caminhada sociopolítica em 1983, integrando o Grupo de União e Consciência Negra, organização que desempenhou um papel crucial na articulação de demandas sociais e na valorização da cultura negra no Estado. Participei ativamente de eventos culturais e literários no Ceará e no Brasil, contribuindo com reflexões e debates sobre a situação da população negra no Ceará. Visitamos agrupamentos negros, comunidade negras para identificar e dar razão a caminhada. Além disso, escrevia nossos passos que me rendeu como autor de diversos textos que abordam a realidade racial, explorando temas como discriminação, identidade, raça negra e resistência negra no contexto cearense.

Ao longo da minha trajetória, participei em iniciativas que promovem o reconhecimento e a valorização das contribuições culturais negras, ajudando a fomentar espaços de debate, produção artística e preservação da memória negra. Montamos desde 1984 a Semana da Consciência Negra e organizamos eventos e ações educacionais até a

articulação de redes de apoio que incentivam o protagonismo da população negra, especialmente no que tange à cultura, literatura e artes, criando assim canais que ampliam a voz e a presença negra na sociedade cearense.

Fui na trajetória do Grucon, também, presidente da organização durante seu percurso, contribuindo para o fortalecimento do movimento negro no Ceará.

Atualmente, desempenhou um papel relevante no desenvolvimento do Maracatu Nação Iracema, um importante grupo cultural que resgata e promove tradições negras, com destaque para o maracatu, uma manifestação artística que simboliza a resistência e a riqueza da cultura negra.

Por que estou aqui na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) no mestrado Interdisciplinar em Humanidades? A justificativa parece ser simples, mas participei enquanto cidadão e membro de uma organização negra na construção. Lembro que o deputado Eudes Xavier nos comunicava quanto ao andamento da implantação da UNILAB no Ceará que foi, também frutos do esforços do Movimento Negro Cearense nesse sentido:

O Sr. EUDES XAVIER (PT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Deputados e Deputadas, venho a esta tribuna para destacar a ação do Presidente Lula relacionada ao tema da educação. Nesta Casa tramita projeto de iniciativa do Executivo, o Projeto de Lei nº 3.891, de 2008, que trata da criação da Universidade Luso-Afro-Brasileira, a chamada UNILAB, que será instalada no Estado do Ceará, no Município de Redenção. No dia 25 deste mês, haverá no município uma audiência pública com a Comissão de Instalação da UNILAB, que tem à frente o Prof. Paulo Speller, do MEC, para tratar da instalação do campus da Universidade Luso-Afro-Brasileira. Nesse sentido, Sr. Presidente, nobres colegas da Comissão de Educação e Cultura, gostaríamos muito que, por todo este mês e no mês seguinte, a nossa Comissão, que tem à frente a Deputada Maria do Rosário, analisasse esse projeto e que o mesmo fosse encaminhado à votação. Em sua primeira etapa, na Comissão de Trabalho, tivemos oportunidade de relatar esse projeto, que foi aprovado por unanimidade dos Deputados e Deputadas. O projeto trata da criação de uma universidade que tem integração internacional, principalmente com os países de língua portuguesa do continente africano. A UNILAB ofertará cursos de formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão em saúde pública e demais áreas estratégicas. Registro o apoio do Sr. Governador Cid Gomes. O aparato oficial do nosso Governador dá impulso para que o projeto de implantação da UNILAB seja realmente realizado entre 2009 e 2010. (Câmara dos Deputados, 2009, em 17 de março.).

Sinto que a UNILAB é um espaço que nos enche de orgulho como negras e negros brasileiros e nos emociona ao saber que fazemos parte da construção de sua história. É uma honra estar cursando o mestrado em uma instituição que oferece uma nova perspectiva sobre a realidade e, de forma dialética, acolhe visões divergentes, o que só enriquece a vida. O Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB tem um papel fundamental

no desenvolvimento social e cultural da população que vive no entorno da universidade. Ao promover uma formação crítica e plural, o curso oferece aos estudantes a oportunidade de compreender e transformar a realidade local, abordando questões relacionadas à desigualdade, identidade negra, movimento negros racismo, raça, cultura, e direitos humanos, sempre em diálogo com as realidades globais.

Essa interação entre a universidade e a comunidade gera frutos importantes. Primeiro, há uma valorização e reconhecimento dos saberes locais, pois o curso incentiva a pesquisa e o engajamento com temas que impactam diretamente a vida da população. Além disso, o mestrado forma profissionais capacitados para atuar em diferentes áreas, seja na educação, na cultura ou em políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento regional. diferentes origens, ampliando o entendimento de questões sociais e culturais que afetam tanto a região quanto outras realidades globais, especialmente considerando o caráter internacional da UNILAB. Isso fortalece laços comunitários, promove inclusão social e capacita as pessoas a serem agentes de mudança em suas próprias comunidades. Assim me sinto.

Na atualidade do momento, a função de presidente da Academia Afro cearense de Letras (AAFROCEL), uma instituição dedicada à valorização da literatura negra e ao reconhecimento dos escritores negros e negras, promovendo o diálogo cultural e a preservação da história e das tradições negras no Ceará. Assim construí minha família.

Utilizaremos nesta pesquisa conceitos norteadores sobre: intelectualidade, raça, racismo, identidade negra, organizações negras, movimento negros, cearensidade.

O Objetivo Geral deste estudo é demarcar o papel do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) como uma ferramenta de resistência, luta e resiliência no processo social e cultural do Ceará.

No objeto deste trabalho habita uma identidade entre sujeito e objeto. Existe um substrato comum de identidade - com o pesquisador - tornando-o solidariamente imbricados e comprometido como lembra Lévi-Strauss (1975): numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação” . (Lévi-Strauss, 1975. p. 215).

Objetivo Específicos, são:

a) Identificar o intelectual orgânico negro, sua trajetória sócio política na afirmação da existência da raça negra no Estado do Ceará;

b) Contextualizar o pensamento racial da invisibilidade negra na historiografia tradicional cearense;

c) Destacar intelectuais do Grucon que deram ênfase ao critério político social do movimento negro no Ceará.

O Grucon não só priorizou a educar a sociedade cearense sobre o impacto e a relevância da cultura negra, mas também criou espaços de diálogo e resistência para a juventude negra, oferecendo oportunidades de organização e conscientização sobre suas próprias histórias e papéis na sociedade. Essa atuação intelectual foi crucial para o empoderamento da população negra, promovendo uma autoestima coletiva que, por muitas vezes, foi sufocada pelo racismo e pela marginalização histórica.

De modo específico ao identificar no intelectual orgânico negro que ao longo de sua Estado do Ceará, promovendo o reconhecimento da presença e da contribuição histórica e cultural da população negra na sociedade cearense, no seu poder de dar nova forma ao processo racial no Ceará no já existente (a raça negra) com o intuito de superar padrões (comportamentais, psíquicos, estéticos, morais, ideológicos, raciais) e que estavam condicionados a se manter “no seu lugar” por alienação ideológica, cultural e social; A metodologia utilizada neste trabalho é da natureza qualitativa, como já frisamos, onde buscamos informações e dados e a interpretaremos a partir de uma análise qualitativa, autobiográfica, entrevistas orais com fundadores do Grucon, semiestruturadas e bibliográfica com abordagem interpretativista para que se possa ter uma memória salutar do contexto.

A sistematização do trabalho obedecerá um critério político; no capítulo um – identificaremos e definiremos os intelectuais do sistema, como Bezerra (1906), Menezes (1937) e Barroso(1969), e que criam a ideologia da invisibilidade após abolição dos negros escravizados no Ceará, que é uma ideologia de propagar que no Ceará não havia negros, Bezerra (1906) empregado pela elite do estado e fazendo com que as comunidades negras, ou agrupamentos, ou territórios negros, desapareçam das estatísticas do governo cearense como um passe de mágica, ressurgindo nos anos 80 (GRUCON) com a resistência do movimento social negro cearense.

No capítulo dois - alinhavamos a participação dos intelectuais orgânicos negros. Surge com a resistência o Grucon - Grupo de União e Consciência Negra. Ao longo dos quarenta anos do Grucon (1982-2022), a atuação de seus membros intelectuais orgânicos consolidou uma trajetória de resistência, valorização da negritude e enfrentamento do racismo. E neste capítulo identificamos uma ferramenta da massa, o maracatu. E é aqui a identidade negra a aflorar.

No capítulo três – a ênfase será dada às trajetórias intelectuais dos membros do Grucon. Lideranças como Lúcia Simão terá destaque por ter ido contra esse silêncio histórico corrosivo que é o apagamento da raça negra no Ceará. Faremos entrevistas com outros membros do grupo, como Hilário Ferreira, Alex Ratts e Cleide Freire. Nosso campo de estudo é histórico e antropológico.

1. DESCORTINANDO UM CENÁRIO INVISÍVEL INTELECTUAL DA PRESENÇA NEGRA NO CEARÁ

Este capítulo terá como objetivo específico compreender como os intelectuais do sistema - Antônio Bezerra de Menezes (1906), Djalma Lima de Menezes (1937) e Parsifal Barroso (1969), teceram argumentos para invisibilizar a presença negra no Ceará. Utilizaremos como consulta os livros “O Ceará e os cearenses” de Antônio Bezerra(1906), “o outro nordeste” de Djalma Menezes e “O cearense” de Parsifal Barroso (1969).

A história é sempre um campo de disputas. O que se escolhe narrar, quem se escolhe lembrar — ou silenciar — revela não apenas o passado, mas os interesses e ideologias do presente de quem escreve. No caso da população negra cearense, a produção intelectual de nomes como Antônio Bezerra de Menezes (1906), Djalma Lima de Menezes (1937) e Parsifal Barroso (1969) exemplifica explicitamente esse processo.

Ao longo de diferentes décadas, esses autores, com seus prestígios e espaços institucionais, construíram um Ceará imaginado onde a negritude é, sistematicamente, colocada às margens ou simplesmente apagada da narrativa fundacional da identidade local.

Antônio Bezerra (1906), em “O Ceará e os cearenses”, escreveu em um momento em que o país tentava afirmar uma ideia de civilização calcada em valores europeus. Seu discurso, marcado por uma exaltação quase mística da mestiçagem como fator de pureza e não de conflito, idealiza um povo cearense branco, laborioso e heroico — um povo cuja identidade estaria descolada da herança africana.

O silêncio sobre a escravidão, a resistência negra e os quilombos não é acidental, mas parte de uma estratégia política positivista e naturalista¹ que tenta afirmar um Ceará civilizado às custas da negação da sua complexidade étnica².

¹ Os naturalistas viajantes têm características que vão para além do trabalho teórico, para além do texto escrito. Eles experimentam a natureza, aguçando os sentidos da visão, olfato, paladar, fundamentais, segundo alguns cientistas do período, para o desenvolvimento de reflexões mais precisas sobre o mundo natural. Alexander Humboldt era adepto dessa corrente de pensamento, alegando a importância das viagens para o aprimoramento do conhecimento científico. (MOREIRA, 2012. Em Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História - UFC. Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012).

² Assim agiu Antônio Bezerra de Menezes, em 1884 recebe um convite do governo provincial para viajar à região norte da província do Ceará para mapear as especificidades de cada localidade, e assim ele fez. E Moreira (2012) afirma: o tipo de escrita também é uma forma de identificar o naturalista viajante. É necessário que ele descreva a natureza de forma inteligível, comparando-a e especificando-a de acordo com características geomorfológicas de cada localidade, além de chamar a atenção para a interação entre homem e mundo natural. Para tanto, muitos naturalistas lançam mão de descrições literárias, no intuito de registrar a natureza em sua totalidade. (Ibidem, p.869).

Djagir Menezes (1937), em “*O outro Nordeste*”, ao propor uma distinção entre o nordeste árido, resistente e “valente” é aquele marcado por traços de “degeneração” associados ao litoral açucareiro, reforça uma geografia moral e racializada do Brasil.

A invisibilidade da população negra no Ceará aparece aí como uma suposta evidência de uma superioridade étnica local. Sua narrativa não apenas desconsidera a presença negra como nega sua contribuição histórica, cultural e política para a formação da sociedade cearense.

Já Parsifal Barroso (1969, p. 44), em “*O Cearense*”, retoma e reforça essa ideia de um povo miscigenado em termos biológicos, mas branco em termos simbólicos. Ao descrever o cearense como um “cabeça chata” expressa: [...] “ousar admitir essa conclusão [...] possa afetar a suposta ponderabilidade lusa na formação étnica do “cabeça-chata”, mas firmando na evidência de que nenhum dos mínimos de miscigenação se tornou ponderável no conjunto das etnias básicas, de modo a substituir a contribuição africana”. (Barroso, 1969, p. 44).

Ele perpetua a imagem de um tipo ideal que parece não ter cor — ou melhor, cuja cor é imaginariamente branca. A negritude é, mais uma vez, colocada como ausente, uma ausência que, no entanto, só se sustenta por um esforço ativo de apagamento.

Esse processo de invisibilização não é inócuo: ele molda o senso comum, influencia políticas públicas, legítimas exclusões.

Ética e historicamente, é preciso confrontar essas narrativas. Revelar os silêncios desses textos é também um ato de justiça para com as/os intelectuais históricos negros e negras que, desde o período colonial, constroem o Ceará com seus corpos, suas resistências e suas culturas.

Revisitar esses intelectuais do sistema não é apenas desvelar seus limites e ideologias. É, sobretudo, uma oportunidade de recuperar vozes, memórias e presenças que foram caladas por narrativas a nível de senso comum pretensamente neutras, mas profundamente racistas. É preciso questionar: que Ceará é esse que se narra? E quem ficou de fora dessas narrativas?

A ética da memória exige não apenas lembrar, mas recontar para demarcar — com coragem crítica e compromisso com a verdade.

1.1 Abolicionismos e República: antecedentes da obra de Antônio Bezerra de Menezes (1906) e sua tese sobre a presença negra e africana no Ceará.

A história das populações negras no Ceará, no século XIX, foi contada na ótica do opressor branco, intolerante, mitômano, simulado e parcial dos grupos intelectuais (militares, políticos, empresários) alinhados a uma elite conservadora carbonária. Pertencentes a ideologia positivista os quais constituíam grupos ligados a partidos políticos com fortes interesses particulares, alheios à questão da raça negra no Ceará³. Situação que inicia antes e se intensifica no pós-abolição.

Na foto 1 a seguir, podemos observar a formação da Sociedade Cearense Libertadora, formada majoritariamente por homens brancos, isto é, existe apenas um negro na composição da sociedade que era Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar.

Segundo José Hilário Sobrinho (2011), não é de se estranhar que se tenha fabricado um líder ou herói para o movimento dos jangadeiros. Nesse contexto, portanto, é que se deve compreender o aparecimento do herói Dragão do Mar.

E acrescenta Sobrinho (2011):

Entre Antônio Napoleão e Francisco José do Nascimento não havia essa preocupação de serem líderes ou heróis de algum movimento. Essa era uma postura anacrônica e equivocada, herdeira de uma história conservadora que não se preocupava em dialogar com a documentação e que silenciava sobre as lutas dos que estavam debaixo, interessando-se apenas, pelas conquistas e feitos de indivíduos que ela elege como grandes homens. Por isso, ao indicar para o seu lugar o amigo Francisco José do Nascimento - o Chico da Matilde, Napoleão foi apagado da história. E, após Nascimento aceitar o posto de representante dos abolicionistas na praia, fabricou-se um discurso do herói, merecedor de todos os méritos pelo movimento de paralisação dos jangadeiros. Aqui que nascia o Dragão do Mar. (Sobrinho, 2011, p. 285).

Dragão do Mar era prático-mor, e Antônio Napoleão que era o líder dos jangadeiros e conforme Sobrinho (2011): “dedicava à conquista e sua alforria, da mulher e dos seus companheiros e irmãos de cativeiro, num nítido exemplo de solidariedade e compromisso com os seus. E que indica outra pessoa para assumir o movimento abolicionista na praia.

³ Um dos principais argumentos dos estudiosos do positivismo no Brasil é que os fiéis da Igreja católica, mais preocupados com o dogma, desprezaram toda dimensão social e política da doutrina. Mas é precisamente o contrário que se observa, isto é, como as preocupações sociais estavam no centro de um tal discurso. (Leonidio, 2008, p. 2).

Antônio Napoleão foi um negro liberto. Era conhecido nos arredores de Fortaleza por comprar cartas de alforria com o dinheiro que ganhava como carregador, artesão e vendedor. Não pertencia à elite, não tinha prestígio institucional, mas foi ator direto da liberdade de outros negros, algo que raramente é exaltado na história oficial. Ele, Antônio Napoleão indica Dragão do Mar para a liderança dos jangadeiros. Conforme Sobrinho (2001):

Dragão do Mar, nascido em Aracati, afrodescendente assim como Napoleão, era prático-mor da Barra. Trabalhou como responsável pelo serviço das lanchas do então comendador Luís Ribeiro da Cunha, um dos principais traficantes e negreiros de Fortaleza. Foi justamente por exercer tal função, que fora despedido, fruto da retaliação promovida pelos negreiros contra aqueles que participaram da paralisação dos jangadeiros em 30 de agosto de 1881. (Sobrinho, 2011, p.285).

Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, teve um papel simbólico poderoso ao se recusar a transportar escravizados no porto de Fortaleza, em 1881. Esse gesto ecoou como um grito popular contra a escravidão e é, até hoje, lembrado como um marco da luta abolicionista cearense. Contudo, ele não representa, sozinho, a população negra envolvida nesse processo. A história da abolição no Ceará foi forjada nas ruas, nos quilombos, nas casas de família, nas feiras, nos terreiros e nos jornais — e nela atuaram muitas outras figuras negras fundamentais, como Antônio Napoleão e Preta Simoa, figura popular na Fortaleza do século XIX, é um símbolo da atuação das mulheres negras no cotidiano da resistência. Lavadeira, parteira, mulher de axé, e conselheira, ela guardava histórias, praticava solidariedades e transmitia saberes que ajudaram a manter a identidade negra viva mesmo sob o peso do cativeiro.

As mulheres como Preta Simoa foram centrais na luta abolicionista, não apenas nos bastidores, mas como estrategistas da sobrevivência, da mobilização comunitária e da reconstrução da vida após a liberdade legal. No entanto, raramente são lembradas. A história as silenciou sob o manto da invisibilidade, enquanto exaltava figuras masculinas (Alves, 2015).

Francisco José do Nascimento merece respeito como figura histórica.

Mas a luta abolicionista cearense foi coletiva, negra, popular, feminina e diversa.

Relembrar Antônio Napoleão e Preta Simoa é reconstruir um passado mais fiel à realidade histórica, é desafiar a história oficial e exigir uma memória plural, onde cada cabeça, cada corpo, cada Ôrí que lutou pela liberdade, seja lembrado.

Foto 1 - intelectuais do sistema - Sociedade cearense Libertadora -



FONTE: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Sociedade-Cearense-Libertadora_fig1_373936711.

FOTO 2 - No detalhe - Dragão do Mar



FONTE: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Sociedade-Cearense-Libertadora_fig1_373936711.

O único propósito da criação desses grupos como “Sociedade Libertadora Cearense” (1880), “Clube dos libertos” (1882), “Centro Abolicionista” (1882), “Clube Abolicionista Caixeiral” (1883), “Clube Abolicionista Militar” (1883), “Democracia e extermínio”, “Cavaleiros do Prazer”, “Cearenses Libertadores” (1883), “Instituto do Ceará” (1887), “Centro Republicano Cearense (CRC)” (1889), “Padaria Espiritual” (1892), era, além da mudança de regime, a implantação da República e a manutenção de seus *status quo*. Todos eram de cunho político e ideológico vinculados à intelectualidade tradicional local.

É consoante atentar o que nos afirma Oliveira (2001, p.12):

Para a história do Ceará a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará marcou a definição de um *métier* (campo profissional e intelectual) que regulamentaria os caminhos de singularização da trajetória cearense. Essas regulamentações se efetivariam em uma tematização da história local, na definição e datação de suas origens, no estabelecimento de suas fronteiras geográficas e culturais, de seus tipos, cronologias, cartografias, enfim, do lugar e da imagem do Ceará para a nacionalidade. Para esses historiadores a busca da verdade histórica sobre as origens do Ceará não se resumiu apenas no impulso intelectual cientificista/positivista, na definição de um todo coerente, mas sugeriu à própria geração o lugar social privilegiado que ocupavam na fundação de uma imagem do Ceará para o restante do país. E essa constatação do lugar social que ocupavam pode ser percebida não só por eles, mas por toda uma sociedade em que se situavam [...]. [...] A produção historiográfica cearense após 1887, ano da criação do Instituto Histórico, preocupou-se com a elucidação dos fatos locais para uma verdadeira e definitiva explicação de seu começo histórico. Nos primeiros anos após sua criação, uma cruzada em favor da história do Ceará foi implementada pelos seus sócios. Publicações de artigos, memórias, biografias e fontes; busca de novas comprovações em documentos originais e até então desconhecidos; conferências, palestras, comemorações foram dadas a consumo de uma clientela sedenta de fatos minuciosamente detalhados e comprovados à exaustão. (Oliveira, 2001, p. 12-13)

Nesse sentido, é salutar explicitar que esses intelectuais carbonários⁴ (ex-abolicionistas e republicanos ortodoxos) edificaram suas estratégias em busca de um pensamento intelectualmente hegemônico. De acordo com Gramsci (1989):

⁴ Carbonários - A Carbonária foi uma sociedade secreta e revolucionária que atuou na Itália, França, Portugal, Espanha, Brasil e Uruguai nos séculos XIX e XX. Fundada na Itália por volta de 1810, a sua ideologia assentava-se em valores patrióticos e liberais, além de se distinguir por um marcado anticlericalismo. Recebeu esse nome porque os seus membros se reuniam em minas de carvão (Flores, 2008, p.133).

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (Gramsci, 1989. p. 3)

E, para propagar suas propostas, utilizavam-se dos mecanismos de mídias escritas como os jornais “O libertador” (1881), “A pátria” (1889 – 1890), Jornal “o cearense”, outrora jornal do Partido Liberal, mas naquele momento denominado “Órgão do Clube Democrático”. Outro jornal foi “Brasil, ordem e Progresso” que até 1889 denominava-se “Pedro II”, pertencente à facção do antigo partido conservador cearense liderado pelo Barão de Aquiraz e Fernandes Vieira. No primeiro número deste jornal, aos 28 de novembro de 1889, dizia timidamente “lutemos nós, neófitos da República, não só pelo princípio democrático, como bem-estar da Pátria comum, que tanto precisa, atualmente, do concurso de todos os brasileiros” (Anjos, 2021, p. 01).

Contudo, os membros do Centro Republicano Cearense (1889) não hesitaram em comemorar o desaparecimento definitivo deste órgão na arena local, quando na edição de nº 17 d’ “A Pátria”, de 10/ jan/ 1890, lançou elogios envernizados de ironia ao “Barão de Aquiraz, herói derrotado, por ser diferente dos demais oportunistas” (Cardoso, 2007. p. 5). Evidenciando as disputas entre os grupos. Se nas ideias políticas existiam as tensões, era comum entre a classe proprietária, sob o ponto de vista econômico, consensos.

Oliveira (2001) concorde:

Entre 1887 e 1903 (se tomamos como marco a comemoração dos 300 anos do Ceará) ou 1911 (se tomarmos a primeira publicação do estudo de Antônio Bezerra de Menezes que resolveu a dúvida histórica do povoamento do Ceará) essa cruzada pela história, que acompanhou os debates e conflitos da implantação do período republicano, firmou os marcos construídos como os que verdadeiramente elucidaram a história local, rememorados e comemorados junto de sua clientela devoradora de fatos, e desse modo organizou os artefatos imaginários dos republicanos cearenses na construção de uma *ideia de Pátria cearense homogênea, pacífica, ordeira, trabalhadora, prenhe de verdades históricas, capaz de identificar paisagens e tipos de consciência de uma nacionalidade*. Entretanto, quais os significados da elaboração de uma historiografia cearense na virada dos séculos XIX e XX? Sabemos que o discurso historiográfico foi construído a partir de um estilo predominante no período, as cronologias assentadas em uma história do acontecimento, narrativas que traziam notadamente a marca do político, dos fatos individualizantes, extraídos de uma operação crítica que se identifica com um ideal filosófico de objetividade absoluta herdeira do positivismo, e que fazia do historiador o erudito moralmente virtuoso no conhecimento de um objeto previamente determinado. Mas, para além dessas constatações, como descortinar os sentidos dessa operação ? (Oliveira, 2001, p.14, grifos do autor).

O que pode-se observar em Oliveira (2001) é uma rica base para uma crítica política da operação historiográfica empreendida no Ceará entre o final do século XIX e início do século XX. É salutar partir do entendimento de que a historiografia cearense, nesse contexto, não era apenas um exercício intelectual neutro, mas sim uma construção profundamente implicada nos projetos políticos da Primeira República e nos processos de afirmação das elites regionais. A produção historiográfica do período — ancorada em eventos, datas comemorativas e figuras heroicas — revela-se como instrumento ideológico de consolidação de uma narrativa oficial sobre o passado do Ceará. Ao promover uma ideia de “Pátria cearense” homogênea, ordeira e trabalhadora, essa historiografia serve para apagar ou silenciar conflitos sociais, disputas políticas e a diversidade cultural e étnica presentes no território. Assim, não se trata de uma busca pela “verdade histórica”, mas de uma *engenharia simbólica* voltada à legitimação de um projeto de poder.

Essa construção histórica é promovida por elites letradas que, com acesso privilegiado aos meios de produção do saber, moldam uma memória coletiva funcional aos seus interesses.

Ao eleger personagens específicos como heróis fundadores, ao destacar certos marcos cronológicos como essenciais e ao operar seleções e exclusões no registro do passado, esses intelectuais do sistema instrumentalizam a história como ferramenta de hegemonia cultural.

Trata-se de um movimento ordenado de *monopolização da memória* em detrimento de narrativas alternativas ou contra-hegemônicas — como as dos povos tradicionais, dos trabalhadores rurais, das populações negras e das mulheres.

A crítica política também passa por denunciar a falsa neutralidade do discurso historiográfico positivista. A crença na “objetividade absoluta” e na autoridade moral do intelectual do sistema mascara os interesses ideológicos que atravessam sua escrita.

Essa postura erudita e supostamente desinteressada nada mais é do que uma forma sofisticada de legitimação do saber como poder — como nos ensinou Michel Foucault (1987).

A pretensa imparcialidade do intelectual do sistema do período, escamoteia as escolhas políticas envolvidas na seleção de fontes, no enquadramento dos fatos e na elaboração das narrativas. Ao produzir uma narrativa histórica que reforça a ordem, a moral e o trabalho como valores fundantes da identidade cearense, essa historiografia atua também como dispositivo de controle social.

Ela regula comportamentos e impõe modelos normativos de cidadania. Ao celebrar

uma história sem rupturas e sem antagonismos, busca-se também apagar os traços de insubordinação popular, revoltas e tensões — como as experiências de resistência negra pós-abolição, ou mesmo as revoltas sertanejas que desafiaram a autoridade estatal. Portanto, a elaboração da historiografia cearense entre 1887 e 1911 deve ser lida politicamente como uma prática de poder, moldada por interesses de classe e por um projeto ideológico de construção da memória oficial.

Ela participou ativamente da invenção de uma tradição regional, subordinada aos valores republicanos e à necessidade de dar coesão simbólica a um Estado em formação. Desvendar os sentidos dessa operação significa expor a face política da história e romper com a ideia de que escrever o passado seja um ato puramente acadêmico ou neutro. Ao contrário, é um campo de disputa, e a crítica política é o instrumento necessário para revelar as correlações de força que nele se manifestam.

Não é de se estranhar que Pinheiro (1990) se debruce sobre a queixa da classe proprietária cearense sobre o “lugar marginal” da província no sistema escravista.

De acordo com Francisco José Pinheiro (1990, p. 203):

Em meados do século XIX a classe proprietária cearense se queixava do lugar marginal ocupado pela província no que diz respeito à escravatura. “A província do Ceará foi uma das áreas que, em termos percentuais, mais perdeu escravos com o tráfico interprovincial. *Entre 1850-1880 saíram oficialmente 16.480 escravos. Essas transformações colocaram na ordem do dia a necessidade de organizar as relações de trabalho na província tendo por base o homem livre/pobre nacional*” (Pinheiro, 1989-1990, p. 203, grifos do autor).

Deve ser entendida menos como uma lamentação pela perda de força de trabalho e mais como uma manifestação do temor da elite frente à necessidade de reorganizar seus mecanismos de dominação. A saída de mais de 16 mil escravizados no período 1850-1880 — em grande parte para as áreas ainda em expansão cafeeira — não foi apenas um processo econômico, mas também político: o Ceará, involuntariamente ou não, foi se deslocando para uma posição simbólica ambígua no cenário nacional, entre a abolição forçada e a invenção de uma identidade “libertária”. Por trás da “lamentação” está um movimento de *reacomodação do poder*. A elite percebe a mudança de paradigma e tenta redesenhar sua hegemonia agora baseada não mais exclusivamente na posse de cativos, mas no controle da força de trabalho livre e pobre.

As narrativas apontam que, com a queda do número de escravizados, colocou-se “na ordem do dia a necessidade de organizar as relações de trabalho [...] tendo por base o homem livre/pobre nacional”. Esta frase é reveladora: ela expressa a transição estratégica da elite cearense em direção à construção de um regime de trabalho livre no nome, mas ainda subordinado e controlado na prática. A tentativa de organizar esse novo regime envolveu o reforço de estruturas repressivas — como o código de posturas municipais, a criminalização da vadiagem e outras formas de controle social —, além da imposição de uma ideologia do trabalho que legitimava a desigualdade sob a máscara da liberdade. O trabalhador pobre, agora “livre”, era pressionado a aceitar condições degradantes sob a justificativa de seu novo status jurídico. Trata-se, na prática, de uma *reorganização da exploração*.

Esse processo histórico também foi acompanhado da construção de uma *narrativa oficial* que tentava apresentar o Ceará como uma terra progressista, pioneira na abolição da escravidão (ocorrida formalmente em 1884), e marcada por um espírito libertário. No entanto, essa narrativa serve, sobretudo, para mascarar os conflitos e as exclusões reais vividas pelas populações negras e pobres da província. A saída massiva de escravizados não levou à inclusão social ou à cidadania plena: pelo contrário, manteve as desigualdades estruturais por meio de novos dispositivos de controle.

A análise crítica trazida em Pinheiro (1990) revela que a elite cearense, diante da crise do escravismo, operou uma transição que manteve seus privilégios: substituiu o regime de trabalho compulsório formal por outro informal, baseado na precarização e na subordinação da mão de obra livre. Essa reorganização foi acompanhada de um discurso ideológico que buscava naturalizar essa nova ordem e reforçar a ideia de um Ceará progressista, ocultando as continuidades da exploração e da exclusão.

Portanto, o que está em jogo não é apenas uma mudança nas “relações de trabalho”, mas sim uma reconfiguração da lógica de poder e dominação em um momento crucial da história brasileira.

FOTO 3 - Jornal do Orgão da Sociedade Cearense

[illegible]

FONTE: Jornal O Libertador - 25 de março de 1884.

Esses elementos, entre outros, explicam o declínio da escravidão no Ceará, no mesmo contexto do surgimento da história formulada por bases ditas científicas à época. Em concordância com Leonidio (2008, p.3) a Escola Metódica Tradicional está intimamente relacionada à Sociedade Positivista:

Em 1876 foi fundada a Sociedade Positivista, no Rio de Janeiro, tendo seu prosseguimento depois como Igreja Positivista do Brasil. Seu período de maior atividade correspondeu à fase de liderança de Miguel Lemos (1854-1916) e Teixeira Mendes (1855- 1927). E seu escopo principal era preservar a doutrina do mestre francês Auguste Comte. Além de haver fornecido as ideias que vieram a se constituir no núcleo do pensamento político da facção dominante, a ascensão do positivismo, ao longo da República, trouxe como consequência mais importante o predomínio, no seio da intelectualidade brasileira, de uma atitude mental difusa mas persistente. A partir da subestimação da filosofia, nutriu-se a mentalidade positivista de uma atitude super valorativa das ciências ditas positivas, destacando-se seu caráter mais enciclopédico que científico. [...] (Leonidio, 2008, p.3).

E assim, a estrutura positivista chega à incipiente ciência histórica. Segundo Bourdê (1983):

A escola histórica a que chamamos “metódica” ou mais frequentemente, a mais abusivamente “positivista” aparece manifesta-se, prolonga-se durante o período da terceira república em França. Os seus princípios fundamentais estão expostos em dois textos – programas: o manifesto, escrito por G. Monod para lançar a Revista Histórica em 1876 e o guia, redigido em intenção dos estudantes por Ch.V.Langlois e Ch. Seignobos em 1898. A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história. (Bourdê, 1983, p. 88).

Apontamos que a escrita de Bezerra de Menezes (1906) era influenciada por essa escola, já que ela tinha entre as suas características evidenciar a diplomacia, os fatos heroicos e militares. E quem era Antônio Bezerra de Menezes, autor da obra “O Ceará e os Cearenses”, publicada originalmente em 1906 ?

Antônio Bezerra de Menezes nasceu em Quixeramobim, em 21 de fevereiro de 1841. Filho de proeminente advogado e político da província, Dr. Manuel Soares da Silva Bezerra e de Dona Maria Tereza de Albuquerque Bezerra. Quando ainda muito jovem, a família muda-se para Fortaleza, e Antônio Bezerra inicia os estudos no Liceu. Depois segue para São Paulo a fim de cursar ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, mas desiste de seguir a mesma carreira do pai, retornando à capital cearense, na década de 1870. A partir dos anos 1880, começa o período de maior atividade intelectual de Antônio Bezerra, até seu falecimento, em 28 de agosto de 1921, aos 80 anos, em Fortaleza, encerrando assim uma trajetória incisiva como historiador, popular como poeta e jornalista e engajado como membro de várias agremiações culturais. (Oliveira, 2011, *sp.*)

E conforme Paulo Ítalo Moreira (2012):

Mesmo não tendo sido diplomado, Bezerra reunia uma gama de conhecimentos teóricos e práticos, pelos quais o Governo Provincial reconheceu fazendo a escolha deste intelectual para a difícil missão de desbravar o sertão cearense. Conhecimento empírico, pois Bezerra já havia tido uma experiência em expedições de cunho naturalista anteriormente, em seu livro “Maranguape: *notas de viagem*”, publicado em 1884. Percebemos ao longo do livro, que o intelectual do Ceará se faz valer de seu conhecimento pragmático para desenvolver as suas digressões sobre o seu cotidiano na viagem, pois as descrições detalhadas de tipos de plantas, conchas, insetos, solo, etc., são feitas através de seu conhecimento teórico, por intermédio de suas leituras e, principalmente, por conhecimento de causa, pelo seu trabalho em campo. Isto dá bastante legitimidade ao seu trabalho, pois Bezerra comprova e vivencia tudo o que ele lê nos livros. [...] Bezerra também teve experiências voltadas às participações em diversas agremiações literárias e culturais da capital cearense. Foi um dos sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará em 1887, tendo uma participação efetiva redigindo artigos na Revista do Instituto até, pelo menos, 1910. Também foi um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, criada em 1894, que tinha como intuito primeiro a utilização e aplicação prática da ciência na sociedade. Em uma primeira análise, percebemos que o intuito dessas instituições, bem como de seus membros, era a utilização prática desse conhecimento na vida da sociedade. Dessa forma,

os autores analisaram a sociedade com um repertório filosófico e científico – principalmente se valendo da história natural e do positivismo –, detectando os problemas e propondo soluções viáveis ao progresso e, conseqüentemente, ao desenvolvimento, na tentativa de incluir o Estado no rol da civilização. Interessante também é salientar a importância dessas academias como formas de sociabilidade entre os próprios intelectuais, que, por meio destas, estavam em constante contato, trocando experiências “científicas” e, portanto, produzindo “conhecimento científico” a cada reunião. (Moreira, 2012, p. 01- 02).

Segundo Almir Leal de Oliveira (2011), a atuação de Bezerra extrapola as fronteiras do Ceará:

Ao mudar-se para Manaus, em 1896 – uma passagem muito especial da vida dele, e pouco explorada, foi quando tornou-se responsável pela direção do Museu de História Natural de Manaus, contribuindo para a organização do acervo criado pelo famoso naturalista Veloso, fundador do Museu. Nesse período Antônio Bezerra realizou um importante trabalho de base no museu de Manaus. Foi nessa época que Antônio Bezerra começou a escrever artigos no Jornal A Pátria para imigrantes cearenses na Amazônia. A junção desses textos afetivos sobre a terra natal e sobre os conterrâneos origina o livro *O Ceará e os Cearenses*. (Oliveira, 2011, *sp.*).

Partindo do Livro “O Ceará e os cearenses” de Antônio Bezerra (1906, p. 26), narra a formação da resistência cearense na Confederação do Equador com destaque para os militares. (Menezes, 1906, p. 26)⁵.

Nota-se aqui a sua admiração e o seu afeto pelas lideranças resistentes da província do Ceará, pois conforme Bezerra de Menezes (1906, p. 26):

Assim, chegou a ter o seu presidente, o denodado Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, o seu exército, o seu estandarte, a sua moeda, os seus herois, a sua história, e o seu martirologio. No antigo Largo da Pólvora, hoje Praça dos Mártires, onde se acha o Passeio Público, pagaram com as vidas o amor que tinham a liberdade os bravos, Padre Gonçalo Ignacio de Albuquerque Mororó, Coronel João de Andrade Pessoa Anta, Tenente Coronel Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Major Luiz Ignacio de Azevêdo Bolão e Tenente-Coronel Feliciano José da Silva Carapinima. (Menezes, 1906. p. 26, grifos do autor).

Vê-se nessa narrativa que o pilar de sustentação de vinda da República, no Ceará, sofre baixa e desgaste. Os militares e lideranças emergentes ligados à igreja católica são penalizados. Mas, se reerguem, se estruturam e passam a definir estratégias aparentemente

⁵ A Confederação do Equador (02.07.1824) foi uma reação das províncias do norte e do nordeste contra a concentração dos poderes nas mãos de D. Pedro II, considerado traidor por ter dissolvido a Assembleia Constituinte. A Confederação, sob a presidência de Pernambuco, contou com a adesão das províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Em setembro de 1824 os revoltosos foram derrotados, com execuções dos rebeldes em Recife e Fortaleza (Flores, 2008, p.171).

palpáveis a olho nu, ou seja, identificam os pilares que sustentam a monarquia no Brasil, quais sejam: participação política restrita; escravismo (onde o africano escravizado é excluído do processo social) e por fim, e não o menos importante o catolicismo defensor de uma elite conservadora e das hierarquias sociais.

Em Gramsci (1989), pode-se interpretar a dinâmica do surgimento das lideranças orgânicas composta por militares e empresários cearenses no processo de construção social da época:

[...] os empresários -- se não todos, pelo menos uma elite deles -- devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe. (Gramsci, 1989, p. 4).

O que se nota é uma reorganização do processo político da época, com os militares e outros atores sociais emergentes. Nesse contexto, de reorganização, escrever a história do Ceará e a origem de sua gente, passa a ser imprescindível. Os ciganos, em seus trânsitos, entram na história cearense. Antônio Bezerra (1906, p. 9) aponta que:

Tudo progredia na nova capitania, quando por ordem régia de 15 de Abril de 1718, se mandou que os cigamios residentes em Portugal fossem embarcados para a Índia, Angola, Thomé, Cabo Verde, Ceará e Maranhão; e os que vinham desterrados para o Brasil, fossem enviados para o Ceará e Angola, e não se consentisse voltar mais ao reino. Os primeiros ciganos que chegaram a Bahia foram de ordem da Câmara habitar à parte do bairro da Palma, que por isso se ficou chamando Moiraria; mas propagando-se consideravelmente a ponto de não se poderem accommodar naquelle sítio, designoulhes a mesma Câmara outro na freguesia de S. Antonio além do Carmo, conforme escreve Abreu Lima, pa sua Synopsis ou Iedução chronologica dos factos mutis notaveis do Brazil. (Menezes, 1906, p. 9, grifos do autor).

Ou seja, conforme Menezes (1906) aqui se define onde os ciganos⁶ deveriam estar a partir da ordem régia de 15 de abril de 1718, saídos de Angola, São Tomé e Cabo Verde para o Ceará. Os ciganos, já que na época eram relacionados, além destes, também com o Egito. E acrescenta Menezes (1906, p.10), em tom de indiferença:

[...] primeiros ciganos que chegaram a Bahia foram de ordem da Câmara habitar à parte do bairro da Palma, que por isso se ficou chamando Moiraria; mas propagando-se consideravelmente a ponto de não se poderem acomodar naquelle sítio, designou lhes a mesma Câmara outro na freguesia de S. Antonio além do Carmo, conforme escreve Abreu Lima, pa sua Synopsis ou Iedução chronologica dos factos mutis notaveis do Brazil. (Menezes, 1906, p. 9, grifos do autor).

Há sempre repugnância dos patricios em aceitar esta origem, mas preciso dizer alguma coisa para os convencer da verdade, que nesse estudo justifica perfeitamente o meu modo de pensar a respeito desse assunto. Donde vieram esses nómadas que têm sido tão injustamente apreciados? Uns pensam que saíram do Egipto, o país da superstição e da bruxaria, ou da cidade de Singara na Mesopotâmia; outros que são Turtaros expulsos das planícies da Asia [...] Entretanto, como não há regra sem excepção, há entre elles muitos que exercem altas posições, que se têm tornado sedentários e conseguiram grandes fortunas (Menezes, 1906, p.10, grifos do autor).

Na compreensão de Edson Holanda Lima Barboza (2012 apud Silva, 2011b):

Além disso, embora a escravidão não tenha desempenhado papel preponderante, no Ceará, quando comparado a outras capitanias, em 1819, por exemplo, dentre os 201.170 habitantes cearenses, “55.239 eram escravos, representando 28% de todos seus habitantes” (Silva, 2011b Apud Barboza, 2021, p. 74). Pode-se argumentar que, desde 1850, muitos dos escravizados cearenses foram negociados para o Tráfico Interprovincial, e com mais intensidade a partir da grande seca de 1877, o que acabou reduzindo a presença de escravizados na economia. Porém, o raciocínio não pode desprezar as alforrias constantes, o que possibilitava a permanência, no Estado, de

⁶ Importa destacar que a inclusão dos ciganos na formação étnica dos cearenses ocorreu porque Bezerra, na verdade, buscava explicar as causas da constante migração de cearenses, embora as suas hipóteses não considerassem a concentração de terras produtivas e das reservas de água ou a desestruturação da agricultura de subsistência pela agricultura comercial, especialmente do algodão, como eventos que fragilizaram a vida do roceiro cearense, estando, portanto, na base de qualquer análise mais complexa sobre as diversas razões da migração de cearenses. Ao contrário, Bezerra opera a partir do universo intelectual comum à passagem do século XIX ao XX, em que as teorias racialistas eram hegemônicas nos circuitos letrados, fazendo com que a explicação para a constante migração fosse baseada em fatores atávicos, como aquele que dizia estar no “sangue cearense” o motivo do fenômeno, herdado pelo amor à liberdade, comum aos indígenas e aos ciganos: “si os nossos patricios não têm sangue cigano, não há coisa mais parecida. Um homem do Ceará é um cigano”. Bezerra ainda segue argumentando que uma “Ordem Régia de 15 de abril de 1718 mandou remeter para o Ceará e para Angola os ciganos degradados do Reino, e parece que por aqui se deram bem” (Bezerra, 1906, p. 15). Desconsiderando os conflitos sociais, a argumentação da ascendência do “sangue cigano” resolveria a equação explicativa para as causas da emigração cearense. Sem desprezar a inusitada hipótese da participação cigana como marcador da composição étnica cearense, a introdução de escravizados negros, no Ceará, durou muito mais tempo que uma ordem pontual de deportação e foi muito maior em quantidade, já que ocorreu desde as décadas iniciais do século XVIII até, pelo menos, a década de 1830. (Barbosa; Mariz, 2021. Rev. Bras. Hist.41. mai-aug 2021). Ainda assim, os negros acabaram substituídos pelos ciganos na narrativa de Antônio Bezerra, o que constitui um malabarismo argumentativo e tanto.

negros e negras na condição de libertos, sem contar aqueles que já chegavam ao Ceará na condição de livres atraídos pela pecuária: Nos sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará, diz ele [...] abundam mulatos, mestiços e pretos forros (devia acrescentar índios mais ou menos mansos). Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão ao trabalho na agricultura, é muito diferentemente empregada nas fazendas de gado. Apesar da existência dos indícios apontando a relevância de negros livres ou escravizados na composição da população cearense, Antônio Bezerra e Parsifal Barroso preferiram ignorar e negar tal relevância, substituindo-a pela valorização do “sangue cigano”. Que Antônio Bezerra tenha construído esta formulação é compreensível, afinal, ela estava em sintonia com o pensamento social racista da chamada *Belle Époque*. (Barboza, 2021, p. 124).

As escritas de Menezes (1906), evidenciadas, carregam uma carga de preconceito, parcialidade da época, ao se referir aos possíveis ciganos (índios (sic) vindos para o Ceará, a partir de 1718, de uma região “da superstição e da bruxaria”(Guardadas proporções, é a maneira racista como entendia os povos da África).

Assim nos lembra Barboza (2021) citando Pollak, (1989, p. 9):

É preciso lembrar, entretanto, que o apagamento ou o avivamento de memórias, por vezes, também pode implicar na definição do lugar, social e político, que o Estado reserva aos grupos sociais de uma sociedade. Ou seja, a construção – e por decreto –, na memória coletiva dos cearenses, da extinção indígena, implica, simultaneamente, na condição de subalternidade e invisibilidade reservada aos povos indígenas no Ceará, através da fabricação de vazios narrativos e de lugares amnésicos, pela ausência de comemorações e de referências. Por outro lado, é preciso assinalar que os discursos do poder público, durante muito tempo, encontraram acolhida nas narrativas pretensamente científicas de instituições como os Institutos Históricos, fundados no Brasil ao longo do século XIX.

No caso do Ceará, apesar de não terem sido escritas por historiadores propriamente ditos, várias obras cujas produções estiveram sob o incentivo e a tutela do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (ou simplesmente Instituto do Ceará, IC) foram responsáveis por legitimar a alquimia que possibilitou que a simples leitura de um relatório provincial se tornasse um “decreto de extinção” (Silva, 2011a Apud Barboza, 2012, p. 117).

Mbembe (2013) ao falar da racionalidade moderna, afirma que a África e os negros foram construídos por meio de fantasias elaboradas pelo ocidente. Assim, explicita:

[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho. Em contrapartida, interessa compreender que, como consequência direta desta lógica de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber e no discurso moderno sobre o homem (e, por consequência, sobre o humanismo e a humanidade) foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo. (Mbembe, 2013, p.10).

A elite burguesa cearense, os militares, os conservadores, a igreja católica, os liberais que elaboraram a estratégia para substituição do poder do império para República no Brasil e que desemboca no Ceará, por meio do abolicionismo, não consideraram como elemento chave a raça negra, os negros e negras escravizados e tão pouco população negra livre, como fator agregador de desenvolvimento.

Portanto, praticaram um lapso, irrecuperável, como constatado na obra de Menezes (1906) e, posteriormente, na obra de Barroso (1969). Por isso, afirmar a raça e a identidade negra na contemporaneidade se faz pertinente. De acordo com Nilma Lino Gomes (2005):

Cabe destacar que o termo “raça” aqui, é usado porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas “[...] devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas” (Gomes, 2005, p. 45).

A identidade racial negra é ressignificada pelas ideologias dos movimentos sociais de maneira assertiva à resistência contra a opressão. A partir disso, o termo “raça” vinculado ao fenótipo negro é ressignificado. Enfatiza-se que o termo, aqui exposto, não é alicerçado na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usado no século XIX. Pelo contrário, utiliza-se uma nova interpretação — em consonância com o Movimento Negro e alguns sociólogos — que tem base na dimensão social e política do referido termo (Gomes, 2005, p. 45).

Mendes (2010) nos aponta essa realidade quando identifica a *cearensidade*, como forma de exclusão da presença do grupo negro no Ceará:

O racismo brasileiro é um reflexo dos rumos tomados pelo escravismo criminoso em âmbito nacional e pelas políticas públicas racistas e segregacionistas que se seguiram após o seu término. Todavia, o escravismo criminoso e as políticas racistas não atuaram homogeneamente em todo o território brasileiro. Cada localidade construiu o seu racismo com detalhes e peculiaridades sincronizadas com o seu histórico de opressão racial, diversificando na estrutura de um racismo brasileiro especificidades que podem ser identificadas nos racismos regionais. (Mendes, 2010, p. 39, grifos do autor).

Observemos o texto de Menezes (1906) o qual preservamos a escrita original:

Felix Areré, alfaiate mulato em Aracati, foi prêso no combate de S. Rosa, onde morreu o presidente Tristão Gonçalves, em 31 de Outubro de 1824, veio algemado para esta capital, e sendo processado devia sêr condenado a morte. Conrado Niemeyer, então, a pedidos de amigos mandou oferecer-lhe a comutação da pena na de açoites, castigo infamante naquêlle tempo para os homens de côr, mas o bravo cearense recusou a graça, e respondeu preferia que o fuzillassem! Bram os tempos heroicos do Ceará!

(Menezes, 1906, p. 28, grifos do autor).

Menezes (1906, p. 28), no contexto da Confederação do Equador, enaltece a República nesses escritos, não pela sorte que o “mulato” (podendo ser considerado negro pelo tratamento dispensado), Felix Areré, condenado a morte ao participar no combate de S. Rosa, ter obtido que sua pena tenha sido convertida em Fuzilamento e não açoites, por se tratar de um mulato livre, homem negro cearense, alfaiate. O foco de Menezes e orgulho aqui é para a atitude de Conrado Niemeyer que o denominou de Bravo cearense.

E o negro, da raça identificada em nossa escrita, Felix Areré⁷, que lutou no combate de S. Rosa? Os republicanos e abolicionistas cearenses propagaram a sua participação nesses eventos. Se afirmam em suas literaturas, nos panfletos, poesias e poemas, versos e prosas decantadas em seus círculos e associações. Assim, como difundiram estigmas de que não habitaram negros no Ceará. Essas escritas se constituíram numa poderosa concepção ideológica proposta pela intelectualidade regional.

Mas, é compreensível, se o olhar do discernimento seguir o raciocínio de que os mesmos não tencionavam abolir os negros, e nem coisa alguma, pura ideologia racista, eugenista. Eram abolicionistas mitomaniacos, convictos para pôr fim ao império que tinha no seu sustentáculo a escravidão como carro chefe da economia, o que dificultava a implantação da República.

No livro “o Ceará e os cearenses” de Antônio Bezerra de Menezes o mesmo identifica as etnias⁸ indígenas:

Pelo tempo da colonização do Pais de Jaguaribe, mais tarde na Capitania do Ceará-grande, vieram índios da tribo dos Potiguares, da Parahyba e do Rio Grande, que deram o nome que tem hoje a nova terra. Jacatúna já assistia com os seus nas margens do Jaguaribe. Para o interior habitavam os tupinambis que, batidos na Bahia e Pernambuco, se refugiaram a esse tempo no valle que é circundado ao poente pela cordilheira da Ibiapaba. Ferozes eram os tapuias Paiacus, os Jenipapos, os Canindés, os Icós, os Calabaças, os Quixelôs os Cariris, os Jucás e Quixariú, os Tremembés, que percorriam

⁷ O negro Felix Areré, alfaiate de Aracati, foi prêso no combate de S. Rosa, onde morreu o presidente Tristão Gonçalves, em 31 de Outubro de 1824, veio algemado para esta capital, e sendo processado devia ser condenado à morte. Conrado Niemeyer, então, a pedidos de amigos, mandou oferecer-lhe a comutação da pena na de açoites, castigo infamante naquêlle tempo para os homens de côr, mas o bravo cearense recusou a graça, e respondeu que preferia que o fuzilassem ! (Bezerra, 2001, p.27)

⁸ Quanto ao elemento negro, observamos a dificuldade de identificação em Bezerra, acreditamos pela forte corrente naturalista e positivista e que via na raça negra como elemento desprezível e sem valor, uma coisa, raça sem valor, desprezível. Maneira racista e preconceituosa de observar a sociedade da época. [...]Na escrita da história, o Instituto Histórico do Ceará (1887), por meio de seus intelectuais, justificaria a pouca presença das populações negras fundamentada na hipótese de uma escravidão menos intensa do que em outras regiões do Brasil. O espaço reproduziu a história do pioneirismo abolicionista e a manutenção do status quo das elites políticas letradas, legando às populações negras estigmas e estereótipos (Funes; Rodrigues; Ribard, 2020).

toda a capitania, visto que não tinham poiso certo. Estavam hoje, aqui, amanhã, acolá. Faziam guerra entre si e faziam-na mais terrível aos tupis, ou melhor aos índios da raça tupi (Menezes, 1906, p.13).

Menezes (1906) discorre para mostrar como os ciganos⁹ fizeram parte da realidade cearense, entre os colonos brancos (colonos) e os povos subalternizados (indígenas)¹⁰ à colonização:

Os reis fidelíssimos fizeram todo o possível pela conversão dos tapuias à religião cristã, mas os colonos frustraram a vigilância das autoridades, e cometiam com êles tanta severidade que se viam forçados a fugir para os bosques. Era muito difícil sujeitar-se um tapuia a perder a sua liberdade. Muitos corriam desesperados, quando não eram vítimas do bacamarte do colono, que inventava mil astúcias para que o capitão-mór lhes declarasse guerra e guerra de morte. Com o correr do tempo, os tapuias em parte desapareceram e os que sobreviveram foram se modificando, *e pouco a pouco se confundiu a raça do selvagem com a dominadora*. Para os proteger nos animar a buscarem a vida sedentária, a metrópole, por Provisão de 4 de Abril de 1755, *ordenou que os filhos de Portugal que casassem com índias* e seus descendentes seriam preferidos para os empregos públicos, *e proibiu que alguém por desprezo chamasse caboclos¹¹ aos indígenas* sob pena de degredo para fora da comarca, *Da Tuzio desses dois elementos e do clemente europeu formou se a população do Ceará. O filho daquela região de várzeas é inteligente, tem, como o Tzigano, o maior zelo da sua liberdade, adora a música que aprendeu nas tristezas da natureza, com seu canto é ora alegre, ora melancólico de acôrdo com o lugar onde nasceu e condições de vida de cada um. Vive em eterna viagem de uns para outros municípios, do seu Estado para os outros, e ainda do pais pira o-estranjeiro.* (Menezes, 1906, p.14, grifos do autor).

⁹ O revestimento de ciência na produção de estudos em diferentes áreas não é algo recente. Trata-se de invólucro adotado desde, pelo menos, o século XIX, quando as teorias racialistas foram produzidas por sujeitos que reivindicavam o manto científico para revestir suas teses defensoras e propagadoras do ideal da supremacia racial branco-europeia. Tal perspectiva perdeu força a partir da derrota do nazismo na Segunda Guerra Mundial, contudo, apologistas da suposta superioridade do homem branco europeu, seja no campo genético ou cultural, voltam a ganhar voz através de diversos movimentos de extrema direita que emergiram nas últimas décadas em diversos países, abrindo margem para a repercussão e o consumo de “novos estudos” que requeentam “velhas ideias” (Mbembe, 2014; Vidal-Naquet, 1988). Na busca por validar tais narrativas, os revisionistas/negacionistas possuem regras próprias para sua produção, sendo “as técnicas mais evidentes: a mentira pura e simples, o falso, o apelo a uma documentação completamente fantástica” (Vidal-Naquet, 1988, p. 40) ou, ainda, a aplicação de “táticas sofisticadas de camuflagem” (Lipstadt, 2017, p. 34 apud Barboza). E, assim, escondem suas intenções por trás da defesa de “revisar”, “resgatar” e até mesmo “revelar” aquilo que uma suposta “historiografia corrompida” escondeu do grande público.

¹⁰ Ao analisar o debate sobre a mestiçagem, a partir de um artigo da primeira edição da Revista do Instituto do Ceará - RIC, publicada em 1887, observa-se que “Paulino Nogueira descartou a mestiçagem entre índios e negros no Ceará, reafirmando uma tese recorrente entre outros historiadores do Instituto do Ceará, qual seja, a particularidade local no que se refere ao fato de a mestiçagem ser restrita a brancos e índios” (Oliveira, 2001, p. 119).

¹¹ O termo caboclo traz complexidades ao longo do percurso histórico (Gomes, 2023). Acreditamos que na época este termo, conforme a interpretação da escrita de Menezes, enfatizava o grupo mais subalternizado na hierarquia racial, não sendo constituído dos elementos dos grupos indígenas e europeus. Quanto aos ciganos, seguiram os seus destinos em outros territórios.

Nota-se a discriminação aqui, quando Menezes (1906) cita a Provisão de 4 de abril de 1755, quanto ao emprego público para caboclos¹² e diz: “da Tuzio desses dois elementos e do elemento europeu formou-se a população do Ceará”, além dos ciganos que seguem os seus caminhos.

¹² A categoria regional do termo “caboclo” é enfatizada por José de Carvalho na década de 1930 em sua obra *O matuto cearense e o caboclo do Pará – contribuição ao folk-lore nacional*. Para o autor, as diferenças entre esses dois “tipos” eram a mistura racial e a diversidade climática do Ceará em contraponto à natureza Amazônica, rica em florestas e rios, o que teria originado um caboclo nortista mais simples, mais primitivo e menos complicado. No livro, o autor, entre as comparações regionais, distingue o caboclo como um “tipo” da Amazônia em vez de um tipo cearense. Apesar disso, essa situação não impediu a construção do “caboclo/matuto cearense” já que ele tinha o que era necessário, além da “coragem, o sangue indígena”, igualmente associado ao vaqueiro (Carvalho, 1930, Apud Gomes, 2024).

1.2. Djacir Lima de Menezes, filosofia, escola culturalista e “O outro Nordeste”

Conforme descrito por Paiva (2011) na revista do Instituto do Ceará do ano de 2011: “Djacir Menezes nasceu em Maranguape no dia 16 de novembro de 1907 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 08 de junho de 1996”. (Paiva, 2011. p. 38).

E acrescenta Paiva (2011) “Iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito do Ceará. E o concluiu em 1930 na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Doutorado no Ceará (1931 - 1932)”. (Paiva, 2011. p. 38).

Concluiu sua formação acadêmica aos 25 anos de idade, defendendo tese de doutoramento na Faculdade de Direito do Ceará, em 1932. Sua tese denominou-se “Kant ideia do direito”. Djacir Menezes por se preocupar com a cientificidade do Direito, nos assegura Antônio Paim (2018, p.21). Adota posições neokantianas, procurando distinguir-se do mestre e amigo Pontes de Miranda (1894/1974), à época já um jurista consagrado, que evoluiu na direção do Círculo de Viena e procura ser cada vez mais rigoroso neopositivista.

De acordo com Lobo (2018, p. 60): “o neokantismo é uma corrente filosófica que sobreviveu com maior vitalidade de 1860 a 1914. Apoiando o retorno aos princípios de Immanuel Kant, desenvolve a questão das possibilidades e limites da cognição humana. A filosofia, nesse sentido, é submetida ao rigor e à utilidade da ciência, enquanto meio de conferir a validade de veracidade aos conceitos. Daí que o criticismo kantiano foi apropriado para a compreensão dos princípios de cognição e da relação entre sujeito e objeto de conhecimento. (Lobo, 2018, p.60)

Pode-se verificar, entre as principais produções, a Coleção Edições Clã, que representa um dos principais movimentos literários do Ceará, tendo a participação de escritores, poetas, contistas, cronistas e outros intelectuais renomados, como Antônio Girão Barroso; Djacir Menezes (1937) dentre outros¹³.

Verificamos em escritos de Paim (2018, p.22) é no período entre 1942 e 1955 que se dependerá das posições neokantianas para desenvolver o que ele, Djacir Menezes denominaria de culturalismo dialético.

¹³ Albuquerque, Joaquim Melo de. Políticas e processos editoriais da Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará / Joaquim Melo de Albuquerque. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022. 247 p.5.

A ciência marchava para encontrar um elemento originário único a partir do qual poder-se-ia proceder-se a uma espécie de universalização do darwinismo. Numa certa fase de sua evolução filosófica, Tobias Barreto (1839/1889) valeu-se de argumentos retirados do haeckelismo para combater ao comtismo. Mas convenceu-se da irredutibilidade da cultura e da impossibilidade de esgotá-la a partir da ciência, requerendo investigação de índole filosófica.

Tobias Barreto (1839-1889) foi um filósofo, escritor e jurista brasileiro. Foi o líder do movimento intelectual, poético, crítico, filosófico e jurídico, conhecido como Escola do Recife, que agitou a Faculdade de Direito do Recife nas últimas décadas do século XIX.

O haeckelismo é uma corrente de pensamento que se baseia nas ideias do biólogo e naturalista alemão Ernst H. Haeckel (1834-1919). Haeckel foi um dos principais divulgadores do darwinismo, traduzindo e propagando as ideias do naturalista inglês. Enquanto que o comtismo é doutrina do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), núcleo e fundamento do positivismo.

Pesquisado em Mendes (2024) e alicerçado em Schwarcz(1993) em “o espetáculo das raças: cientistas e questão racial no Brasil - 1870-1930”:

"Darwinismo social" é uma adaptação feita, no final do século XIX, por muitos autores que tentaram aplicar os princípios da teoria da evolução, de Charles Darwin, no funcionamento das sociedades humanas; e, com isso, acabaram criando algumas distorções. A ideia geral do darwinismo social é usar conceitos como “seleção natural” e “luta pela sobrevivência” para explicar a competição entre os indivíduos ou os grupos humanos, assim como Darwin “o fez com as demais espécies animais e vegetais.” "O darwinismo social pode ser exemplificado por duas correntes. Uma delas apresenta um viés racista e colonialista que se desenvolveu no continente europeu. Essa vertente não coloca em primeiro plano a disputa entre indivíduos, mas o conflito entre raças e povos ao redor do mundo. No tocante à desigualdade social, o darwinismo social atribui a brecha entre ricos e pobres à maior “aptidão” dos primeiros para sobreviverem e prosperarem." (Mendes, 2024. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/darwinismo-social.htm>. Acesso em 01 de outubro de 2024).

Conforme Nelson Nogueira Saldanha (2001, p. 226):

Ao tempo de Tobias Barreto, ainda conviviam na mentalidade brasileira duas impressões bem típicas da relação cultural com os países europeus: a de que era possível caminhar paralelamente a eles, editando, pensando e discutindo igual a eles. E a de que éramos inferiores, incapazes ainda de nos integrar na vida intelectual “mundial [...] De qualquer sorte, foi aquele tempo – o das duas ou três décadas finais da monarquia – um estágio de consolidação de tendências e apuração de tipos, no quadro de nosso pensamento político. [...] Os valores liberais comandam intelectualmente os espíritos (embora o Partido Conservador fosse preponderante em nosso governo); liberais no sentido de ainda não ganhos pela posição socialista. Um progresso era visível na apresentação estrutural do

pensamento político: mais ordem, mais embasamento, mais adestramento verbal.
(Saldanha, 2001, p. 226).

Djacir Menezes (1937), acabaria retomando a questão nos termos em que a situa o mestre sergipano, Tobias Barreto, razão pela qual ambos filiam-se à Escola Culturalista Brasileira. (Menezes, 2018). A Escola do Recife foi um movimento sociocultural que surgiu na Faculdade de Direito do Recife, atual unidade da Universidade Federal de Pernambuco, e que se caracterizou pelo positivismo culturalista.

O líder do movimento foi Tobias Barreto (1839-1889), sergipano que se destacou por sua admiração pelo germanismo e por ter aprendido alemão sozinho. Outros nomes importantes da Escola do Recife foram Clóvis Beviláqua (1859-1944), Sílvio Romero (1851-1914) e Joaquim Nabuco (1849- 1910).

Tobias Barreto (1839-1889) lecionou na Faculdade de Direito do Recife, onde exerceu forte influência, que pode ser sentida em Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua (1859-1944) e Graça Aranha (1868-1931).

Tobias Barreto (1839-1889) é considerado pensador que deu início ao culturalismo brasileiro, influenciando, nesse sentido, Sílvio Romero (1851-1914), Alcides Bezerra (1891-1938) , Djacir de Menezes (1937), Miguel Reale (1910-2006), Evaristo de Moraes Filho (1914-2016), Luís Washington Vita (1921-1968), Paulo Mercadante (1923-2013), Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), Antonio Paim (1927-2021), Nelson Nogueira Saldanha (1933-2015), entre tantos outros. Tobias Barreto é o pioneiro do culturalismo brasileiro.

Sílvio Romero (1851-1914) - Sergipano, crítico literário, poeta e jurista, Alcides Bezerra (1891-1938) - Paraibano, procurador , inspetor geral do ensino de Paraíba e deputado estadual, Djacir Menezes- (1937) - cearense, filósofo, economista, advogado e jurista, Miguel Reale (1910- 2006) - Nasceu em São Bento do Sapucaí. Filósofo, jurista, poeta. Um dos líderes do integralismo no Brasil, Evaristo de Moraes Filho (1914-2016)- carioca, advogado trabalhista, escritor, Antônio Paim (1927- 2021) - Baiano, filósofo, militante do Partido Comunista Brasileiro. Luis Washington Vita (1921- 1968) - Paulista- filósofo e advogado, Paulo Mercadante (1923-2013) - Mineiro, cursou Humanidades, advogado, Roque Spencer Maciel Barros (1927-1999) - Paulista, historiador, educador, jornalista, filósofo e Nelson Nogueira (1933-2015) (- Paranaense - advogado.

Influenciado pela escola culturalista, Menezes (1937) aprofunda suas pesquisas e com elas evidencia a presença negra. Assim se expressa Menezes (2018, p.105) ao mostrar

a raça negra em terras nordestinas e com especial atenção no Ceará. Frisa o quanto o negro era de grande quantidade e faz crítica direta a Bezerra (1906) com sutileza. Ao mencionar os que denomina de “bandos do cangaço”, como verificou-se adiante, refere-se aos de descendência africana. Aponta o modo de branqueamento do negro banto ali presente (grupos interessados no processo histórico de aculturação):

A mesologia¹⁴ das caatingas denuncia, em certa medida, a psicologia dos incolos, que habitaram aquelas paragens. Não eram dispersas e ralas essas populações, como aprovou afirmar alguém. As terras, densamente povoadas de aborígenes, foram conquistadas duramente na violência sistemática do drama da colonização. Naquele clima de agitação e desordem, em que se despedaçaram as culturas ameríndias, ali localizadas, se devem pesquisar as fontes históricas da formação dos futuros bandos do cangaço. Mais do que em qualquer outra parte, pressentem-se os liames invisíveis que prendem o homem à terra e explicam a psicologia dos grupos interessados no processo histórico de aculturação. As investigações sobre o Nordeste, até agora, com raras exceções, adstritas a historiografia e crônica descritiva, exigem orientação sociológica precisa: porque é mister analisar ecológica e economicamente os diversos processos históricos de ajustamentos a fim de colher os dados necessários à solução do problema humano no Nordeste. (Menezes, 1937, p.105).

Menezes (1937) nos mostra coerentemente com ideias assertivas que a população indígena habitava as terras cearenses e que lutaram bravamente para permanecer em seus territórios. E acrescenta Menezes (1937, p.105 - 112) pontuando o poder da lei para mostrar que tudo foi dentro do normal, mostra a trama do absurdo arquitetada e aperfeiçoada gradativamente com o passar do tempo:

¹⁴ Mesologia é uma ciência dedicada ao estudo das relações recíprocas entre o ambiente e os seres que nele vivem

A colonização luso-espanhola da América mostra-nos o comportamento dos peninsulares no Novo Mundo. Para nosso estudo, basta-nos a observação da mesologia nordestina e da ação desenvolvida pelo português no trópico. *O contingente de sangue semita e negro, que já existia em Portugal, predispôs o colonizador a uma rápida adaptabilidade social e física às regiões sul-americanas.* [...] A distribuição dos grupos humanos em certa área geográfica não se faz arbitrariamente, mas segundo relações e leis complexas, que a Geografia Humana procura elucidar. Os seres humanos, no imperativo biológico de assegurar a vida, agem modificadoramente sobre as condições naturais. Mas não agem isoladamente: criam, como já dissemos, técnicas de ação, que se aperfeiçoam gradualmente, de acordo com o grau de evolução social e natureza das próprias relações sociais do processo produtivo. Os portugueses e mestiços que dominaram o Ceará, procedentes dos focos de irradiação de Bahia e de Pernambuco, em demanda do Maranhão, nucleiam-se ao longo da costa, aliados aos tupis; praias e norte do Ceará eram povoados pelos ameríndios da família dos tapuias: daí as duas áreas culturais diferentes etnograficamente. Com as informações sobre as terras favoráveis à criação, às margens dos rios ou riachos, nas caatingas, a indústria do pastoreio penetrou estas zonas sertanejas. Nas regiões litorâneas, desenvolveu-se então a lavoura, como assinalamos, sobretudo de Pernambuco para o Sul. (Menezes, 1937, p.112, grifos do autor).

Quanto às leis da época que carecia na província de ordem e regulação no tocante a formação social, muito bem explicita Sobrinho (2020, p.132):

As leis na sociedade escravista brasileira exerceram um papel capital para a manutenção dessa formação social, na medida em que se tornaram instrumento dos senhores de escravos, manipulando-as dentro de uma estratégia de uma abolição gradual e preservando essa ordem social até seu limite. Mas é sabido também que essas leis tiveram que ser modificadas. Em razão das lutas e resistências dos negros escravizados e livres contra o escravismo, a legislação foi obrigada a se adaptar a uma realidade clara: aqueles que eram vistos como coisas, brutos e indulgentes sabiam se organizar e se rebelar. Portanto, tornava-se urgente criar leis que limitassem, os abusos de senhores e aparentemente “beneficiassem” esses negros (tem-se aqui uma legislação que se intromete nas relações entre senhor e escravizado). Tornava-se urgente criar meios que controlassem e disciplinassem a grande massa de escravizados e negros livres. Era necessário impedir levantes coletivos dos negros, fossem escravizados africanos, crioulos, libertos ou livres. (Sobrinho, 2020, p. 132).

Menezes (1937, p.113) acrescenta:

Fatores acidentais quebraram por vezes o ritmo étnico de evolução dessas áreas, como, por exemplo, *a mineração colonial do Rio Salgado, atraindo 67 negros bantos, que se espalharam pelo Cariri, onde se notam também certos traços da área cultural dos engenhos, dada sua fertilidade natural.* Esses grupos, com o envolver histórico, mesclam-se, crescem, atraídos por riquezas naturais (Menezes, 1937, p.113, grifos do autor).

Esses fatos emitidos por Djacir Menezes não conseguimos visualizar nos textos e na concepção de Antônio Bezerra, os negros bantos são atraídos por conhecimento técnicos em mineração.

E explicita Djacir Menezes (1937, p.121) das atitudes do que ele denomina de

populações flagelada, de raça indômita e sanguinária (ascendência africana) que apelidada de cangaceiros que se volta contra a população pacífica (população branca, da elite):

*Aqui um ponto interessante. Este autor atribui a ferocidade das depredações verificadas aos elementos afros, que, trazidos pelo paulista Domingos Jorge, fazendeiro no Piancó, aumentam a inquietação sangrenta das populações flageladas. “É sem dúvida- diz ele- dessa raça indômita e sanguinária que têm saído esses cangaceiros, que há bem poucos anos infestavam o ser tão, assombrando a população pacífica por atos da maior ferocidade. Por vezes, realmente, se deparam tipos de cangaceiros que denotam a ascendência africana. Não se esqueça o complexo **inbreeding**¹⁵, em que continuam se mesclando incessantemente os mestiços. O homem que vive o espírito de rebeldia e indisciplina exercitou-se na ambiência social. As forças econômicas, decorrência das condições físicas, tendiam a configurar sociedade compatível com a feição psicológica do caboclo herdada do índio, ajustando-se marginalmente à atividade rural sobressaltada de secas. Desse aspecto psicológico dão notícias documentos. Estes, por exemplo, citado por Capistrano, que o atribui a João Pereira Caldas. (Menezes,1937, p.121, grifos do autor).*

O caboclo é o negro descaracterizado por Menezes (2018) alicerçado nos inscritos de Antônio Bezerra (1906).

Um fato que era constante a época segundo Menezes (1937, p.123) é o esmagamento da cultura negra que qualifica como inferior:

A sociedade nova, que se elaborava nos centros agrícolas regulares, nos pontos mais propícios, e nos currais e fazendas, nas zonas de dispersão das caatingas, desenvolvia-se em sentido antropossociológico diferente e estranho aos de aculturados. A reação deles era desesperada e inútil. São as páginas sangrentas e dolorosas das colonizações, com o esmagamento das culturas inferiores. Antes de tudo, despedaçamento pertinaz e múltiplo. Esfacelamento, que só uma visada sociológica pode perceber no seu processo histórico como um painel que se desdobra na perspectiva do tempo. Que se leia um só documento: o requerimento que, em 1725 os povos da ribeira do Jaguaribe, Icó, Banabuiú, Rio Salgado, Inhamuns dirigiram a Manuel Francês. Os reclamantes bradam contra o Ouvidor Mendes Machado, que correu a capitania, pelas fazendas e currais dos moradores, em devassas que custavam oitenta mil réis aos 4\$000 aos solteiros que copulassem com mulheres solteiras e se peças sem com duas eram 8\$000”.

¹⁵ Ana Sara Cortez Irffi. Professora Adjunto do curso da Universidade Federal do Ceará. Contato: anasaracortez@gmail.com.

Nesse documento, conta-se como o Ouvidor encontra o Coronel João da Fonseca Ferreira, e o Comissário de Cavalaria João Alves Feitosa, acompanhados de sequazes armados. Eles tinham acabado de destruir as fazendas dos Montes, de quem eram inimigos acérrimos. Pois Mendes Machado concluía-se com ele, prosseguindo na assolação dos bens dos Montes, “saqueando tudo que nas casas achavam, furtando-lhes todas as armas que tinham em suas casas para defesa do Gentio Bravo assim compridas como curtas, principalmente as guarnecidas de prata, e sobretudo despojando-lhes suas mulheres das peças de ouro com que estavam adornadas, decompondo-as de palavras e ações desonestas, metendo-lhes as mãos pelas maneiras da saia e atirando a espingarda nos que fugiam de sua fúria”. Esse ouvidor não parou aí. Arrasou muitas terras. O povo debandou pelo mato, fugindo. E era a justiça que assim procedia. Na atmosfera agitada, definiram-se os lineamentos gerais da economia pastoril, a base de contratos agrícolas, que as secas interrompiam. E cada crise climática removia os elementos heterogêneos de sedimentos de população malestratificada, sem as classes econômicas das sociedades estáveis. Havia, no *bas-fond*¹⁶, os elementos *deculturados, que se miscigenavam. Mais fortemente do que em qualquer outra parte. Amorenados, sem quase sangue negro.* (Menezes, 1937, p. 124, grifos do autor).

Nota-se aqui as rixas familiares, os saqueamentos, os dismantelos, as selvagerias em nome da lei da época. A raça negra não cabia nesse processo desarticulado, mas orquestrado, sintonizado e desumano da elite colonial em nome da limpeza étnica. E que respinga em nossos dias.

E prossegue Menezes (1937, p. 124) confirmando, “*Se no ambiente colonial entram os fatores indígenas, e nalguns pontos, do Nordeste, dos negros fugidos e rebelados, no ambiente regencial o ameríndio já aplacara, disseminado bestialmente*”. (Menezes, 1937, p.124, grifos do autor).

E acrescenta, Menezes (1937) no esforço de compartilhar com Bezerra (1906) a não existênciada raça negra no Ceará enquanto elemento de construção do povo cearense e que Barroso (1969) fortifica:

No tocante ao Nordeste, os fenômenos de contatos culturais são páginas históricas. A análise étnica e antropológica de suas populações revela a grande percentagem de sangue indígena, alterando a média dos tipos caboclos. Este mameluco indióide não se confunde com o pardo, o mulato negróide.[...] A moeda foi ou na roça, ou na cana, ou no quem o leva?... negro durante certo tempo. Era o capital para senhores de engenho. Capital vivo, produzindo sempre Saint-Hilaire pasmou para essa mania de converter em escravo os capitais ganhos, em Minas Gerais. A unidade de valor era o negro. O mecanismo da riqueza colonial simplificava-se na interdependência de suas molas: o navegante da costa da África vendia a prazo o escravo ao importador, que o revendia, a conta da colheita, ao produtor rural”. (Menezes, 1937, p.126-129, grifos do autor).

¹⁶ *bas-fond* - Camada degradada da sociedade; escória social, ralé.

A Fortaleza das últimas décadas do século XIX foi reurbanizada e grupos políticos e intelectuais se agitavam com ideias como abolicionismo, civismo e republicanismo. (Marques, 2020, p. 107).

Em tal contexto sócio espacial, não apenas essas pessoas eram afetadas pela urbanização de Fortaleza, mas seus costumes. Nesse sentido, a 24 de dezembro de 1896, um munícipe publicou crônica no jornal *O Pão*¹⁷ lamentando o desaparecimento dos congos e outras “festas tradicionais que o povo se incumbia de criar” e que eram a alegria dos cidadãos. “Tudo vai desaparecendo com o patriotismo nacional”, afirma o cronista. Mas essas festas não desapareceram com a República nem com a reurbanização de Fortaleza. Ao que parece, foram ressignificadas e permaneceram como práticas importantes na vida social dos munícipes da capital do Ceará, e algumas também se constituíram importantes instrumentos para os negros¹⁸ se afirmarem como sujeitos da história. Se desde o início da década de 1870 as coroações de reis e rainhas negros foram proibidas dentro da Igreja do Rosário, outros ajuntamentos de caráter festivo continuaram existindo na cidade. Foi o caso dos congos, dos sambas e, ainda, dos maracatus do Morro do Moinho, do Outeiro, do Beco da Apertada Hora, da Rua do São Cosmo. (Marques, 2020, p. 108).

Sobre as populações negras no Ceará e sua formação explícita Reis (2023, p. 417), evidencia a estratégia colonial de mostrar o quanto o negro era desprezível e quase sem função para a economia da província:

A povoação do Ceará seguiu os caminhos da criação de gado, ao contrário do Nordeste úmido de Pernambuco, das fazendas de plantação e dos engenhos de açúcar, de Gilberto Freyre. Deste lado seco do “outro nordeste”, de Djacir Menezes, a ocupação foi parcimoniosa, tomou as entradas litorâneas e subiu pelos vales secos dos rios. Pouco Valeram os escravos para uma atividade rala de mão de obra nas rudes e pobres tarefas do plantio de subsistência. De Aquiraz, seguindo as trilhas de penetração dos rebanhos de criação para Icó e o Quixadá, levando ao coração do Ceará a civilização do couro e do algodão, o povoamento destas terras áridas veio pelas estradas carroçáveis e pelas vias férreas, pelas missões religiosas e pela propriedade de terras, pelos rendeiros sem posse e pelos feirantes. Assim surgiu o Ceará. (Reis, 2023, p.417, grifos do autor).

Conforme explícita Arcanjo (1996, p. 81):

¹⁷ O PÃO da Padaria Espiritual. Jornal. Fortaleza, 24 dez. 1896. Edição fac-similar. Fortaleza: Edições UFC/Academia Cearense de Letras/Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1982, p. 3.

¹⁸ A palavra “negro(a)(s)”, utilizada neste texto, como nome ou adjetivo, segue a noção proposta por Ribard (2002, p. 136), ou seja, “não como categorias designando conjuntos populacionais homogêneos meramente marcados pelas ideias de raça ou de cor e sim muito mais como referenciais definindo categorias identitárias alimentadas de maneira interna e externa à própria comunidade e associadas a valores e representações que mudam seguindo os contextos históricos situacionais”.

Djacir Menezes, pretende desenvolver um estudo sobre a realidade social nordestina através da "aplicação do método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais" (p. 9). Desde 1932, quando publicou *O problema de realidade objetiva*, o autor já procurava expor os dois pontos principais de sua abordagem: primeiro, utilizar-se da sociologia como conhecimento científico rigoroso e preciso dos fenômenos sociais; segundo, partir de uma orientação materialista que privilegia o estudo das relações sociais de produção. Sua análise procura afastar certa "invasão de processos subjetivistas" e a "tonalidade idealista" comuns a seu tempo. A defesa da objetividade sociológica pode ser facilmente encontrada em diversos autores de seu tempo identificados com o positivismo. O que surpreende em Djacir Menezes é o segundo passo: fazer uso dessa abordagem através de uma perspectiva materialista, nos moldes da economia política marxista e procurar aplicá-la à interpretação do pobre nordeste pastoril. "Procurei enquadrar a formação histórica e social do nordeste dentro da evolução do Brasil, em conexão com o processo do desenvolvimento capitalista no ocidente. Este imprime seu ritmo na nossa formação cultural". Ao longo de toda a obra esse referencial não se perde, seja na análise do Estado português ou dos movimentos sociais. A formação do Estado e das oligarquias, as lutas republicanas e abolicionistas, cangaceiros e fanáticos, só podem ser compreendidos à luz dessa realidade material. Outro aspecto é fundamental. Para o autor à ciência não cabe admirar ou simplesmente lamentar a ocorrência de determinados fenômenos. Sua sociologia, por ter a capacidade de equacionar rigorosamente os problemas sociais, tem o poder e o dever de intervir e colaborar na transformação social. (Arcanjo, 1996, p. 81).

No livro "O outro nordeste" (2018) Menezes (2018) reconhece a existência dos povos indígenas e negros habitando o Ceará. "O fato da análise social ser dinâmica e acompanhar a própria evolução social não autoriza nenhuma forma de subjetivismo". (Arcanjo, 1996, p. 81).

Assegura Arcanjo, (1996, p. 81) portanto, que o pensamento de Freyre e Djacir Menezes são diferentes:

Se Freyre vê no senhor de engenho o elemento aglutinador de toda a sociedade, de porte assemelhado ao do nobre cavalheiro inglês, fino de trato e ideias, Menezes aproxima os poderosos fazendeiros da ideia de coronel, bárbaro e agente da desagregação social. A tese da democracia racial não se sustenta em Djacir Menezes. No Nordeste é imenso o esforço de Gilberto Freyre para mostrar as diferenças existentes entre Brasil e Antilhas, por exemplo, no trato dos escravos. Tenta o autor mostrar que aqui predominaram a docilidade e a integração pacífica do agente civilizado e negro na cultura brasileira. Em *O outro Nordeste* a dinâmica das forças sociais leva sempre à superação dos fatores étnicos. "São as forças sociais, que o estado das forças produtivas determinam, que modelam os diversos tipos antropológicos" (p. 193). É óbvio que houve miscigenação e que o mestiço, portador de extremo vigor físico e mental, seria capaz de construir no nordeste civilização tão digna quanto as mais admiradas. (Arcanjo, 1996, p. 81, grifos do autor).

Assim se expressa Menezes (2018) sobre a presença negra no Ceará:

[...] A digestão das culturas índias exigiu a mastigação delas - o despedaçamento das conexões sociais da comunidade originária para deixar o indivíduo isolado, como trabalhador, à mercê das novas formas de propriedade. Assim, os contingentes humanos, nas áreas do Nordeste semiárido, foram remanescentes mestiços das culturas aborígenes esfareladas pelo território em pequenos grupos aí por volta dos fins do século XVII e ao

longo do XVIII. Nos começos do XIX, o braço negro, que se multiplicara, estava presente na massa de trabalho cearense, mas, evidentemente, exíguo em relação à densidade da zona canavieira; era, pois, natural que as raízes sociais do pensamento escravocrata minguassem. E facilmente campeava o redentorismo. Na calidez da alma nordestina rapidamente cresceram aqueles ideais, a que se deve somar o republicanismo nativista exacerbado na expulsão dos invasores, tudo fundido numa mesma tradição de luta de resistência. Por isso, o 25 de março de 1884 foi um corolário inevitável. (Menezes, 2018, p.347-348, grifos do autor).

Nesse sentido Gomes (2017, p.184) assegura:

O abolicionismo finalizou, mas os problemas para as populações afrodescendentes estavam apenas começando. Discussões sobre raça, motivadas pelo medo das elites referentes às massas negras livres e legitimadas pelo darwinismo social e pelo racismo científico – consubstanciado pela política do branqueamento e pelas políticas de higienização – passam a contribuir para a invisibilidade e a marginalização cada vez maior das populações afrobrasileira. (Gomes, 2017, p.173).

Conforme observamos em Azevedo (1987) e assistindo a manobra de exclusão sutil do negro no Ceará em Menezes (2018), o poder do colonialismo e a trama da colonialidade assim se manifestava:

Para garantir a afluência desta imigração “espontânea”, o deputado (Delfino Cintra) defendia que o produto líquido destes impostos fosse aplicado ao serviço de imigração, ao invés do Fundo de Emancipação, como postulavam alguns. Era preciso, sobretudo, garantir a vinda de imigrantes, para somente mais tarde chegar à emancipação, quando os negros já estivessem convenientemente internados no campo, isto é, sob o controle dos grandes proprietários e sem possibilidades de subsistência autônoma nas áreas urbanas. As terras por sua vez já estariam sendo distribuídas aos imigrantes europeus interessados em tomar-se pequenos proprietários e com isso os ex-escravos e seus descendentes teriam vedados praticamente todos os acessos a uma vida autônoma tanto em termos urbanos como rurais. (Azevedo, 1987, p.165)

E Ballestrin (2013) nos assegura ao afirmar que “é possível situar o contexto de emergência da colonialidade e da colonialidade do poder: guerra, genocídio e conquista das américas (Maldonado- Torres, 2008, p.136). E eis que aqui surgiu um tipo de classificação social próspera para a empresa colonial: a ideia de raça. A construção da diferença, da superioridade e da pureza de sangue da raça branca é um efeito inédito (Ballestrin, 2013, p.101).

Influenciado pelas classificações raciais no Ceará, Menezes (2018) afirma:

Todo um longo período histórico de formação das populações rurígenas antecedeu ao movimento do Juazeiro. Batidos os nativos que requeriam as doações sesmeiras pelos núcleos armados, pelos currais, pelas fazendas,

arraigaram-se os primeiros nódulos sociais de onde surgiram as vilas e cidades, desenrolando-se os laços iniciais da história política. Para o vale do Cariri, afluem levas de toda parte do Nordeste brasileiro: dos sertões pernambucanos, baianos, alagoanos, piauienses, paraibanos. Era o cenário onde crescería a influência do Padre Cícero sobre a mentalidade sertaneja. Não se atribua o nomadismo, que tem impressionado alguns observadores do Nordeste, à raça ou a fatores psicológicos, *alegando sangue do cigano e do índio*. O nomadismo decorreu de causas internas da comunidade, não de fatores étnicos. O ameríndio era nômade porque não chegara à forma superior da atividade agrícola, e a *O negro já pertencia a grupos sociais superiores ao incolas: cultivava a agricultura e conhecia o sedentarismo decorrente*. A mobilidade das populações do Nordeste, resultante do pastoreio e da pecuária, aumentava os sobressaltos dos flagelos periódicos das secas. (Menezes, 2018, p.203, grifos do autor).

A primeira edição do livro “O outro nordeste” publicada pela Livraria José Olympio Editora, data de 1937. Seu filho Paulo Elpídio de Menezes (2018), o homenageia na edição comemorativa dos 80 anos da 1ª edição ao escrever:

[...] lutador infatigável, que veio criança dos sertões do Cariri, sem pai e sem mãe, e, através de todas as vicissitudes, estudou, formou-se em Direito e exerceu por mais de 40 anos o cargo de solicitador e procurador fiscal do Estado do Ceará. Longos decênios de uma linha infrangível de conduta, jamais abdicou de suas convicções em face de conveniências poderosas. Consciência extremamente delicada e vigorosa, jamais deixou de amparar o direito de um fraco ou humilde por temor de desagradar os eventuais mandões de província. As conjuras hostis foram imobilizadas à distância pela simples força de sua honestidade. Fibra de combatente que nunca enfraqueceu, ainda agora, desiludido mas forte, acompanha os episódios nacionais e internacionais, cheio de límpido interesse humano por todos os que sangram e sofrem, vítimas da brutalidade ou da violência, da ambição ou da estupidez... Coração amorável de meu Pai, que mais do que nunca sinto pulsar em mim como a fonte invisível do que poderia existir de mais digno no meu pensamento e na minha vida. (Palavras ditas ao assumir, em 28 de março de 1947, após curso, a cátedra de Economia Política e História, das Doutrinas Econômicas, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil). (Menezes, 2018).

Acrescenta Pandolfi (2003, p.183) “O Golpe de Estado no Brasil em 1937, também conhecido como Golpe do Estado Novo, foi um golpe militar liderado pelo presidente Getúlio Vargas com o apoio das Forças Armadas em 10 de novembro daquele ano”.

Em 3 de agosto de 1937 é fundada a União Nacional dos Estudantes no Rio de Janeiro. 10 de novembro: A quarta Constituição brasileira é outorgada pelo presidente Getúlio Vargas, iniciando o Estado Novo. Em 2 de dezembro de 1937 o presidente Getúlio Vargas assina o decreto-lei que extingue todos os partidos políticos no país. (Pandolfi, 2003, p.183). Porém, as discussões sobre a presença do negro no Ceará, seguiam as linhas da invisibilidade.

O ano de 1937 marca o início do Estado Novo, um regime de exceção que, embora proclame a ordem, a unidade nacional e o progresso, foi, na prática, profundamente antidemocrático. A fundação da UNE, a outorga da nova Constituição e a extinção dos partidos políticos sinalizam o fechamento do sistema político, o silenciamento das divergências e a concentração do poder no Executivo.

Nesse contexto, a invisibilidade do negro no Ceará não é um detalhe histórico: é sintoma de um projeto de nação excludente.

O Estado Novo promoveu uma narrativa de identidade nacional baseada na ideia de mestiçagem harmônica, apagando os conflitos raciais, as desigualdades históricas e a luta dos negros por reconhecimento, terra, trabalho e dignidade. A chamada "democracia racial" serviu como fachada para ocultar a permanência do racismo estrutural.

Enquanto os estudantes organizavam-se no centro-sul e o governo desenhava os contornos do Estado moderno, a população negra continuava à margem das decisões, sem voz nos partidos (agora extintos), sem representação nas estruturas do Estado, sem acesso à cidadania plena.

A exclusão do negro não era apenas social — era profundamente *política*. A repressão do Estado Novo atingiu duramente os setores populares, mas a negação da presença negra vinha de muito antes, e se aprofundou com um regime que buscava homogeneizar a identidade nacional apagando a pluralidade étnico-racial.

O Ceará, estado que se orgulhava de ter abolido a escravidão antes de 1888, foi cúmplice dessa exclusão ao manter o negro fora de sua historiografia, de seus projetos de desenvolvimento, de suas representações públicas. Silenciar o negro no discurso histórico é uma forma de silenciar sua luta no presente.

O Estado Novo apostou em símbolos: o trabalhador disciplinado, o estudante patriótico, o Estado forte.

Mas quais corpos estavam autorizados a encarnar esses símbolos? Certamente não os corpos negros, que seguiam associados à marginalidade, ao atraso, à informalidade — heranças da escravidão que nunca foram devidamente enfrentadas.

O projeto de nação desenhado nos gabinetes do poder excluía sistematicamente a negritude como parte constituinte do futuro do país.

A ausência do negro nos discursos da época — e particularmente no Ceará — não é neutra. Ela é *política, programada, calculada*. Enquanto o Estado

consolidava seu poder e reorganizou a sociedade sob novas diretrizes autoritárias, não havia espaço para reconhecer as contribuições, dores e reivindicações negras. A invisibilidade era uma forma de controle.

1.3. Parsifal Barroso, o intelectual político e suas considerações

Parsifal Barroso nasceu em 1913 e morreu em 1986. Advogado, professor, jornalista e político. Parsifal Barroso aos 38 anos se elege deputado federal – 1951 – 1955. Aos 42 anos senador 1955- 1956 e 1958 – 1959. Aos 43 anos Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do presidente Juscelino Kubitschek - 1956-1958. Aos 46 anos governador do estado 1959 -1963. Com o golpe de 1964, retirou-se das funções públicas, voltando nos anos 1970 como Conselheiro e depois Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Aos 58 anos deputado federal 1971 – 1977. Foi professor do Liceu do Ceará e da Universidade Federal do Ceará. Foi um dos líderes da ‘União pelo Ceará’, fazendo o sucessor no Governo do Estado. Seu pai, Hermínio Barroso, foi deputado estadual. Foi casado com Olga, filha do líder sobralense Chico Monte.

Dentre as obras escritas consta “O cearense” (1969) onde podemos observar o esforço de definir o povo do Ceará pela ação, em uma busca questiúncula, desalinhada da realidade da época, sem consistência histórica, sem pesquisa. Alinhado à Thiollent (1947, p. 22) é *sine qua non* que se pondere:

Consideramos que a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas. (...) Do ponto de vista científico, a pesquisa-ação é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social aplicada sem os excessos da postura convencional ao nível da observação, processamento de dados, experimentação, etc. Com ela se introduz uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta. (Thiollent, p. 22-24)

Apesar do texto de Barroso (1969) vir em nuances erudita, não agrega em nada o fato de ser uma obra sem referências, a nível de senso comum, dos saberes do cotidiano e formado a partir de hábitos burgueses eurocêntricos, preconceituosos quanto a questão da raça negra no Ceará, mediana, simplesmente baseada na retórica oitocentista que estava

ainda em moda naquele período. A pesquisa da obra de Barroso (1969) teve que ficar restrita a seus limites circunstanciais. No campo político, se equilibrava nas disputas, uma característica do trabalhismo, campo no qual sairia Governador. Farias (1997) pontua:

O advogado e professor Parsifal Barroso, sogro do poderoso oligarca sobralense Francisco Monte, realizou uma administração agitada, na qual não foram poucas as crises políticas – reflexo talvez do que acontecia entre esquerda e direita. A mais grave dessas crises se deu quando o governador rompeu com Carlos Jereissati, passando a disputar com este a liderança da bancada estadual e dos diretórios do PTB (Farias, 1997, p. 237).

Nesse sentido o ponto de partida da obra “o Cearense”, por falta de dados em antropologia, de fatos históricos relevantes e precisos e dados estratégicos conjunturais de geopolítica da formação da população negra no Ceará, fontes confiáveis e necessárias, se origina com problemas, além da ética, engajamento e responsabilidade de Barroso (1969), na medida em que o autor se queixa ao relatar:

Embora o cearense se pareça com o brasileiro a muitos respeito, sua presença sempre se assinala por uma modalidade própria de ser, de falar, de agir e de afirmar-se, que se não confunde com qualquer outra. Ocorre, entretanto, que se é tão difícil essa identificação da presença do cearense, dentro e fora do Ceará, já o mesmo não acontece quando se trata de fixar a natureza dessa especificidade, de modo cientificamente válido. Desde quando verifiquei a necessidade de serem levadas a efeito essas investigações, em busca de uma melhor perspectiva para o futuro cearense, pude compreender que somente através de uma equipe de cientistas sociais levar-se-ia a bem termo essa árdua e complexa tarefa. Surgiram, todavia, dificuldades e incompreensões que não me permitiram contar com essa cooperação, e assim fiquei impossibilitado de entregar ao público, como tanto desejara, obra completa e perfeita. (Barroso, 1969, p.16).

A obra se apegua a conferência realizada no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, intitulada “Precisa-se do Ceará” que Gilberto Freyre (1933) realizou em 28 de agosto de 1944. De acordo com Barroso:

Encontrei-o em 1944, ao ouvir a inesquecível conferência de Gilberto Freyre, no Teatro José de Alencar, em Fortaleza, publicada no jornal “Unitário” sob o título “Precisa-se do Ceará”, e ainda não integrada no conjunto de suas “Obras Reunidas”. Guardo comigo a inefável lembrança daquele fraterno e caloroso encontro do mestre da sociologia nordestina com a mocidade e os *intelectuais do Ceará, quando me senti disposto a ir ao encontro de sua sedutora determinação em favor dos estudos e das pesquisas que se deveriam iniciar sobre a origem e a natureza da cearensidade*. Verdade é que, ao confrontar o antagonismo das subculturas da Bahia e do Ceará, e embora não se refira aos neologismos de que me utilizo, Gilberto Freyre se esmera em descrever essas duas especificidades culturais, como se ambas estivessem a pedir-lhe o batismo dessa qualificação, porquanto as considerou como as que mais contribuiriam para a harmonia e a complexidade do todo brasileiro. (Barroso, p. 18- 19, grifos do autor).

A teoria de Freyre (1933), denominada de democracia racial por estudiosos, faz parte central da obra "Casa-Grande & Senzala", publicada em 1933. Essa teoria sugere que, ao longo da história do Brasil colonial, houve um processo gradual de miscigenação racial que levou à formação de uma sociedade onde as características culturais dos brancos, negros e indígenas forjaram a cultura brasileira. No contexto da II Guerra Mundial e do ápice do racismo, a teoria de Freyre (1933) passa a ser uma ideologia estabilizadora, já que o Brasil, seria um o país, segundo sua concepção um país em que as culturas convivem harmoniosamente. Freyre (1933) argumenta que, após o contato entre europeus, africanos e indígenas no Brasil, ocorreu um processo de "miscigenação" da população.

Isso não se refere apenas à mistura biológica, mas também ao domínio cultural, social e econômico dos valores europeus sobre os demais grupos étnicos.

Além disso, Gilberto Freyre (1933) observa que essa dinâmica não foi apenas uma questão de raça, mas também de cultura. Todavia, como pontua Nilma Lino Gomes (2005), os valores e comportamentos dos europeus foram gradualmente adotados como padrão de civilização, enquanto as culturas indígenas e africanas foram marginalizadas ou subjugadas, constituindo na ideia de Freyre (1933) um mero mito.

Ao que é percebido em Menezes (1906) que define a formação do povo cearense a partir do europeu, autóctone e cigano, Barroso (1969) utiliza-se do mesmo critério referendado em Bezerra (1906) e Freyre (1933) que invisibiliza a identidade negra a partir da miscigenação. Entretanto, com outras características. Parsifal Barroso (1969) foi um importante historiador, intelectual e político cearense do século XX, conhecido por suas contribuições para a historiografia regional, especialmente no que diz respeito à formação étnica do Ceará.

Barroso (1969) na sua obra "o Cearense" defendia a ideia de que a formação étnica do Ceará era essencialmente resultado da miscigenação entre europeus e indígenas, excluindo a contribuição significativa dos africanos e seus descendentes, inclusive desconsiderando a relevância cigana do Egito ou de Angola por seu caráter nômade. Ele argumentava que os negros africanos não teriam tido um papel relevante na formação da sociedade cearense e que sua presença teria sido limitada e periférica. Essa visão de Parsifal Barroso (1969) está fortemente influenciada pelo trabalho do historiador Antônio Bezerra de Menezes (1906), da obra "O Ceará e os Cearenses" (1906) (que também compartilhava da ideia de que a miscigenação racial no Ceará teria se dado primariamente entre portugueses e índios, com pouca influência negra). Essa interpretação contrasta com outras perspectivas históricas que enfatizam a presença e o impacto significativo da

escravidão africana no Ceará. Portanto, a posição de Parsifal Barroso e sua interpretação da formação étnica do Ceará, excluindo a participação dos africanos, reflete um debate historiográfico específico sobre a influência dos diferentes grupos étnicos na construção da identidade e da sociedade cearense ao longo dos séculos.

Assim, explicita Barroso em “O cearense”:

Do período pré-colombiano, o espaço cearense sempre atraiu ameríndios em crescente e complexa heterogeneidade, sem que os pesquisadores se encontrem capazes de tornar aceitável uma discriminação dessas etnias, face a evidência de que nenhum grupo étnico- linguístico-cultural chegou a ser definido por forma cientificamente exata. Sujeitos à mesma contingência também se encontram os mamelucos que preferiram aventurar sua mudança para a capitania cearense, desde os seus primórdios, procedentes de outras regiões nordestinas, pois ainda não surgiu um historiador que se interessasse pela ponderabilidade dessa presença brasileira, firmada antes do índio da colonização oficial do Ceará, em 1603. Mas a complexidade sobe de ponto quando se admite na formação étnica do cearense o terceiro elemento, em conformidade com o modelo da formação brasileira. “flor amorosa de três raças tristes” (Barroso, 1969, p. 36 -37).

Na teoria freiriana, brancos, negros e indígenas formariam as “raças tristes”. Todavia, é explícito o desdém de Barroso quanto a questão da raça negra no Ceará, e prossegue ele:

Como não há dúvida quanto à impossibilidade de se ter no Ceará a presença ponderável do elemento africano, surgiram opiniões favoráveis à aceitação de uma etnia que o substituisse, a modo de um mínimo suscetível de identificação. Ater-me-ei ao exame do principal desses mínimos, porque se o admite Gilberto Freyre com a reserva cautela de um “talvez”, o ilustre historiador Antônio Bezerra sempre o considerou capaz de constituir a terceira etnia de nossa formação. Refiro-me à miscigenação cigana, de aceitação generalizada, porque Gustavo Barroso em sua magistral obra “Terra do Sol”, e Sílvio Júlio, em seu magnífico estudo sobre a “Terra e Povo do Ceará”, ratificaram com suas autoridades incontestes a conclusão justificada por Antônio Bezerra. (Barroso, 1969, p.37-38 grifos do autor).

Portanto, nas escritas desses intelectuais, se inicia o apagamento oficial da história da presença negra no Ceará. Tanto no período antes e pós abolição quanto em um contexto trabalhista, a presença negra no Ceará era silenciada¹⁹. Outro fator é que eles não conseguiram acompanhar antropologicamente e socialmente, talvez por desinteresse, um elemento constitutivo do racismo, o percurso do processo de ocupação humana no Ceará de

¹⁹ Após o período conhecido como Estado Novo (1937-1945), a redemocratização foi marcada pela intensa agitação política, advinda das negociações em que, por meio de suas ideologias, novos grupos ou classes, até então sem forte participação nas instâncias de poder, passam a reivindicar melhores condições materiais e representação na política brasileira. O modelo político para equilibrar as tensões da incipiente democracia foi identificado na ideologia trabalhista promovida pelo estado, conhecido como populismo ou do pacto trabalhista (Gomes, 1988).

maneira a compreender que de fato a raça negra esteve desde o princípio presente nas terras do Ceará, com a cultura congo-angolosa, como aponta Hilário Ferreira Sobrinho (2009).

A obra “O Ceará e os Cearenses” (1906) nos remete à uma conduta antiga de posicionamentos conservadores em um contexto pós-abolicionista projetado por uma história metódica que deixa de explorar a presença negra. Já no livro “O cearense” (1969), nos deparamos com um intelectual e político que mesmo renovado pelo “método freyriano”, em que *brancos, índios e negros* formavam a cultura nacional, insiste em desconsiderar a presença negra, e da sua cultura, na formação da cearensidade.

Ser negro, como em qualquer lugar, envolve uma identidade racial e cultural que se desenvolve dentro do contexto histórico, social e político da região. Historicamente, os negros no Ceará têm uma trajetória igualmente marcada pela escravidão, mas não só e, também, pela luta por direitos civis e pela contribuição significativa para a cultura e a economia local.

Culturalmente, a presença africana e negra no Ceará se manifesta em aspectos, como na culinária, na música (como o coco, o maracatu de cara preta, a capoeira, o maculelê, bumba meu boi e outras manifestações populares), na religiosidade (com destaque para a macumba, o catimbó, candomblé e outras religiões de matriz africana), nas tradições artísticas e nas formas de resistência e organização comunitária.

No entanto, a experiência de ser negro no Ceará também pode incluir desafios relacionados à discriminação racial, desigualdades socioeconômicas e questões de representatividade e inclusão social. Há movimentos e iniciativas que buscam promover a valorização da cultura negra cearense, combater o racismo estrutural e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente da cor da pele. Na vanguarda desses movimentos podemos identificar o Grupo de União e Consciência Negra no Ceará organizado pela intelectual orgânica Lúcia Simão em 1982. Além das articulações com pesquisadores acadêmicos, como o ocorrido na década de 1990 por ocasião do “Seminário Negra da Negada” ocorrido nas dependências da Universidade Federal do Ceará.

Em resumo, ser negro no Ceará é pertencer a uma comunidade diversa e resiliente, cujas suas contribuições foram fundamentais para a identidade cultural e social do estado. O estudo conclui que para reconstruir a presença das populações negras e de suas organizações sociais na história e na formação do estado é imprescindível o reconhecimento de outras operações intelectuais, para além das obras examinadas, com

outras ferramentas metodológicas, como as tradições orais referentes à trajetória dessas populações. Pois possibilitará além do reconhecimento, a valorização profunda da contribuição histórica, cultural e social da identidade negra no Ceará.

2. ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO CEARÁ

Pular muro é pouco, agora é tempo de empurrar paredes inteiras sem pedir licença. O tempo não tem sido manso com os corpos negros, por que haveria de serem mansos os sobreviventes? Graça Marques (2021)

O objetivo específico deste capítulo é visibilizar, valorizar e demarcar politicamente a luta do movimento negro contemporâneo no Ceará, com ênfase em suas raízes e articulações históricas. Observar a foto 4 a seguir. A origem do GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra – simboliza mais que um ponto de partida organizativo: representa a emergência de uma consciência coletiva, crítica e engajada, que se opõe frontalmente à narrativa dominante que historicamente silenciou, apagou ou distorceu a realidade da população negra no Estado do Ceará. Trata-se de um esforço político e epistemológico de reivindicação de uma história própria, construída por intelectuais negros e negras que, em meio às margens e periferias, insurgem contra as estruturas racistas sedimentadas no imaginário social cearense.

FOTO 04 - Articulação do Movimento Negro Cearense em 1984

- William Augusto e Irmã Imelda Pontes e apoiadores



FONTE: JORNAL O POVO 16/11/1984

Ao identificar intelectuais orgânicos que desbravaram os caminhos do pensamento negro no Ceará – ativistas, educadores, artistas e lideranças comunitárias – este capítulo reconhece a potência de suas vozes, de suas memórias e de seus corpos, muitas vezes abafados pelas instituições tradicionais do saber.

Estes intelectuais orgânicos atuaram (e seguem atuando) como “Ôri” da memória negra, escavando silêncios e reconstituindo verdades soterradas por séculos de colonização do saber. Ao combater falácias, fatos inverídicos e histórias mal contadas, o movimento negro no Ceará reconstrói outra historiografia, insurgente e afirmativa, que aponta para a centralidade da população negra na formação da identidade cearense.

Dar visibilidade aos agrupamentos negros e às comunidades negras espalhadas pelo território cearense – quilombos, terreiros, associações culturais, coletivos artísticos – é também reconhecer suas resistências cotidianas, seus modos de existir, criar e reinventar o mundo à sua maneira. É assumir que essas comunidades são produtoras de conhecimento e práticas de liberdade que desafiam o racismo estrutural, o epistemicídio e as desigualdades históricas.

Este capítulo, portanto, não apenas documenta a luta negra no Ceará, mas afirma como projeto político e civilizatório. Um chamado à escuta, ao reconhecimento e à reparação.

FOTO 05 -William Augusto, Benedita da Silva e Gilberto Leal na 1ª Conferência de Promoção da Igualdade Racial - Brasília-DF em 3 de junho a 2 de julho de 2005.



FONTE: Arquivo do Autor.

2.1 O movimento negro contemporâneo no Ceará: a origem do Grucon.

A história do movimento negro contemporâneo institucionalizado no Ceará começa com a fundação do Grupo de União e Consciência Negra, através dos contatos pessoais que Lúcia Simão (1982) mantinha, através de cartas, com a articulação nacional desse grupo em São Paulo, que ainda em 1981 iniciou articulações por todo o país em busca de sua autonomia em relação à Igreja Católica²⁰.

Podemos situar que o movimento negro contemporâneo no Brasil inicia na década de 1970, com a criação do Movimento Negro Unificado. Petrônio Domingues (2007) aponta que:

No plano externo, o protesto negro contemporâneo se inspirou, de um lado, na luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde se projetaram lideranças como Martin Luther King, Malcon X e organizações negras marxistas, como os Panteras Negras, e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, sobretudo de língua portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Tais influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter assumido um discurso radicalizado contra a discriminação racial. (Domingues, 2007, p. 112)

Desde 1977 Lúcia Simão conhecia as *Irmãzinhas de Jesus*²¹, cuja fundadora era irmãzinha Madalena de Jesus (1977) seguidora do Irmão Carlos de Jesus(Charles de Foucauld) (1858-1916)

²⁰ Lúcia Simão é a fundadora do Movimento Negro contemporâneo no Ceará. Seu depoimento foi indispensável para a compreensão da trajetória do grupo, pois Lúcia foi responsável pela difusão da luta dos negros pelo interior do Estado, através de vistas regulares que fez aos grupos articulados pelo interior. Em sua narrativa não há separação entre sua história de vida e a história do movimento. É uma narrativa feita na primeira pessoa do singular. Sua origem familiar, na Comunidade Lagoa do Ramo em Aquiraz, uma das comunidades negras “descobertas” pelos pesquisadores, é apresentada como justificativa e credenciamento para seu pioneirismo no movimento negro do Ceará.

²¹ Seguindo a inspiração do irmão Carlos de Jesus, a irmãzinha Madalena de Jesus começou a fraternidade das irmãzinhas de Jesus no dia 8 de setembro de 1939. Irmãzinha Madalena dizia: “Antes de ser religiosa, seja humana e cristã”. As irmãzinhas estão presentes nos cinco continentes. São atualmente 1334 irmãzinhas, espalhadas em 68 países. Em 1952 chegaram as primeiras no continente latino-americano para viver com os índios Tapirapé, no Mato Grosso e em outros países. São mulheres consagradas a Deus e aos irmãos e irmãs, numa vida contemplativa, vivida no meio dos empobrecidos, para juntos caminharem para Deus, num caminho de igualdade, fraternidade e justiça. É uma vida contemplativa mergulhada neste mundo que Deus ama. O apostolado ou a pastoral das irmãzinhas consiste em fazer a palavra de Deus acontecer, caminhando cada dia com os irmãos e as irmãs, partilhando passo a passo suas vidas, suas histórias, seus clamores e suas lutas por uma vida verdadeiramente digna e humana. <https://santo.cancaonova.com/santo/sao-carlos-de-foucauld-o-exemplo-de-conversao/>.

da qual fizera uma experiência vocacional, e em 1981, viajou a convite delas para participar da Missa dos Quilombos em Recife²².

A gente não sabia que existia movimento negro, não sabia que negro se encontrava por ai afora e as irmãzinhas, elas sabiam desse meu desejo e lendo uma revista chamada SEDOC [Serviço de Documentação, da Editora Vozes] eu vi um artigo que convidava as pessoas a participarem da Missa dos Quilombos que ia acontecer em Recife e estava muito no auge, porque quem ia cantar a Missa era o Milton Nascimento. Elas me convidaram a ir a Recife pra assistir essa missa, eu fui mais duas irmãs e assistimos a essa missa. Quando eu cheguei lá eu fiquei maravilhada, fiquei besta de ver tanto negro junto e foi lá que eu descobri que negro se encontrava, ai fiquei meio doida, fiquei doida! (Simão, 2003)²³

FOTO 06 - Maria Lúcia Simão Pereira intelectual negra do Ceará



FONTE: Jornal O POVO - 10/03/2024

²² A Missa dos Quilombos foi celebrada uma única vez a 22 de novembro de 1981 em Recife/PE por Dom José Maria Pires, Arcebispo Negro da Paraíba, intitulado Dom Zumbi. Parte de seu sermão (Homilia) está reproduzido no boletim católico Tempos Novos. Ano VI, nº 40, março/1988, p. 7. Há também um registro fonográfico em LP intitulado Missa dos Quilombos de Milton Nascimento, Dom Pedro Casaldàglia (Bispo de São Félix do Araguaia) e Pedro Tierra, gravado no Mosteiro de Caraça em Minas Gerais em abril de 1982. A celebração foi proibida pela Congregação para a Doutrina da Fé, presidida pelo Cardeal Ratzinger (Hoje Bento XVI) como desvirtuamento da fé católica. Só em 1990, a Congregação para o culto divino liberou um modelo de celebração afro-brasileira com restrições aos possíveis “excessos”.

²³ Entrevista realizada com Lúcia Simão, dia 24/08/2003 na cidade de Fortaleza/CE.

Foi no Jardim Iracema que iniciaram as reflexões com alguns desses negros.

A partir daí, surgiram os núcleos de Antônio Bezerra e da comunidade do Trilho²⁴.

Notadamente, a Igreja Católica, foi a matriz que, numericamente e discursivamente, mais influenciou e forneceu os intelectuais militantes negros nesse período inicial do Movimento Negro Cearense, primeiramente porque representou nesse estado, espaço de atuação privilegiado e de certa forma, protegido, num período em que ocorreu uma grande retração de outros espaços de atuação política em decorrência da repressão militar²⁵. Nesse sentido, percebemos que os primeiros integrantes do Grupo de União e Consciência Negra no Estado e dos grupos de consciência negra no Ceará eram membros ou estavam diretamente ligados às Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's e às pastorais sociais da Igreja Católica. Essa superioridade numérica dos intelectuais vindos do catolicismo assume uma significativa importância na interpretação dos discursos, das práticas e tensões no interior do Movimento Negro cearense.

Conforme a assertiva de Gomes (2017, p.173) ao explicitar que:

As organizações sociais negras são núcleos de (re)encontro para a comunidade negra reivindicar a sua inserção na sua inserção social, afastando-se de vez da marginalização que, de certa forma, é imposta após o dia 13 de maio de 1888. Como aduz Paul Singer, “[...] o negro brasileiro sempre foi um organizador [...]”²⁶ Nesse sentido, os quilombos, as insurreições e as fugas no contexto da escravidão são considerados meios de ordenar essa população, já que eram ações pensadas contra a condição adversa. (GOMES, 2017, p.173).

Isto implica reconhecer que os discursos identitários sobre a negritude cearense comportam uma dimensão constituída pelas concepções cristãs e católicas, intra e extra-ecclesial, ou seja, por um discurso identitário negro permeado de referências morais defendidas no espaço católico e por valores requeridos de seus adeptos, pelas críticas e divergências externas que questionavam se o catolicismo se prestava como espaço de atuação militante de negros conscientes²⁷

²⁴ PEREIRA, William Augusto. Op. Cit., p. 6

²⁵ Esse caráter privilegiado de atuação dos intelectuais católicos deve-se em muito à presença firme e ativa dos bispos do Ceará, como Dom Aloísio Lorscheider de Fortaleza e Dom Frago de Crateús, junto aos movimentos sociais na década de 1970. Dom Aloísio Lorscheider chegou a Fortaleza em 1971 e se transformou em personalidade nacional, quando presidiu a CNBB enfrentando frontalmente as forças repressivas do regime militar. (Sousa, 2006 p.50)

²⁶ SINGER, Paul; BRANT, V.C. (org.) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980.p. 143.

²⁷ Sobre essa questão, argumentavam que a Igreja Católica agia somente como cooptadora do Movimento Negro e que sua participação na instituição da escravidão negra e na legitimação das relações sociais escravista no período colonial lhe descredenciavam dentro da luta antirracista. Sobre o assunto ver dentre outros WILLECKE, Frei Venâncio. Senzalas dos Conventos. São Paulo: Revista de História nº 106, 1976, MIRA, João Manoel Lima. A Evangelização do negro no período colonial brasileiro. São Paulo: Loyola,

Além disso, alguns intelectuais negros que faziam parte das pastorais e mesmo da hierarquia católica enfrentaram problemas de ordem institucional e hierárquica revelando ser o campo católico. Em maio de 1982 Lúcia Simão fez os primeiros contatos com os membros do Grupo de União e Consciência Negra em São Paulo²⁸ e em novembro deste ano viajou para participar da Semana da Consciência Negra e do Encontro Nacional do Grupo de União e Consciência Negra, de onde retornou nomeada como articuladora local.

Segundo Lúcia (2003):

E comecei aqui a me encontrar, eu, a Cleide minha irmã e mais duas ou três pessoas, a mãe, a Margarida e a Graça que era irmã de Eugênio, essas pessoas.(...) Nós começamos assim, um grupo da Pastoral Operária, um núcleo de dentro da Igreja, assim como o Grupo de União e Consciência Negra (...) e vi que era melhor a gente caminhar com o Grupo de União e Consciência Negra porque abrangia o negro na totalidade, não por ele ser crente, nem por ele ser católico, nem por ele ser espírita, mas por ele ser negro. (Simão, 2003)²⁹.

1983, TERRA, João E. Martins. Bíblia, Igreja e Escravidão. São Paulo: Loyola, 1983, VALENTE, Ana Lúcia E. F. O Negro e a Igreja Católica. Campo Grande: CESITEC/UFMS, 1994, e no Ceará.(Campos, Eduardo. Imprensa Abolicionista, Igreja, Escravos e Senhores. Fortaleza: Sec. Cult. e Desp./BNB, 1984.

²⁸ É importante diferenciar para o contexto histórico. Existiram dois grupos com os mesmos nomes: Grupo de União e Consciência Negra com coordenação em São Paulo (contato Maria Elvira Rocha) e outro denominado de GRUCON – Grupo de União e Consciência Negra com coordenação em Goiás (contato Haroldo Reis).

²⁹ Lúcia difere aqui a possibilidade de ter se tornado Agente de Pastoral Negra, optando por uma trajetória mais social ligada ao Grupo de União e Consciência Negra, pois quando da recusa do GRUCON em continuar vinculado a CNBB e ser considerado como Pastoral Católica, a Igreja passou a estimular a organização dos Agentes de Pastoral Negros (APN's), grupo orientado pela hierarquia católica e que passou a receber os incentivos financeiros outrora destinados ao GRUCON.

Foto 7 - Encontro na Biblioteca Pública do Ceará - BECE



FONTE: Arquivo do autor. Graça Marques, Lúcia Simão, Josélia Silva e Margarida Marques. Dia 22/11/2024. Evento: Relatos Bibliográficos – Lúcia Simão: Maracatu, liderança e a história do Movimento Negro.

O Movimento Negro no Ceará surgiu mediante o despertar de uma consciência crítica entre algumas pessoas negras que sentiram a necessidade de conhecer suas raízes e o desejo de se assumirem como negras. (...) Tudo teve início no ano de 1982. A primeira reunião constatada em ata é do dia 13 de julho, quando um pequeno grupo de pessoas negras se encontrou no bairro Jardim Iracema³⁰. O protagonismo dos intelectuais do movimento se deu a partir do bairro do Jardim Iracema na formação dos grupos de consciência negra pelo fato que ali residir um grande número de negros e ressaltando que muitos desses negros, moradores do bairro descendem diretamente da família dos Caetanos de Uruburetama (Pereira, 2009). Muitos deles oriundos de Conceição dos Caetanos, do município de Uruburetama e Água Preta. Nos bairros próximos também residem famílias negras, como no bairro do Quintino Cunha, Pe. Andrade, Olavo Oliveira e São Francisco. também, um espaço de disputas políticas e sociais internas³¹.

E paralelamente, a necessidade de denunciar e combater as práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias presentes no cotidiano e na cultura popular cearense, o que impedia a afirmação da negritude por parte dos intelectuais negros locais e dessa forma

³⁰ PEREIRA, William Augusto. Jardim Iracema – Pioneiro na organização Negra. 2009, p. 6.

³¹ Caetana Maria Damasceno realizou diversos estudos sobre o relacionamento entre católicos e os adeptos dos cultos afro- brasileiros. Entende que para aproximar esses dois universos, diminuindo as discrepâncias naturais desses universos religiosos, os “agentes do enegrecimento da Igreja Católica entendiam que o Candomblé fornecia os elementos culturais para que a fé católica se expressasse...”. Afirma que os militantes negros católicos tiveram que fazer uma opção preferencial pelo Candomblé como única expressão da religiosidade afro-brasileira. Para ela, essa escolha evidenciava uma opção político-ideológica do grupo para viabilizar o enegrecimento da fé católica. DAMASCENO, Caetana Maria. Ritual e conflito: Quando se canta para subir. Estudos Afro-asiáticos nº 18, 1990, p. 48.

a superação do racismo interiorizado nos próprios negros, o que se daria através da elevação da autoestima do próprio negro, pela criação e ressignificação dos elementos culturais estigmatizados.

Antes de discorrermos sobre como o Movimento Negro pode se afirmar como um grupo étnico racial promove um discurso identitário reabilitador da negritude cearense, faz-se necessário evidenciar a existência de um outro discurso racial, tornado hegemônico através da historiografia tradicional cearense, que interferia decisivamente na estigmatização dos negros pela influência que exercia no senso comum, permeando relações sociais preconceituosas no cotidiano da população cearense.

Pode-se constatar em Bezerra (1906) no primeiro capítulo, um dos intelectuais do sistema ao se posicionar com relação ao negro identifica-se uma forte carga de preconceito racial no seu discurso ao afirmar: “Donde vieram esses nômades que têm sido tão injustamente apreciados? Uns pensam que saíram do Egito, o país da superstição e da bruxaria.” (Bezerra, 1906, p.10).

Para se pensar em uma construção identitária, sob novo olhar no Ceará, não se pode negar a tradição oral³². Aquela construída dos ancestrais (seus modos de viverem e busca do transcendente), indiferente de quem quer que seja ela existe no nosso passado e estabelecem afinidades com outros fatos e acontecimentos. Às vezes alheio a nós. Observamos, sentimos, diluímos e nos integramos. No nosso modo e jeito, participamos. Cada um de nós somos um em nós; formamos o todo com um pouco de cada um. Não existe nem existirá igualdade entre nossos olhares. Por isso que sentimos e vivemos essa multiplicidade de gestos, maneiras e modos de viver, todas válidas e autênticas. Umas infinitamente distantes das outras, desconformes e aleatórias, mas com essência atrelada ao mesmo núcleo (o ser negro de corpo e alma). Isso é a força da diversidade negra girando nossos afazeres, com gesto (corpo), olhares (definição ou redefinição), atitudes (caminhada ou retomada de via), inspiração (espiritualidade natural, harmonia do corpo com a natureza) e gosto aos alimentos (comida que nos arremete aos nossos íntimos e lugares pitorescos e próximo ao nosso povo antecedente).

³² A tradição oral tem a função de preservar histórias, de garantir às novas gerações indígenas ou negras o conhecimento de seus antepassados. A forma mais antiga de se conhecer histórias é através da oralidade, a história ouvida pela sua avó, cuja sua bisavó contou-lhe e que hoje sua mãe lhe contou. Quando falamos no povo negro, a preservação da tradição oral como forma de ligação com a ancestralidade tem papel primordial, tendo em vista um país como o Brasil, onde mais de 70% da população é composta por negros. O reconhecimento de nossos ancestrais como um povo com riquezas culturais é necessário, é também uma forma de resistência e sobrevivência. Esse resgate talvez seja o grande segredo para preservação da memória dos povos.

Nesse sentido Nilma Lino Gomes (1995) nos lembra: “A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros.” e acrescenta: “a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve, também, os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade.”

E se faz importante a assertiva no sentido da identificação da identidade negra, isto é, para Gomes (1995), essa construção é: “ enquanto sujeitos sociais, é no âmbito da cultura e da história que definimos as identidades sociais (todas elas, e não apenas a identidade racial, mas também as identidades de gênero, sexuais,, de nacionalidade, de classe).”

A construção positiva da identidade negra, faz alegrar o coração e nos fortifica para o ânimo do encontro. A partir daí, apresentamos algumas reflexões do Ser Negro, pois é aí que aprendemos a remar juntos. Isso é o que importa, é aonde queremos chegar, os meios são infinitamente diferentes, múltiplos e até divergentes. Os mecanismos utilizados podem até parecer inapropriados no primeiro olhar, mas os olhares são infinitos, variados e complexos; Não podemos fugir disso. Mesmo porque se o fizermos estaremos excluídos de nós mesmos.

É nesse caldeirão cosmovível (*Modo pelo qual a pessoa vê ou interpreta a realidade*) que habita a essência do ser³³. O ser negro é um aglomerado de atributos de tradição e premissas de cosmovisão negra de influência ancestral com espiritualidade humanizante ligado a natureza. Nesse todo o povo negro não tem como divergir. É uno, completo, perfeito. E é aí que está a força, a unidade. Não é uma soma matemática: $1 + 1$, para se chegar a dois, mas uma multiplicação de possibilidades aleatórias e muitas destas até divergentes e incoerentes no olhar de vários outros, mas sem essas possibilidades desconexas não existirá a unidade, o todo. Não se pode culpar, um ou outro de alguns desvios, pois as variantes são incompreensíveis em um diagnóstico superficial e aleatório do fato cosmovível³⁴. Precisa-se de pontos filosocioetnicoraciais³⁵ e atemporal que se convirjam tais como³⁶:

³³ Representa o mundo o qual estou inserido. Lugar onde cada pessoa está e que defende esse espaço seu onde vive, esse caldeirão é o resultado da cosmovisão que permeia sua vida. Em nosso caso específico, de negros cearenses e brasileiros, vivemos de acordo com a Cosmovisão negra (um desdobramento da Cosmovisão africana).

³⁴ É uma premissa pessoal de *cosmovisão negra que influencia muito a maneira como a pessoa se vê enquanto negro no mundo, suas origens, sua natureza humana, valores e destino*.

³⁵ São influências filosóficas, sociais atribuídas ao povo negro enquanto povo. Existem diversas filosofias que são verdadeiras doutrinas étnicas, que nos acorrenta, e nos tolhe o pensar. Para sair desse marasmo precisa de uma reflexão crítica para eliminar tais correntes. (Pereira, 2009).

³⁶ Pontos atemporal – são os espaços de nossas vidas enquanto negros que por motivos de condicionamentos, alienação ou demência social nos causou ausência de uma consciência apurada de ser o que sou, pessoa negra

1. Sou negro de onde meu ancestral tenha habitado.
2. Tenho ciência de que o negro está sendo discriminado na sociedade atual.
3. Reflito que preciso levantar a cabeça e erguer-me como ser negro de valor.
4. Sei que no Ceará e no mundo o racismo contra o povo negro é forte e desumano e frequente
5. Discutir e lutar, ter convicção e vontade de lutar contra o racismo.

Por esse prisma a intelectual negra Izoilda Loretto da Trindade (2015, p.16) nos afirma:

A “certeza” de que todas as pessoas carregam saberes, e em função de todas serem afrodescendentes – afinal, o primeiro ser humano foi um africano ou africana – podemos dizer que os saberes pré-colombianos, aqui presentes, são também saberes afrodescendentes. E, podemos dizer ainda, que somos caudatários, desde o “descobrimento” dos saberes africanos ou afrodescendentes, momento marcado também por encontros e confrontos de saberes e fazeres (Trindade, 2015, p. 16).

E Trindade (2015) nos acrescenta novos elementos que nos dão sentido: “Somos únicos e somos múltiplos, somos uma riqueza de possibilidades. E podemos nos conectar, nos compreender, nos comunicar, interagir... nos constituir em comunidades, grupos, sociedades, civilizações... e compartilhar as graças e desgraças da existência”. (Trindade, 2008, p. 8).

Esse é o papel das organizações negras na afirmação da identidade negra, dar sentido a essas diversidades, identificar pistas e trilhas para que a população negra possa se mostrar que é parte desse todo histórico e social. Assim fez o Grucon no Ceará.

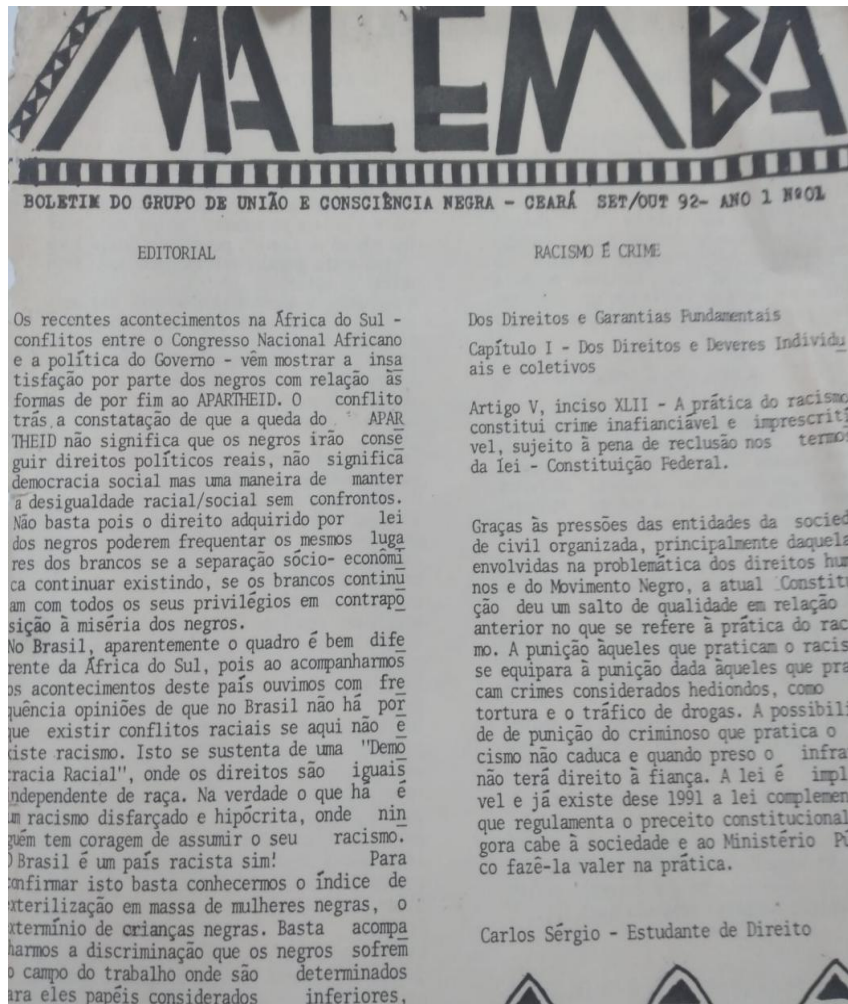
No que tange a definição mais simples de identidade, podemos dizer que seria simplesmente aquilo que se é, ou seja, aquilo que cada sujeito percebe ser e entende como sendo constituinte de suas subjetividades.

Parece simples, mas não é, pois se pensarmos a relação que os grupos excluídos constroem ao longo do tempo com seus corpos e sua localização no mundo, percebemos que existe uma dificuldade em compreender “onde se encaixar”. Se perceber dentro de uma construção social e geopolítica enquanto busca conhecer-se individualmente não é uma

no mundo. Esses pontos embora pareçam fora de mim, eles me completam enquanto pessoa no mundo. É uma negatividade a princípio que será anulada gradativamente e aquecida com um tempo do ser ativo e multiplicador.(Pereira, 2009).

tarefa fácil sendo diferente do padrão vigente. (Silva, 2021, p. 4).

FOTO 08 - Boletim do Grupo de União e Consciência Negra - SET/OUT 1992



FONTE: Centro de Defesa da vida e resgate da cultura negra no Ceará - Abógun Bólu

Afastar-se dessas reflexões é decretar em você a sua invisibilidade, é matar sua dignidade de ser vivente enquanto pessoa negra no lugar onde se encontra, como bem diz a intelectual negra caribenha Sandra Haydée Petit (Petit, 2015, p. 64):

[...] no final dos anos 1990, o que encontrei na universidade, inclusive entre meus/minhas alunos/as, foi muito preconceito para com a negritude em geral e, em especial, no que diz respeito à cultura afro-cearense, que percebi totalmente relegada como fonte de conhecimento e até considerava inexistente. Incomodou-me a negação da marcante presença negra no Brasil e no Ceará e a consequente desvalorização desse aporte, como se essa herança de nada servisse à educação formal. O racismo e, sobretudo, a negação do fenômeno do racismo, geraram um crescente sentimento de desconforto em mim. (Petit, 2015, p. 64- 65).

Sandra Petit (2015) é de origem caribenha, Seus estudos universitários foram na Universidade Paris VIII de onde possui graduação em Línguas Estrangeiras Aplicadas bem como Mestrado e Doutorado (1995) em Ciências da Educação. Professora da Universidade Federal do Ceará há 24 anos, trabalha com educação das relações etnicorraciais (ERER) e Educação Popular, essencialmente com os temas: pretagogia, cosmovisão/cosmopercepção africana, filosofia africana, pedagogias afro referenciadas, tradição oral africana, sociopoética, educação afro comunitária e eventos tabanka. É coordenadora do NACE-Núcleo das Africanidades Cearenses, que congrega professoras/es, alunas/os, pesquisadoras/es e membros do movimento negro que intervêm na área das africanidades, focando a produção e invenção de estratégias pedagógicas visando a implementação da lei 10.639/03 que institui a obrigatoriedade do ensino da cultura e história africana e afrodescendente nas escolas públicas e particulares. Foi membro do GT Regional Nordeste 1 de Inovação Pedagógica do MEC em 2015. Está engajada na Marcha Contra o Racismo/Comitê Ceará.

2.2 O Grucon, as mulheres negras e o reconhecimento dos quilombos e dos quilombolas no Ceará.

O Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) no Ceará é uma organização que desempenha um papel fundamental na luta pela igualdade racial e na preservação da cultura afro- brasileira. Fundado durante os anos 1980, o movimento tem como objetivo principal conscientizar a população sobre o racismo e a importância da identidade negra, além de promover ações culturais, sociais e políticas. (Simão, 1982).

O grupo, que surgiu a partir da iniciativa de intelectuais orgânicos negros como Lúcia Simão (1982), busca garantir a visibilidade das questões negras através de atividades como rodas de conversas, seminários, e manifestações culturais, incluindo festivais e eventos durante a Semana da Consciência Negra, realizada anualmente em novembro.

Lúcia Simão é uma intelectual negra cearense de destaque, reconhecida por sua atuação e engajamento na luta pelos direitos das mulheres negras e na promoção da igualdade racial no Ceará.

A sua trajetória está profundamente ligada ao ativismo feminista negro, especialmente no estado do Ceará, onde atua como uma voz importante na defesa dos direitos das mulheres negras, com foco na educação, na justiça social e no empoderamento.

Como intelectual negra, Lúcia Simão (1982) combina reflexão teórica com ação

prática, abordando questões de racismo, machismo e desigualdades sociais. Ela tem utilizado seu grupo cultural e social (Nação Iracema) como plataforma para discutir as opressões interseccionais que afetam as mulheres negras, articulando um pensamento crítico que ecoa as experiências vividas por essas mulheres. A sua contribuição é essencial não apenas no âmbito acadêmico, mas também nos movimentos sociais, onde se destaca como líder e articuladora.

Sua ligação com mulheres negras no Ceará, no Brasil e em outras partes do mundo, reflete uma rede de solidariedade e resistência. Lúcia é uma das organizadoras de eventos como : Semana da Consciência Negra e discussões, colóquios e vivências que promovem o empoderamento feminino negro e o fortalecimento das identidades afrodescendentes. Por meio de palestras, oficinas e publicações, ela tem incentivado outras mulheres negras a ocupar espaços de poder e a desafiar as estruturas racistas e patriarcais da sociedade.

E é muito bem lembrado por Ribeiro (2008, p. 988):

Sem dúvida, a partir da atuação do movimento social, importantes passos foram dados, resultando na ampliação da participação política da população negra. Em especial, as mulheres negras, demonstraram grande impulso organizativo se tomarmos como referência, também, o ano de 1988, quando no Brasil foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, no qual verificamos a demarcação de um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional. (Ribeiro, 2008, p.988).

E com o mesmo viés Ribeiro (2008) aduz ao afirmar que “As mulheres negras em seu processo político entenderam que não nasceram para perpetuar a imagem da “mãe preta”, fizeram desaforos. Entenderam que desigualdades são construídas historicamente, a partir de diferentes padrões de hierarquização constituídos pelas relações de gênero e raça, que, mediadas pela classe social, produzem profundas exclusões”. (Ribeiro, 2008, p. 989).

Portanto, a luta pelo reconhecimento se fazia necessária. Sobretudo em um Estado que negou a presença negra, já identificado em Bezerra (1906), Menezes (1937) e Barroso (1969), reconhecer a identidade quilombola era um elo fundamental.

Portanto, Nunes (2019) nos diz que:

Quilombos são contextos sociais e detentores de formas peculiares de consolidar suas existências, porque são cerca de cinco mil comunidades quilombolas identificadas, 3018 certificadas e 220 com títulos emitidos. [...] O movimento quilombola consolidou, nas últimas décadas, um processo reivindicatório que agrega, junto à urgência da regularidade das terras de uso comum, a supressão das necessidades vitais, tanto sob o

ponto de vista material como cultural e simbólico.[...] O olhar atribuído às comunidades quilombolas, geralmente, se faz estereotipado frente às desigualdades econômicas e sociais a que estão sujeitas ao situar-se, demograficamente, entre os grupos populacionais mais vulneráveis economicamente. (Nunes, 2019, p. 567-568).

E alicerça em Ivan Costa Lima (2018, 169) que “É importante se ressaltar que discutimos como conceito significativo para as comunidades quilombolas o conceito de territorialidade, se contrapondo à dimensão de apenas do acesso à terra. Neste sentido, o território é visto como uma dimensão territorial, social, política e cultural como elementos necessários à sua reprodução como comunidades quilombolas.” (territórios Quilombolas no Ceará: educação, cultura e lutas socioambientais).

Para Malcher (2017, p. 60) A territorialidade quilombola transpõem a dimensão geométrica e constroi o direito das comunidades negras rurais de nela estar e nela permanecer, manifestada na luta pela permanência no território, que neste caso, é uma conformação territorial protagonizada por coletividades autônomas, mesmo que não usando essa nomenclatura, cultivam uma territorialidade específica em relação às demais territorialidades dos povos e populações tradicionais. (Malcher, 2017, p.60).

O Grucon tem como missão a reconstrução histórica das tradições africanas no Ceará, mas também combater as desigualdades sociais e econômicas sofridas pela população negra, atuando em áreas como a educação, cultura e direitos humanos. No estado do Ceará, o reconhecimento das comunidades quilombolas e negras tem sido um processo contínuo, impulsionado tanto pela luta dos movimentos sociais quanto pelas políticas de ação afirmativa. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Ceará conta com 85 comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente, que estão espalhadas por diversas regiões do estado, incluindo o Vale do Jaguaribe, o Cariri e o litoral.

No início, inclusive, era difícil as próprias comunidades se reconhecerem como quilombolas. E foi nas primeiras décadas, a partir de 1982, que um pequeno grupo de intelectuais sociais do movimento se aventuraram no sertão cearense para identificar comunidades, agrupamentos negros espalhados pelo território cearense.

Na contemporaneidade existe o reconhecimento no reconstruir a vivência e a visibilidade racial negra no Ceará é citado em Nunes (2019) que,

O empenho, na tentativa de sistematizar as diferentes conformações que as conduziram a serem mulheres-lideranças, é favorecido pela compreensão de que uma diversidade, [...] não existe na forma de pensamento puro, existe somente na medida em que é praticado, articulado, manifestado e disseminado dentro dos espaços sociais marginais. [...] os espaços sociais em que esse discurso oculto cresce, são, por si mesmo uma conquista da

resistência que se ganha e se defende nas faces do poder (Jabardo Velasco, 2012, p. 39). As faces do poder feminino, revelado nas artes do fazer (Certeau, 2001), produzem lideranças a partir das cotidianidades que são resistências imprescindíveis no âmbito do vivido, a exemplo do aprender a cantar em romarias e se tornar uma referência.(Nunes, 2019, p. 570).

E Lúcia Simão (1982) faz isso muito bem com seu maracatu. O Maracatu Nação Iracema que deu continuidade ao Grupo de União e Consciência Negra a partir de 2003. Criado em 13 de maio de 2003 em homenagem aos 20 anos do grupo (GRUCON).

Essas comunidades se organizam em torno de uma forte identidade cultural e de uma luta por direitos territoriais, buscando preservar tradições ancestrais enquanto enfrentam desafios como o acesso à terra, a discriminação e a vulnerabilidade socioeconômica. A interação entre as comunidades ocorre principalmente através de redes de apoio e mobilização, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), fundada em 1996 e que promove a união das comunidades em torno de questões comuns, como o reconhecimento de suas terras e o combate ao racismo estrutural.

A Conaq reúne atualmente 24 estados e atua com mais de 3.500 comunidades em todo o país. As organizações quilombolas nos estados possuem diferentes formas de organização, como Associações, Federações ou Comissões. A criação da Conaq impulsionou o movimento quilombola no cenário nacional, reconhecido como um dos mais ativos agentes do movimento negro no Brasil contemporâneo, e introduziu um debate sobre a pluralidade étnica do país.(CONAQ).

No Ceará existe a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. (CERQUICE).

Além disso, essas comunidades participam de eventos culturais e políticos, como a Semana da Consciência Negra, que fortalece os laços entre elas e proporciona espaços de visibilidade e resistência. A cultura do maracatu, fortemente presente no estado, também serve como um ponto de convergência cultural e social para essas comunidades, reforçando sua identidade afro-brasileira.

O 20 de novembro inicia com o movimento negro contemporâneo, através do Grupo Palmares de Porto Alegre. De acordo com Deivison Moacir Cezar de Campos (2006) sobre o início do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul evidencia que o Grupo foi:

Fruto de reuniões informais na rua dos Andradas, o Grupo Palmares surgiu em 20 de

julho de 1971, organizado como uma associação cultural, sem fins lucrativos e com duração indeterminada, segundo projeto de estatuto redigido para o grupo. A proposta de ação apresentada era a de “promover estudos sobre história, artes e outros aspectos culturais, particularmente em relação ao negro e ao mestiço de origem negra. A partir dos estudos, seriam realizadas apresentações e atividades públicas para atingir maior visibilidade junto ao espaço social. O estatuto, redigido em setembro de 1971, dois meses depois da fundação, aparece uma proposta de estrutura para o grupo, que seria administrado por uma direção, eleita para mandato de um ano. Essa direção seria integrada por um coordenador-geral, um secretário e um tesoureiro. Numa segunda versão do estatuto, aparecem ainda as funções de coordenador de estudos e a de coordenador artístico. Os sócios seriam classificados como fundadores – Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Vilmar Nunes e Oliveira Silveira – e os sócios efetivos. (Campos, 2006, p.54)

E prossegue com Campos (2006) os fatos histórico a respeito do Grupo Palmares:

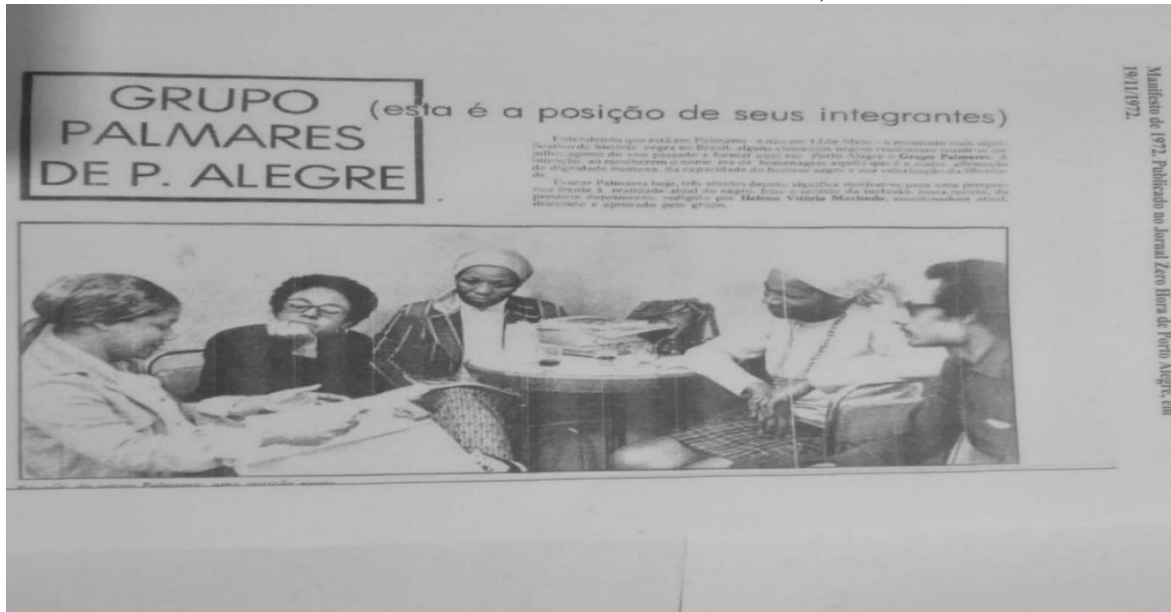
As primeiras reuniões formais do grupo ocorreram na casa de Oliveira Silveira, na Thomas Flores, bairro Bonfim, transferindo-se depois para a casa de Antônio Carlos Cortes, na Andradas. Para esses primeiros encontros, outras pessoas foram convidadas a participar. Nenhuma delas permaneceu no grupo. Não possuíam sede e por isso acabaram se aproximando, como grupo, dos clubes sociais negros, principalmente o Floresta Aurora e o Marcílio Dias, para realizarem as atividades. Algumas reuniões também ocorreram na sede do clube Nós os Democratas, que ficava junto a Praça Garibaldi, em Porto Alegre. O Palmares começou a atuar com a retomada de personagens, poesias e livros sobre temáticas negras. Cortes (entrevista em 31/05/2005) conta que o grupo estava “Sempre procurando destacar datas”; o que é reafirmado por Oliveira Silveira (entrevista em 23/08/2005), “o grupo fez uma programação para o resto do ano com a preocupação das datas.”. Também em matéria do jornal Folha da Tarde (Folha da Tarde, 23/08/1971, p.54), sobre a primeira atividade pública realizada, o grupo enfatiza que o Palmares “pretende comemorar devidamente todas as datas negras”. Ilmo da Silva (entrevista em 14/09/2005) lembra que as pesquisas eram realizadas por todos os integrantes do grupo, que depois se reuniam para discutir o material levantado. “Ali, estudávamos a nosso respeito. Queríamos lançar idéias do negro. [...] Reclamar, só, não adiantava. Tínhamos que mostrar alguma coisa que o negro fez.”. A realização de um ato cívico, para marcar os 89 anos da morte do abolicionista Luiz Gama, foi a primeira atividade pública realizada pelo Palmares. O ato aconteceu na Sociedade Floresta Aurora, onde foi lida uma carta autobiográfica, onde Gama relata sua experiência de ter nascido escravo e ter conseguido se sobressair como poeta, jornalista e advogado numa sociedade escravista. Além disso, foi recitado o poema Quem sou eu, escrito pelo homenageado e publicado no livro As primeiras trovas burlescas, de 1859. O ato foi realizado em 21 de agosto de 1971, praticamente um mês depois da criação do grupo. O jornalista José do Patrocínio, considerado uma das principais vozes contra escravidão, também, receberia uma homenagem no dia nove de outubro, dia de seu nascimento em 1854. A atividade acabou não acontecendo, apesar dos estudos sobre o jornalista terem sido realizado pelo Palmares. (Campos, 2006, p.56)

E acrescenta Campos (2006), por conseguinte:

O convite para o primeiro ato evocativo ao 20 também se deu através da Folha da Tarde (17/11/1971, n.p.). A falta de experiência e políticas de comunicação do grupo no uso do veículo e o desconhecimento das propostas do grupo pelos jornalistas acabou por gerar uma confusão, que acabou na polícia federal. O ato, que seria realizado no clube Marcílio Dias, foi confundido com um espetáculo teatral, atividade muito visada pela censura. Após a publicação do convite, o clube foi avisado de que deveriam tirar uma licença junto a Turma de Censura de Diversões Públicas, do Departamento de Polícia Federal. Cortes lembra que, nesse encontro com o órgão policial, o grupo foi

questionado sobre suas atividades. A ideia do ato, segundo Oliveira Silveira, era a de passar informações para as pessoas a respeito de Palmares e ao mesmo tempo defender a opção pelo 20 de novembro, considerado “mais significativo e afirmativo na confrontação com o 13 de maio” (entrevista em 04/12/2004). O grupo já contava com duas novas integrantes Anita Leocádia prestes e Nara Helena Medeiros Soares. (Campos, 2006, p. 57)

FOTO 9- GRUPO PALMARES - PORTO ALEGRE, 1972.



Fonte: do autor. Manifesto de 1972 do Grupo Palmares de Porto Alegre. Publicado no Jornal Zero Hora de Porto Alegre.

2.3 A importância do Maracatu para a afirmação da identidade negra cearense

Com o surgimento do Ceará como unidade administrativa em 1799, com 14 municípios, após separação de Pernambuco, visibiliza-se a existência de inúmeras comunidades negras e quilombolas urbanas e rurais espalhadas por todo o território cearense. Bernardo Manuel de Vasconcelos foi nomeado o primeiro governador pelo início da urbanização de Fortaleza. No município mais antigo, Aquiraz, fundado em 1699, existia as comunidades quilombolas de Goiabeiras, Lagoa do Ramo, Catolé dos Pereira, Pereiral e Cinzenta. Em Tauá, Tururu, Crateus, Itapipoca, Tamboril, Umari, Parambu, Iracema e outros, são em torno de 70 comunidades quilombolas no Ceará, conforme dados da CERQUICE (2016). É notado a grande presença negra nessas vilas. (CERQUICE, 2016).

Com a Independência do Brasil as províncias foram organizadas em 1823 e nesse ano o território já estava dividido em mais quatro cidades. Durante todo o período imperial do Brasil foram criadas mais 44 cidades desmembrando-se vilas das já então existentes. No caso do Ceará, muitos termos deram origem às vilas e, nesse sentido, Lima (2008) aponta o adensamento da população como um dos fatores responsáveis por estimular a criação delas nesse estado. (Silva, 2015, p.57)

Em certas áreas, especialmente nas ribeiras, a chegada de novas levas de colonos e povoadores ao nosso território acarretava, necessariamente, aumento do banditismo, da vagabundagem e da criminalidade pelos sertões adentro, delitos contra os quais a Coroa sempre procura exercer a maior coerção. Estando, pois, a população agrupada nas vilas, tornava-se muito mais fácil exercer o efetivo controle sobre ela. (Lima, apud Silva, 2008, p. 120).

Conforme Silva (2015, p.58) “O adensamento da população foi condicionado pelo surgimento de alguns núcleos de povoamento que se formaram sobre a influência das vias de comunicação do Ceará colonial, também conhecidas como estradas das boiadas. Desenvolvidas a partir do litoral e ao longo dos cursos dos rios, essas vias ampliaram as transações comerciais e incitaram o povoamento da capitania. Alguns cruzamentos e principais pontos de parada das vias de comunicação deram origem às fazendas de gado que também tiveram papel importante no povoamento da Capitania. Espelhada pelo sertão, a fazenda de gado se transformou em uma unidade econômica e social, visto que

Foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão. Além disso, foi sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias, com poderes quase que absolutos, e da rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial. Cumpriu, ainda, o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros na luta pela posse das terras. (Jucá Neto apud Silva, 2012, p. 135).

Dos núcleos de povoamento oriundos das fazendas de gado e que estavam sob influência das estradas das boiadas, surgiu a maioria das vilas do Ceará que corresponderam a unidades territoriais com relativa autonomia política e administrativa. Nesse contexto, durante o período colonial, foram instituídas 16 vilas, também conhecidas como células originais, pois deram origem aos 184 municípios cearenses (Silva, 2015, p.58).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividiu o território cearense em sete mesorregiões e estas em 33 microrregiões, constituindo-se basicamente em divisões estatísticas. O Governo do Ceará dividiu o estado em oito macrorregiões de desenvolvimento e em 20 regiões administrativas. (IPECE, 2015, p.8).

Os intelectuais do sistema, Bezerra (1906) Menezes (1937) e Barroso (1969) conforme capítulo anterior, criam a ideologia da invisibilidade após abolição dos negros escravizados no Ceará, que é uma ideologia de propagar que no Ceará não havia negros, Bezerra (1906) empregado pela elite do estado e fazendo com que as comunidades negras, ou agrupamentos, ou territórios negros, desapareçam das estatísticas do governo cearense como um passe de mágica, resurgindo nos anos 80 (GRUCON) com a resistência do

movimento social negro cearense.

A origem do maracatu cearense se desenvolve nesse período e nesse processo, o qual iremos contextualizar mais adiante nessas reflexões. O Maracatu cearense foi uma ferramenta de resistência cultural para o momento, linkada com outras realidades culturais do país. Como no período da escravidão, depois da abolição o negro resiste à dominação em suas novas formas. Desde as revoltas dos marinheiros negros com João Cândido em 1910, às organizações negras. Quando a Itália se lança na aventura colonial africana, bem acompanhada na área paulista, surge o jornal negro “Menelik” (do nome do imperador de Etiópia) e depois “O Clarim” e outros. Em 1931 nasce a Frente Negra Brasileira que foi cassada pelo Estado Novo, ao transformar-se em partido político, em 1937.

Entre essas organizações negras, as antigas Irmandades do Rosário do século XIX, pelos valores civilizatórios africanos que carregam, como música e oralidades desde África que traziam altivez, merecem destaques. Já que a rainha, rei e mestres configuram a manifestação.

Segundo Lima, (2003, p.4):

No Ceará, havia a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Aracati, em Icó e em Fortaleza. Durante as festas das irmandades, os negros escravizados tinham certa liberdade, pois eram as figuras principais do cortejo. Eles se apresentavam como o Rei, a Rainha, o mestre de cerimônia e os mestres de campo. Havia também nas Irmandades as ‘açafatas’, que eram fidalgos que serviam na Corte do ritual. Essas pessoas carregavam um cestinho de vime chamado de ‘açafato’, em que se traziam rendas e brocados. Em Fortaleza, no final do século XIX, os negros já festejavam a coroação de sua rainha em um cortejo que saía do Morro do Moinho, por trás da estação João Felipe, no Centro de Fortaleza, e seguia rumo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Lima, 2003, p. 4).

E, Carvalho (2010), muito bem frisa ao afirma sobre a presença e beleza do maracatu cearense:

O Maracatu é uma das mais belas encarnações da presença e da resistência negra no Ceará. Nesse folgado, é feito um cortejo real para a coroação de uma rainha negra. Dentro do seu caráter carnavalesco, os critérios para pontuação se voltam para o porta-estandarte, a rainha, o balaieiro, o batuque, a loa (música) e as fantasias. Nas fantasias, encontramos figurantes do casal de preto e preta velha, povos indígenas cearenses, baianas, a Calunga, orixás e toda a corte da rainha (rei, princesas, mucamas) entre outros personagens. No batuque, predominam os instrumentos de percussão como surdos, caixas, ganzás, chocalhos e triângulos. A grande maioria dos brincantes devem se apresentar com o rosto pintado de preto. Nos últimos anos, os Maracatus têm intensificado sua presença fora do ciclo carnavalesco através de sua inserção no calendário do movimento popular negro. (Carvalho, 2010, p 75).

O Maracatu Ás de Paus foi fundado em 20 de janeiro de 1960, pertencente à família

Silva. Família esta oriunda de Aracati, berço da Irmandade Religiosa: Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Aracati e que festejava o Rei de Congo.

No governo de exceção de 1964, como o de 1930, paralisa e desagrega todas as organizações políticas e populares, atingindo também as comunidades negras, organizações culturais de resistência negras³⁷. Observa-se, no entanto, que mesmo no período de autoritarismo, acontecimentos internacionais motivam as organizações negras no Brasil, como por exemplo: a afirmação negra nos Estados Unidos, com Martin L. King e o Black Power; e na África, com a independência das colônias portuguesas, coincide na Bahia com o surgimento do Bloco carnavalesco Ilê Aiyê em 1974, formado só por negros da periferia, que afirmavam o valor da raça e da cultura negra: uma verdadeira revolução cultural. Com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Grupo de união e Consciência Negra. (Gomes, 2024, p.189).

FOTO 10 -William Augusto, Descartes Gadelha e Danielle Cruz no lançamento Livro Macaratus no Ceará



FONTE: ARQUIVO DO AUTOR

³⁷ O golpe de Estado no Brasil em 1964 foi a deposição do presidente brasileiro João Goulart por um golpe militar de 31 de março a 1.º de abril de 1964, pondo fim à Quarta República (1946–1964) e iniciando a ditadura militar brasileira (1964–1985). E o Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março.

O maracatu cearense está literalmente ligado à cultura negra no estado. Diferentemente do que possa imaginar o estado do Ceará abrigou inúmeros redutos negros; famílias negras se agruparam e se isolaram por décadas em todo o território cearense. Nesse sentido, várias manifestações culturais podem ser acompanhadas ao longo do tempo e observa-se a influência e presença tanto de povos originários quanto da comunidade negra nessas manifestações populares.

O maracatu cearense teve fortes influências dos povos originários. Tanto é verdade que na formação de um grupo de maracatu conta-se com uma ala das comunidades indígenas. Um dos motivos a essa presença foi a afinidade religiosa e cultural do negro que aportou na terra do siará. Trazia consigo a cultura Banto³⁸⁴¹. Costumes, como, por exemplo, dar um pouco de cachaça para o santo, antes de ingeri-la, são tipicamente banto. Temos o costume, de antes de comer primeiro agradarmos ao nosso ancestral, ao nosso antepassado.

Na tradição de Angola, no tocante à religião, para ser iniciado, o seguidor, tem que ter um parente consanguíneo, de primeiro ou segundo grau, falecido; a alma daquela pessoa será a sua sorte, caso contrário a pessoa não terá condições de passar pelo processo iniciático, diferente da tradição Iorubá. O brasileiro pouco sabe que as primeiras divindades em terras brasileiras são as divindades da tradição banto, denominadas de Nkisi (magia), Nkisi para o Kikongo e Mukixi para o Kimbundu (Angola). (Cunha JR, 2010 p.378) e acrescenta que,

As filosofias africanas escritas ou orais transcritas são da complexidade sistêmica e da transdisciplinaridade, pois partem do conceito de que tudo é energia, e de que todas as energias partem da existência de um criador. As diversas formas de energia interagem de forma dinâmica e sistêmica, proporcionando a retroalimentação dentro do sistema. Na filosofia Bantu por exemplo, tudo tem o seu Ntu, ou seja, a sua porção de energia. Ntu é a força do universo que sempre ocorre ligada à sua manifestação em alguma coisa existente no campo material, simbólico ou espiritual, nomeada nas formas de Muntu, Kintu, Hantu e Kuntu. O ser humano é um Muntu, as coisas são Kintu e as formas abstratas, Kuntu e Hantu são as relações de tempo e espaço; porém as partes têm ampla interação. A racionalidade consiste na compreensão de como essas energias se articulam e de como podemos produzir a continuidade do equilíbrio nos processos de transformação dessas energias, sendo o ser humano o grande responsável pela manutenção dos equilíbrios ou pela restauração do equilíbrio, quando implantados os desequilíbrios. (Cunha JR, 2010, p.378).

O que mais permanece é o Nkisi Kongo, sendo os costumes. Aqui também precisamos entender como, sendo maior o contingente de escravizados que vem de Angola,

³⁸ Temos um país com alma banto. Sua influência marcante na cultura e na alma brasileira é muito forte; também na música, na dança, no samba, no carnaval e principalmente no maracatu cearense.

o angolano que restou de significativo foi o Nkisi que veio do Congo.

A religião africana perpassa o cotidiano do negro, não é algo que guarda para vivenciar nos fins de semana. Ora, o exílio não poupou a religião negra, estreitamente ligada ao ambiente doméstico, aos manes ancestrais, reais ou lendários, totêmicos ou não, onde o sacerdócio era privilégio do patriarca. Diante desse esfacelamento, bantos e sudaneses reagiram de forma diferente dentro do Brasil Colonial. (Mira, 1983 p. 105).

No caso singular da província do Ceará que culturalmente teve forte influência da cultura banto, os Bantos, cujo culto estava intimamente ligado à adoração dos mortos, isso significa dizer que os povos originários e africanos que aqui convivem estavam acostumados a ligar a dimensão temporal com as noções de transformação, de envelhecimento, de começo e fim, de passado imutável³⁹. Tudo isso remonta a uma lógica formal, isto é, o fundamental é a coerência e não a verdade. E, à medida que a vida passa há mesmo tantas e tantas situações que se fixaram, que não mais podem ser mudadas e nas quais, como Jean Paul Sartre (2013) o formulou, o homem fica preso mesmo a esses costumes que alimentam suas vidas. (Silva, 2013, p. 94).

Para Sartre (1998), o homem é homem pela sua condição de ser livre. O homem é fruto de sua liberdade porque quotidianamente escolhe as ações que irá praticar. Dessa forma, a liberdade não é uma conquista humana, ela é uma condição da existência humana: Com efeito, sou um existente que aprende sua liberdade através de seus atos; mas sou também um existente cuja existência individual e única temporaliza-se como liberdade [...] Assim, minha liberdade está perpetuamente em questão em meu ser; não se trata de uma qualidade sobreposta ou uma propriedade de minha natureza; é bem precisamente a textura de meu ser... (Sartre, 1998, p. 542/543).

Apesar de tudo isso, porém, não podemos esquecer a outra dimensão do tempo que passa. E para o povo negro e comunidades indígenas essa dimensão que denominamos de cíclica ajudam a reergue-se a cada momento. É a dimensão cíclica, como aponta Azoilda Trindade (2008) pela qual, sempre há novo começo. A noite não fica definitiva e toda meia-noite é também o começo de novo dia.

Por causa desta dimensão cíclica do tempo permanece acesa, também na cultura

³⁹ Segundo Walmir Damasceno no final do século XVII, com a chegada de negros iorubas (nagôs) nas metrópoles brasileiras, a cultura bantu foi sendo esquecida e, de certa forma, engolida erroneamente pelos chamados nagôs, num processo chamado “nagocracia”. Mas os Bantu já haviam plantado as sementes que, geminadas, fincaram raízes que até hoje são parte de nossas vidas. A cultura Banto está na alma do povo brasileiro. A palavra negra é pertencente ao dialeto kimbundu, a palavra quitanda que quer dizer ir ao mercado, assim como samba, zumbi, xinga, jinga que é a corruptela de uma das grandes heroínas que lutaram pela libertação de Angola quando chegou o colonizador Diogo Cão, a rainha Jinga ou Zinga. A cultura banto trouxe a dimensão temporal e cíclica que acrescentou a cultura brasileira.(DAMASCENO, 2023, p.16).

banto, uma esperança, pois, enquanto a vida dura, haverá sempre novo amanhã. Isto significa que nossos atos podem ser corrigidos. Significa que em muitos e muitos casos, podemos re-começar, podemos re- fazer amanhã aquilo que hoje fizemos mal, e por minha falha de ontem, me posso desculpar no futuro. Com a morte, porém, o homem sai da dimensão temporal, e com isso também de seus ciclos de fazer e re-fazer. O indivíduo retorna em corpo glorioso para os seus antepassados, isto na concepção da cultura banto.

Mas o que isso tem a ver com o maracatu cearense? É que o maracatu cearense passa por esse processo. E com a formação do maracatu no Ceará não foi diferente. Os passos no cortejo diferenciam com leves gingados e instrumentos percussivos diferenciados mais artesanalmente trabalhados com características muito próximas.

Muitas são as fontes documentais e bibliográficas que se referem sobre os povos originários do Ceará, a grande maioria de tribos indígenas cearenses desenvolvem a cerâmica e a cestaria, como trabalho de subsistência. Os cestos são, em sua grande maioria, produzidos a partir de folhas de palmeiras e usados para guardar alimentos. Já na cerâmica, são produzidos vasos (às vezes zoomórficos) e panelas através do barro modelado. Tanto na cerâmica como na cestaria, são usados também a pintura (a mesma de seu corpo) e desenho abstratos para colorir seus trabalhos. Os povos originários também valorizam muito a música. Muitos instrumentos musicais foram criados pelos indígenas, como flautas e chocalhos. A música era usada por todas as comunidades indígenas como passatempo ou em rituais sagrados, identificando sua diversidade racial. Leite (1945, p.521) assim compreende:

Ao mesmo tempo em que não os diferencia, os coloca como de natureza semelhantes – não em cultura, mas no trato para com os europeus, pois teriam um caráter indômito.(...) populações indígenas situadas entre as proximidades do rio Iariá e as fraldas serranas próximas a Maranguape eram compostas de índios potiguares genealogicamente ligados aos que se mantinham nos sertões de Capoaíba, Rio Grande e Paraíba, dos quais noticia o padre Francisco Pinto em Interessante carta de 1599 (Leite, 1945, p. 521).

Portanto, os valores civilizatórios negros amalgamaram-se as culturas dos povos originários. E o que o Maracatu tem a ver com o Grucon? O *Maracatu Nação Iracema*, fundado em 13 de maio de 2003, em homenagem aos 20 anos do *Movimento Negro* no Ceará, é uma expressão viva da força e resistência da cultura negra.

O surgimento dessa manifestação cultural se conecta diretamente ao trabalho dos intelectuais orgânicos do *Grupo de União e Consciência Negra* (GRUCON), como Lúcia

Simão (1982), Hilário Ferreira, Alex Ratts, Maria Telvira Conceição, Maria Cleide Simão, William Augusto, Dona Maria José de Jesus Simão, Francisca Sena, Eugênia Neves, Rosa Barros, Luiz Ferreira Lima, Pe. Roserlândio, Descartes Gadelha, João Aldenir, dentre outros, que realizaram uma verdadeira operação intelectual e cultural. Eles estavam cientes da poderosa influência da cultura negra banto no Maracatu e perceberam que era a hora de fundar o seu próprio grupo, dando vida a uma nova vertente dessa rica tradição.

A criação do *Maracatu Nação Iracema* reflete não apenas a celebração da cultura negra, mas, também um ato de resistência, fortalecimento identitário e elevação da autoestima.

É uma reafirmação do valor da ancestralidade africana, especialmente no contexto do Ceará, onde o movimento negro já havia conquistado 20 anos de luta e engajamento. Ao fundar seu próprio maracatu, o GRUCON não só preserva uma tradição, mas também a transforma em um símbolo de consciência, união e orgulho da negritude. Essa criação é uma ponte entre passado e futuro, onde a cultura e a história dos ancestrais africanos ganham novas formas e se perpetuam, inspirando as próximas gerações. O *Maracatu Nação Iracema* é, portanto, um reflexo da garra, criatividade e luta dos fundadores, que ergueram, com dignidade e determinação, um legado cultural que continua a pulsar com a energia da resistência e da valorização do ser negro no Brasil.

Vinte anos após sua criação, tanto o *GRUCON* quanto o *Maracatu Nação Iracema* continuam a inspirar e fortalecer o movimento negro, provando que a luta pela igualdade e pelo reconhecimento é um trabalho constante, que floresce através da cultura, da união e da consciência de sua história.

No ano de 2003 – ano de estreia do Maracatu Nação Iracema a loa foi: “ Deem licença” de autoria de Descartes Gadelha e Inês Mapurunga, pede licença a comunidade para entrada do Maracatu na avenida⁴⁰.

Loa: Deem Licença

autor: Descartes Gadelha e Inês Mapurunga

Boa noite senhores
Boa noite senhoras
Dêem licença senhores
Dêem licença senhoras

É o maracatu Nação Iracema
Que veio dançar
Lá no bairro da índia
Dos lábios de mel
De José de Alencar

Santo Antônio da floresta, ô, ô
Foi quem iluminou
E o Padre Andrade
A Cachoeirinha abençoou

Ao coronel Carvalho
Missionário do grande amor, ô,ô
Nossa gratidão
Por esse chão que nos presenteou

No Jardim Iracema
O perfume das rosas
O luar pelas portas
Tocando os corações

Jardim Iracema
Bairro sagrado
Do trabalhador, ô,ô
Gente de fé
E agradecida ao criador.

Lá lá lá lá lá Ô, ô
Lá lá lá lá lá Ô, ô
Lá lá lá lá lá Ô,

⁴⁰ Loa é a composição, letra e música de um grupo de maracatu. As loas são compostas em cadência lenta, lembrando o cortejo dos reis de Congo, como uma marcação para caminhada do rei e sua caravana

Deem licença senhores, deem licença senhoras” simboliza, na cultura banto uma hierarquia familiar, matriarcal. Um abrir caminho, pedir uma benção aos mais velhos para seguir o destino. Assim, Cruz (2008, p.41) muito bem aduz:

Aos que desconhecem o processo de elaboração do Carnaval na avenida Domingos Olímpio é possível que passe despercebido todo o aparato simbólico que fornece sustentação à operacionalização do desfile. Verifiquei rotineiramente no período carnavalesco, discursos que tomam a Domingos Olímpio como o local de entretenimento das pessoas menos favorecidas economicamente. É fortemente apregoadado pelo senso comum que em razão das escassas opções de divertimento na cidade à ocasião do Carnaval, um fluxo de pessoas desfavorecidas socialmente dirige-se à avenida. Mas, será que essa é a única motivação do deslocamento à avenida, uma vez que destaque na descrição pessoas empenhadas durante todo o ano na elaboração do desfile, e outras atentas à apresentação? Desse modo, como entender as formulações simbólicas que perpassam o desfile como um todo? De que modo apreender e também distinguir aquilo que é dito daquilo que se expressa por meio de comportamentos bem marcados, portanto, profundamente ritualizados? O que significa, então, a avenida para os brincantes do maracatu Nação Iracema? Quais sentidos comportam o maracatu? O desfile do maracatu Nação Iracema se cerca de significados ao ser pensado como profundamente performativo, cuja parte significativa dos integrantes se esmera durante todo o ano para, dentre outros fins, obter na avenida um desempenho satisfatório e com isso conquistar a vitória na competição. Falhas e esquecimentos são somente permitidos nos momentos que precedem a entrada na avenida, pois nesta tudo deve estar elaborado com fins de uma boa transmissão das mensagens que se deseja passar à plateia. A compreensão mais aprofundada dos significados da avenida para o público e, particularmente, para os brincantes do Nação Iracema somente é possível se for pensado o modo como as relações foram tecidas ao longo da elaboração do desfile. Apenas assim será possível identificar que sentidos a avenida e, mais especificamente, o desfile acionam. Nesse contexto, é preciso pensar os bastidores de todo o processo que desembocou em todo aquele brilho, luxo e euforia que se expressam no dia do desfile: o grande dia daqueles brincantes. Assim, para entender os múltiplos sentidos emanados pelo desfile é necessário percorrer, por meio do texto, uma longa estrada que nos leva a algumas questões tais como: de que modo essa manifestação cultural denominada de maracatu se constituiu ao longo do tempo? Que discursos fundamentam o maracatu Nação Iracema e por que ele é entendido pelos brincantes como especial? Em que contexto de Fortaleza se situa a Associação que se empenha na confecção de um grupo de maracatu? Que elementos expressam a negritude no Nação Iracema? (Cruz, 2008, p.41).

Segundo Munanga (1988) ao conceituar negritude como elemento essencial a vida de todos os negros do mundo, assim se comporta:

a negritude é o sentimento que nos liga secretamente a todos os irmãos negros do mundo, que nos leva a ajudá-los a preservar uma identidade comum. A negritude é tudo aquilo que diz respeito à raça negra; é a consciência de pertencer a ela e de se entender como um ser que está devidamente relacionado a ela, uma vez que traços físicos e até mesmo mentais indicam uma herança negra ou negroide (habitantes fora de África que compartilham traços físicos com os habitantes deste continente). (Munanga, 1988, p. 46).

A intenção da entrada do Maracatu Nação Iracema é formalizar de direito a entrada de uma organização social de luta em defesa dos negros no Ceará. Nesse sentido, a

Associação Nação Iracema oriunda da caminhada do Movimento Negro quer trazer reflexões para a sociedade no sentido da preocupação no combate ao preconceito racial. Identificar os problemas raciais, e buscar mecanismos para eliminar tais atitudes anti sociais. Combater o Estado racista e preconceituoso e implantar um estado solidário e justo para todos e todas⁴¹. Na compreensão de Teodoro (2002, p.20) ao relatar:

É sabido de todos que toda a população brasileira (sobretudo de classe média para baixo), independente de sua cor, está sofrendo as consequências de uma economia mal gerida, de mecanismos de controle social que se tornam meros instrumentos de repressão e violência, dentro desse quadro as pesquisas sérias e respeitáveis mostram a maioria da população brasileira negra no extremo da fila dos explorados. Se é indispensável participar do movimento social em suas organizações políticas, é igualmente indispensável levar dentro delas a questão racial. Levar a questão racial dentro dos partidos políticos, dentro das centrais de trabalhadores, dentro das instituições de ensino e saúde ou abdicar da sobrevivência do grupo étnico negro são hoje duas possibilidades indiscutíveis face aos dados estatísticos e à prática social. (Teodoro, 2002, p. 20).

O Maracatu é uma beleza silenciosa que aparece, para alguns uma vez ao ano. Mas a vida dos barracões é muito diferente, trabalha-se o ano todo para concretizar esse silêncio belo. O Maracatu tem seu projeto de cidadania.

O carnaval de Rua em Fortaleza iniciou-se no final do Século XIX, mas foi proibido por um período, em 1905, pelo intendente Guilherme Rocha. Nos desfiles da época eram comuns pessoas fantasiadas chamadas de 'papangus' e 'dominós'. Havia também os 'caboclos', remanescentes dos indígenas de Porangaba (Nirez, 1993, p. 3).

⁴¹ o da discriminação racial. Como contribuir para o crescimento de um estado que nos exclui, violenta e marginaliza, sob as bandeiras dos partidos que são o sustentáculo político visceral desse mesmo Estado? Tais afirmações categóricas são demonstradas pelos dados estatísticos sobre o lugar do negro na força do trabalho; por análises de pesquisadores e instituições privadas sobre o racismo no livro didático, etc. Será que não pensar, inventar, descobrir meios e por em prática métodos de trabalhar dentro das diferenças partidárias pela eliminação?

De acordo com Nirez (1993):

o carnaval de Fortaleza era mais ou menos animado, conforme a situação econômica e social da época. Em tempo de revolta ou guerra, era desanimado e em tempo de paz e harmonia era muito animado. Nas décadas de 1910 e 1920, predominava o carnaval de clubes. Na década de 1930, o carnaval de rua começou a se tornar mais popular, quando blocos foram formados por músicos, comerciários e trabalhadores, denominados 'brincantes', com a orquestra na retaguarda. Na frente havia sempre um baliza, que fazia acrobacias com bastão à mão. Esses blocos tinham compositores próprios que geralmente faziam marchas especiais para o Carnaval. Mais tarde surgiram os blocos que dançavam ao som de samba. O primeiro desses blocos foi o 'Prova de Fogo', seguido da 'Escola de Samba Lauro Maia', que se transformaria, mais tarde, na 'Escola de Samba Luiz Assunção'. O desfile, chamado de 'corso', nas décadas de 1930, 1940 e 1950, teve várias formas. Os blocos se reuniam na Praça do Ferreira e desciam para a Avenida Duque de Caxias, fazendo o retorno ao ponto inicial. Mais tarde, passaram a fazer um círculo, voltando por outras ruas. Por fim, a concentração passou a ser no Passeio Público, seguindo o desfile pela Rua Major Facundo até a Praça do Ferreira, onde atravessavam em diagonal, retomando pela Floriano Peixoto, indo até a Avenida Duque de Caxias, voltando pelas Ruas Senador Pompeu e João Moreira e desfazem-se quando chegavam novamente ao Passeio Público. Houve anos em que o desfile foi feito pelas grandes avenidas, como a Tristão Gonçalves, a Duque de Caxias e a Dom Manuel (Nirez, 1993, p. 3).

No Ceará o Maracatu é a mais tradicional dança dramática de origem afro-descendente presente na cultura do povo cearense, configurando um cortejo formado por baliza, porta- estandarte, índios brasileiros e nativos africanos, negras e baianas, negra da calunga, negra do incenso, balaieiro, casal de pretos velhos, pajés, tiradores de loas e batuqueiros, em reverência a uma rainha negra e sua corte real. No Ceará, o povo miscigenado, usa uma mistura de fuligem, talco, óleo infantil e vaselina em pasta para tingir o rosto de negro. A pintura preta no rosto, presente no *Maracatu*, é uma tradição profundamente simbólica que remonta às raízes africanas dessa manifestação cultural. Esse gesto, presente principalmente nas figuras conhecidas como *pretos velhos* ou *negros velhos*, carrega um significado ancestral e de resistência, ligado à história de escravidão e opressão dos povos africanos no Brasil.

A pintura preta no rosto evoca a memória dos africanos escravizados, representando tanto o luto quanto a força desses ancestrais que resistiram e mantiveram suas tradições vivas apesar da brutalidade que sofreram. É uma homenagem à sabedoria dos mais velhos, ao sofrimento vivido por gerações, mas também à resiliência e à dignidade desses povos. Os traços escuros no rosto são, portanto, uma lembrança viva da herança africana, especialmente das culturas banto e nagô, que influenciam diretamente o Maracatu.

Além do aspecto simbólico, a pintura também reforça o caráter ritualístico do Maracatu. O ato de pintar o rosto com cor preta se conecta aos elementos religiosos e

espirituais de origem africana, muitas vezes associados a entidades e espíritos cultuados nas tradições negras. A máscara de tinta preta é uma marca de transformação e incorporação da ancestralidade, onde o indivíduo assume, simbolicamente, o espírito de seus antepassados.

Portanto, a pintura preta no rosto no *Maracatu* não é apenas uma escolha estética, mas uma expressão de identidade e resistência. Ela celebra a ancestralidade africana, reafirma a luta e a sobrevivência dos negros no Brasil, e transforma a memória em um ato de empoderamento cultural, lembrando a todos que a força e a sabedoria dos ancestrais continuam a guiar as gerações atuais.

É importante diferenciar a pintura no rosto usada no *Maracatu* das práticas pejorativas como o *blackface*⁴². No *Maracatu*, a pintura preta tem um significado profundo e respeitoso, diretamente ligado à ancestralidade, cultura e espiritualidade afro-brasileira. Ao contrário do *blackface*, que historicamente foi usado em contextos racistas e de caricaturização dos negros, a pintura no *Maracatu* é uma homenagem e celebração da resistência e força dos povos africanos. A pintura preta no rosto no *Maracatu* não tem a intenção de ridicularizar ou diminuir a identidade negra. Pelo contrário, ela é um símbolo de respeito, orgulho e conexão com a história dos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil. Ela faz parte de um ritual cultural e espiritual que eleva a tradição, remetendo à sabedoria dos *pretos velhos* e à resistência negra.

Portanto, é uma prática de valorização e não de opressão.

Entender esse contexto cultural e histórico é essencial para reconhecer que, no *Maracatu*, a pintura no rosto não se trata de um estereótipo ofensivo, mas de uma poderosa afirmação de identidade e pertencimento.

Assim se expressa Militão (2007, p.21) ao descrever o maracatu do Ceará: “O Maracatu é realmente uma festa. Um encontro de pessoas fantasiadas, com o rosto pintado de preto, dançando, cantando e tocando instrumentos. São figuras encarnando personagens de um único enredo: um cortejo de coroação de uma Rainha Negra, realizando um momento mágico de louvação” (Militão, 2007, p. 21).

O ritmo do maracatu cearense é apresentado por um grupo de percussão no qual incluem-se caixas, utilizadas sem esteira para acentuar a batida grave, surdos, bumbos, ganzás, chocalhos e triângulos, também chamados de ferros, confeccionados com molas de

⁴² Blackface é uma prática racista praticada nos Estados Unidos, por volta de 1830, por homens brancos que se pintavam de preto para ridicularizar pessoas negras, apresentando-se para grupos formados por aristocratas brancos, ganhando espaço nos cinemas e televisão posteriormente. (Revista Aspás| Vol. 7 | n. 1 | 2017).

transporte pesado, o que lhes confere um timbre característico e uma sonoridade acentuada, destacando-se dos demais instrumentos. O tirador de loas é quem canta as toadas, nas quais são geralmente enfocados temas ligados à cultura, à religião e à história da África e do Brasil.

Rosemberg Cariry (Agosto de 2007), assim anuncia:

O Maracatu cearense vive de um constante reinventar-se, do ininterrupto fluxo da ressurreição das cinzas. Surge e desaparece, brilha e se apaga, feito o mar em seus fluxos e refluxos. Uma história e uma cultura se constroem assim... um põe, um derruba, outro repõe com mais vontade e disposição do que seus antecessores. Um é pau, e outro é pedra. Um é aço, e outro é rosa. Um é maracatu Az de Ouro, e outro é maracatu Rei de Paus. Um é Vozes da África, e outro é Solar. Um é Nação Baobab, e o outro é Rei Zumbi. Um é Nação Iracema, e outro é Nação Fortaleza. Um jura, outro nega. Um tipifica, e outro ratifica. Dois se opõem, e um terceiro faz a síntese, que, por sua vez, terá opositores e defensores. Assim caminha a história e a humanidade, sempre parecendo diferente, mas em tudo sendo igual porque paridos de um mesmo sonho. (Cariry, apud Militão, 2007 p. 5).

Militão (2007) complementa ao afirmar:

Já nos anos aproximados de 1920, não se têm mais notícias dos Maracatus citados pelos cronistas cearenses. É quando, em 1930, um “General de Fandangos e Fragatas” (assim se autodenomina Raimundo Boca Aberta, em 1950), um cearense de nome Raimundo Alves Feitosa viaja a trabalho para Recife. Vai como tecelão, a convite de seu patrão, tecer – sem saber! – em sua alma, a inspiração de um Maracatu cearense eminentemente carnavalesco. Inspiração que colocará em prática no carnaval de rua de Fortaleza, logo depois de seu retorno à sua terra, com a criação do Maracatu Az de Ouro. Raimundo Alves Feitosa, o Mundico, ou Boca Aberta (Militão, 2007 p.32).

A partir da década de 1950 surgiram outros grupos como Estrela Brilhante, Az de Espada e Leão Coroado, agremiações de grande destaque nos desfiles carnavalescos, contribuindo com a riqueza de seus cortejos para a consolidação do maracatu cearense como uma das mais importantes expressões de cultura popular tradicional do Ceará.

Na história dos maracatus em Fortaleza registra um expressivo número de grupos, muitos deles extintos, como é o caso dos maracatus Rancho Alegre, Nação Africana, Rei de Espada, Rei dos Palmares, Nação Uirapuru, Nação Gengibre, Nação Verdes Mares e Rancho de Iracema. Em 50, já tinha o Az de Espada, mas só que ele saiu de calça, como se fosse uma escola de samba. Agora, com a cara preta e o batuque do maracatu. O Az de Ouro rachou e aí veio o Estrela Brilhante, mas o Az de Espada já existia. Em 51 ele saiu de saia. Até 49, foi só o Az de Ouro. Aí 50, Az de Ouro e Az de Espada e 51 foi Az de Ouro, Az de Espada e Estrela Brilhante. Depois, foram aparecendo tantos que eu nem sei o nome não. O bloco Uirapuru... Só que o bloco Uirapuru só funcionou um ano, mas também

arrasou tudo, levou tudo, foi campeão.(Militão, 2007 p.107).

Paulo Tadeu (2007) com sua irreverência nos afirma⁴³:

Eu nasci em Palmácia, no dia 25 de Janeiro de 1946. Sou do signo de Aquários. Meus pais: Antônio Gomes de Oliveira, irmão do Frei Conrado, que foi quem construiu a Igreja do Coração de Jesus, quando ela caiu. Ele era frade e construiu a igreja; e a minha mãe Maria Dolores Perdigão Sampaio, irmã do padre Pedro Perdigão Sampaio, que era, na década de 40, aqui em Fortaleza, o presidente da União dos Moços Católicos. Era um padre muito virtuoso, o padre Perdigão, tem até nome de rua dele, lá em Antônio Bezerra, ali perto da rodoviária. Eu estou falando assim pra mostrar minha origem católica e apostólica romana e, como eu costumo dizer, comungador e pagador de díizimo. E eu estudei com minha mãe, lá em Palmácia, no curso primário, porque minha mãe era professora da zona rural, onde nós tínhamos o sítio.(Militão, 2007 p. 128). [...] A todo momento, a todo momento, mesmo como repórter político lá na Assembléia, há algum tempo, quando eu andava mais lá, tinha um deputado que chegava perto de mim perguntando pelo maracatu, zombando ou com terceiras intenções. Eu dizia que tinha vaga para baiana, pra nunca mais vir me perguntar pelo maracatu dessa maneira preconceituosa. O maracatu ocupou mais espaço, porém o preconceito continua.

⁴³ Paulo Tadeu é um dos fundadores do Maracatu Nação Iracema, brincante apaixonado pelo folgado.

Eu digo porque sinto. Ainda hoje tem pessoas que brincam comigo nesse ponto. O que está faltando é que o Ceará se valorize, tenha autoestima, que respeite o que é dele, que coisa tem muita! Você chega na Bahia, ninguém manga dos blocos, do Olodúm. Ninguém manga dos afoxés. Você chega no Maranhão, pelo contrário, tem todo tipo de bumba- meu-boi, inúmeros bumbas-meu- boi. Pernambuco: o frevo, a coisa mais linda, os maracatus de Pernambuco são vários e vários e vários estilos e todo mundo valoriza! Agora, aqui no Ceará, fazendo o que o seu Juca faz, o que eu faço, é remar contra a maré até chegar lá. Agora, é como eu digo, o Fagner, numa hora dessas, ajudava. Se o Fagner botasse um disco, um só, uma faixazinha, uma lá perdida, a juventude já teria acesso, porque às vezes, por mais esforço que a gente faça, não tem tanta abrangência como a música de quem já tem a dimensão que ele tem. (Militão, 2007 p. 140).

O ritual de coroação teria dado origem a vários autos e danças, incorporados ao folclore brasileiro desde o século XVII. Entre eles, o Auto dos Reis de Congo, o Congado e o Maracatu. De fato, o maracatu é parecido com o ritual: um cortejo com música para a coroação de uma rainha negra.

No estado do Ceará existem atualmente os seguintes grupos de maracatus: em Canindé: Maracatu Araras Canindés e maracatu Rei do Sertão; Cascavel: Maracatu infantil Estandarte de ouro e Maracatu infantil Flor do Oriente; Itapipoca Maracatu Ás de espada de Itapipoca; Senador Pompeu: Maracatu Tambores da Liberdade.

Atualmente participam do carnaval de rua de Fortaleza 13 grupos de maracatus: Maracatu Az de Ouro (fundado em 1936) , Rei de Paus (fundado em 1960, com o nome de Ás de Paus), Vozes da África (fundado em 1980), Nação Baobab (fundado em 1995), Rei Zumbi (fundado em 2001), Nação Iracema (fundado em 2002),

Kizomba (fundado em 2003) e Nação Fortaleza (fundado em 2004), Solar (fundado em 2006), Rei do Congo, Nação Pici, Axé de Oxossi (fundado em 2005), Filhos de Yemanjá

Ao longo dos quarenta anos do *Grucon* (1982-2022), a atuação de seus membros intelectuais orgânicos consolidou uma trajetória de resistência, valorização da negritude e enfrentamento do racismo. Mesmo após o encerramento formal da organização, o legado do *Grucon* continua vivo através do *Maracatu Nação Iracema*, fundado por esses mesmos intelectuais e ativistas.

Essa nova expressão cultural não só preserva a memória e o espírito de luta do grupo, como também amplia o espaço de afirmação da cultura negra no Ceará, fortalecendo as vozes que combatem o racismo e a invisibilidade social, conforme constatamos no segundo capítulo. O *Maracatu Nação Iracema*, através de suas *loas* – cantos poéticos que exaltam a história e a resistência negra – emerge como um dos mais potentes símbolos dessa continuidade.

Em suas apresentações, os desfiles realizados desde a sua criação têm se tornado

atos de resistência, evidenciando a força da presença negra no estado.

As *loas* trazem nas suas letras a afirmação da negritude, relembrando os sofrimentos, as vitórias e a riqueza cultural dos povos afro- brasileiros. Cada passo dado nas ruas é uma reafirmação da memória, uma reconexão com a ancestralidade e uma confrontação ao racismo estrutural.

É nesse contexto que o *Maracatu Nação Iracema* se estabelece como uma continuação da luta iniciada pelo *Grucon*. O que começou como uma organização voltada para a conscientização negra, agora se expressa também pela arte, em uma forma que transcende os limites de uma atuação política convencional, alcançando o coração e a mente das pessoas por meio da cultura. Essa passagem da invisibilidade, discutida no primeiro capítulo, para a afirmação concreta e visível da cultura negra, abordada no segundo capítulo, marca uma evolução profunda na luta contra o racismo no Ceará.

O *Maracatu Nação Iracema* não apenas preserva a memória, mas faz dessa memória uma ferramenta de transformação social. Cada desfile realizado desde sua fundação tem sido uma reafirmação de que a presença negra no estado não será apagada ou esquecida, como definiram os intelectuais do sistema, como Bezerra (1906), Menezes (1937) e Barroso(1969), pontuado no Capítulo p r i m e i r o , pelo contrário, contunuará a ocupar o seu espaço, resistir e florescer.Ao adentrar no terceiro capítulo, "Trajetórias intelectuais dos membros e membras do Grucon" por seus intelectuais negros e negras, refletiremos sobre o papel da liderança de Lúcia Simão e conheceremos seus pensamentos. Além de conhecer outros integrantes de fundamental importância para a preservação da história e na construção de novas formas de resistência. Através de suas práticas culturais e intelectuais. Trabalharemos as pensadoras e os pensadores do Grucon contra o silêncio Histórico e finalizaremos com: "O que se viu e se vê: avanços e desafios sobre a presença negra no Estado".

Lôa: A força de Olorum (2010)

Autoria: Maria Lúcia e Maria Cleide Freire

Oh! Nação, oh, nação venha cá
Com seu batuque para animar
Maracatu na avenida chegou
Chamando todos para animar

Com a força de Olorum
Lá do alto nós vamos ter
Com as bençãos de Oxalá
Lá do alto nós vamos ter

Muitas lutas aconteceram
Com os escravos e seus
senhores Mas na memória foi
registrada A tal história que não
foi contada

Com a força de Olorum...

Vários anos já se passaram
de vivência nesta nação
Maracatu e o seu batuque
Na corte canta a libertação. (bis)

Com a força de Olorum...

A festa é nossa vamos
louvar Ao irmão negro
homenagiar Por tanta garra e
tanta beleza Que o batuque
já vai chegar.

Com a força de Olorum...

3. Trajetórias Intelectuais dos membros e membras do GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra).

Muitas são as formas de negar lugar aos corpos negros. Os discursos de mulatização, as políticas de embranquecimento e as teorias deterministas e eugenistas do fim do século XIX e do início do século XX são exemplos dessa negação de pertencimento. Juliana Borges (2021)

FOTO 11 - Intelectuais do Grucon - Hilário Ferreira, Francisca Sena, Lúcia Simão e William Augusto.



Fonte: do autor. No evento “A questão Negra – Movimentos Sociais” em 19/11/2024 na Pinacoteca do Ceará – Estação das Artes.

Iniciamos este capítulo com a convicção de adentrar de forma crítica e sensível no processo histórico de invisibilização da população negra no Ceará. Nosso ponto de partida é o entendimento de que a identidade se constroi a partir do lugar de onde se fala — e o meu lugar é o Jardim Iracema, periferia de Fortaleza. Sou negro, e por assim ser, enfrento obstáculos que não são apenas individuais, mas estruturais.

Nesse caminho de busca e afirmação, o Grupo de União e Consciência Negra - Grucon — surge como meu primeiro grupo de referência, um espaço onde experimentei vivências políticas, culturais e artísticas que me permitiram pensar a vida, me posicionar no mundo e reconhecer as marcas da coletividade na construção de minha identidade.

Este capítulo também apresenta uma amostragem do que temos feito enquanto grupo, como forma de compreender melhor a caminhada até aqui e traçar os próximos passos. Para isso, enviei a alguns intelectuais do movimento negro um roteiro orientador, com o intuito de refletirmos juntos sobre como o Grucon tem demarcado e enfrentado esse processo de apagamento histórico. Todos os(as) pesquisados(as) assinaram um termo de consentimento, garantindo o compromisso ético com suas falas e memórias.

Falar do Grucon é, portanto, falar de resistência, de pertencimento e de criação coletiva frente à negação. É registrar que a nossa história existe, pulsa e permanece viva — mesmo quando tentam silenciá-la.

3.1. Trajetórias Negras e a importância da educação para a afirmação racial

Na Bienal de 2022 nos debates sobre questão racial no Ceará ouvimos o depoimento do Professor Estevão (2022). O professor Estevão é filho de Lúcia Simão e William Augusto. É um intelectual do movimento negro no Ceará que adentra na área da ciência e da tecnologia⁴⁴.

Marcou-me ao escutar o Prof. Estevão (2022) na Bienal de 2022 em Fortaleza:

A gente escuta o tempo todo — nos jornais, nas redes, nos debates — que o mercado precisa de profissionais para atuar com tecnologia: programação, ciência de dados, inteligência artificial. O discurso é claro: faltam pessoas qualificadas para ocupar essas vagas. Mas, ao mesmo tempo, o que vemos? Um número significativo de profissionais negros — desenvolvedores, engenheiros, analistas — altamente capacitados e, ainda assim, desempregados ou subempregados. (Bienal do Ceará em 2022, 16 de novembro).

Se temos uma demanda evidente e temos também profissionais prontos para a atender, o que está acontecendo? Onde está o obstáculo? A pergunta que ecoa é: será

⁴⁴ O professor Estevão é filho de Lúcia Simão e William Augusto. O professor Estevão é Engenheiro, possui graduação em Engenharia de Telecomunicações (2025). Conforme Plataforma Lattes, o professor possui graduação em Engenharia de Telecomunicações pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), em 2015. Mestre em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), RJ, 2017. Doutorando em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), desde de 2023. Atua na docência e pesquisa na área da engenharia e computação. Tem experiência na área de Engenharia de Telecomunicações, com ênfase em Engenharia elétrica, eletrônica e computação. Atua na pesquisa e desenvolvimento de sistemas voltados a aplicações na área de sistema de telecomunicações e de sistemas multidisciplinares com uso de linguagem de programação JAVA, JAVASCRIPT, C, C++ dentre outras. Tem atuação na engenharia biomédica em pesquisa de estimulação cerebral por microondas com uso de tecnologia de antenas, Inteligência Artificial e Aprendizagem de Máquina. Atualmente é professor auxiliar na Universidade de Fortaleza (Unifor), onde atua no Centro de Ciências Tecnológicas(CCT). Atualmente é professor da UNIFOR.

mesmo que o problema é a falta de qualificação? Ou será que estamos diante de mais uma face do racismo estrutural, que insiste em manter a população negra fora dos espaços de prestígio, inovação e poder? Esse alerta surge de um intelectual negro que em pleno século XXI clama, alerta, propõem. Isso me chamou atenção. Ora, foi na Bienal em 2022 – intitulada: “De toda gente pra todo mundo”, ouvimos o depoimento do Professor Universitário Francisco Estevão Simão Pereira no dia 16 de novembro de 2022 quando ele diz:

Ser negritude e isso me inspirou muito, me inspira até hoje, hoje eu sou formado, eu sou engenheiro, sou mestre em engenharia, estou fazendo doutorado, sou professor da Estácio. (Estevão, 2022)

Veja que o professor Estevão (2022) começa estabelecendo uma conexão direta entre a negritude e a sua trajetória de vida. O uso da palavra "*negritude*" remete não apenas à cor da pele, mas a um pertencimento, a uma consciência racial e histórica. Isso já mostra que o sujeito não se vê apenas como alguém negro, mas como parte de uma coletividade com significados, lutas e cultura própria.

Conforme Munanga (1988) :

A negritude é uma reação racial negra a uma agressão racial branca. É uma construção identitária e política dos povos negros frente ao racismo e à colonização. Não se restringe a uma simples exaltação da cultura africana, mas é um processo dinâmico de afirmação e resignificação da identidade negra em contextos de opressão. Tomar consciência histórica da resistência cultural e da importância de sua participação na cultura brasileira atual é o que importa e deveria fazer parte do processo de busca da identidade negra por arte da elite politizada. (Munanga, 1988, p. 8).

Para Munanga (1988), a negritude se dá na tomada de consciência da condição de ser negro em sociedades racialmente hierarquizadas, onde a identidade negra foi historicamente negada e inferiorizada.

Assim, a negritude não é um dado biológico, mas uma construção social e cultural, sendo uma ferramenta de resistência, luta por direitos e valorização das heranças africanas. E acrescenta Munanga (1988): a busca da identidade negro não é, no meu entender, uma divisão de luta dos oprimidos. O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação do seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história e consequentemente sua "inferiorização" e baixa estima; (Munanga, 1988, p.10). Embora o texto enfatiza que os problemas específicos da

população negra devem ser resolvidos por ela mesma, essa visão pode dar a impressão de que a luta negra deve ocorrer de forma isolada. No entanto, como Munanga (1988) e outros intelectuais ressaltam, a luta contra o racismo deve ser parte de uma transformação social mais ampla, que envolve não apenas os negros, mas todos os setores conscientes da sociedade. A solidariedade mencionada no texto é importante, mas ela precisa ser ativa e estrutural, não apenas simbólica.

A questão racial está interligada a outras formas de opressão, como classe, gênero e colonialismo. Separar completamente a luta negra de outras lutas pode limitar a compreensão dos mecanismos que sustentam o racismo e a desigualdade social. Movimentos interseccionais mostram que a luta dos oprimidos pode ser fortalecida pela união contra todas as formas de dominação. Ao dizer que apenas os negros podem resolver seus problemas específicos, o texto pode ser interpretado como uma responsabilização individual ou coletiva da população negra por desafios estruturais. No entanto, o racismo é um problema social, não apenas dos negros, e sua superação exige mudanças institucionais, políticas e culturais que envolvam toda a sociedade.

Sobre identidade negra, aprofundamos em Nilma Lino Gomes (2012, p.43):

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que permanecem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmo, a partir da relação com o outro. Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (Gomes, 2012, p.43).

Para o professor Estevão (2022), a escola traz dificuldade à construção da identidade negra. No trecho: “eu sou formado, eu sou engenheiro, sou mestre em engenharia, estou fazendo doutorado, sou professor da Estácio”, traz uma trajetória acadêmica como resistência, uma espécie de *contra-narrativa* — ou seja, um rompimento com os estereótipos e as estatísticas que muitas vezes excluem pessoas negras dos espaços acadêmicos e de prestígio social. O professor reafirma que sua presença nesses lugares não é casual: ela é política e carregada de esforço. ***“...minha escola era uma escola particular, uma escola de brancos, era uma escola católica...”*** Aqui, ele expõe a tensão de existir em espaços onde sua identidade era uma exceção e, muitas vezes, alvo de preconceito.

Essa convivência constante com o racismo estrutural o obrigava a se afirmar todos os dias. Há uma percepção de que *a excelência era o único caminho de sobrevivência* em um ambiente que não o reconhecia como igual.

A afirmação de si mesmo: *"a gente tinha que passar ali e dizer êpa! eu sou o Estevão, eu sei quem eu sou..."* Esse gesto cotidiano de afirmação pessoal — **"êpa! eu sou o Estevão!"** - é simbólico. Representa a resistência diária contra a invisibilização, contra o apagamento cultural, contra a subestimação. Ele precisou reafirmar sua identidade constantemente para não ser engolido por um sistema que o colocava à margem.

Podemos adentrar ainda mais no contexto desta narrativa para, conforme Gomes (2012, p.43):

Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante também considerá-la não somente na sua dimensão subjetiva e simbólica mas sobretudo no seu sentido político, como uma: tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (Munanga, 1994,187).

Senti nas palavras dele uma Superação e coletividade: *"...a gente precisa superar tudo isso, né?"*

A fala termina com um convite coletivo à superação. Não é só sobre ele, é sobre todos que compartilham dessa mesma trajetória de enfrentamento. Ao usar *"a gente"*, ele amplia sua experiência pessoal e a conecta ao movimento negro, mostrando que seu sucesso não é apenas individual, mas também uma continuidade da luta coletiva.

Este relato é um testemunho vivo da intersecção entre identidade racial, resistência e conquista. Ao narrar sua vivência, Professor Estevão transforma sua história pessoal em um ato político: ele reafirma o valor da negritude e denuncia, ao mesmo tempo, os espaços que historicamente excluem corpos negros.

Apesar da oralidade informal (marcada por pausas, repetições e correções), o conteúdo tem uma profundidade significativa. É um discurso que inspira não apenas pela superação individual, mas por carregar o peso e o orgulho de uma ancestralidade comum à construção da identidade negra positiva.

E ele prossegue com sua fala:

Então assim, eu acho importante, eu achei bem legal esses momentos que a gente tem de passar, da dona Lúcia falar também falar e Penélope, passar toda essa experiência que a gente vem vivendo, elas como mulheres negras, eu como pessoa negra. Que a gente sofre até hoje, muitas vezes lá em sala de aula mesmo a gente tem que dizer, espera aí, eu estou aqui como professor, porque eles acham..., tem alunos, maioria, brancos, então sempre... tento puxar também aqueles que são pretos, pretas, para dizer, olha, você é preto, vamos aqui, "eu tenho alguns projetos que são voltados também somente para esses alunos pretos, então assim é importante a gente lembrar e falar. (Estevão, 2022).

Observei a valorização dos espaços de troca: *"eu achei bem legal esses momentos que a gente tem de passar, da dona Lúcia falar também e Penélope, passar toda essa experiência..."*. O autor reconhece a importância de espaços onde pessoas negras possam compartilhar experiências. Ao citar outras pessoas negras (Dona Lúcia e Penélope), ele reconhece a pluralidade das vivências negras, especialmente o lugar das mulheres negras — muitas vezes ainda mais marginalizadas.

Há uma valorização do afeto, da escuta e da troca como ferramentas de fortalecimento da identidade negra e resistência coletiva.

Na sua narrativa senti a persistência do racismo a ele imposto pelo sistema, mesmo em cargos de autoridade: *"...lá em sala de aula mesmo a gente tem que dizer, espera aí, eu estou aqui como professor e tal..."*. Essa fala é particularmente forte. Mesmo ocupando um lugar de prestígio social — o de professor universitário — ele ainda precisa reafirmar sua legitimidade. Isso revela como o racismo não se limita a barreiras de acesso, mas também se manifesta na *manutenção* do preconceito, que duvida da competência de pessoas negras mesmo quando elas já provaram sua capacidade. A atitude do mestre causa uma representatividade e acolhimento ao afirmar: *"...eu sempre tento puxar também aqueles que são pretos, pretas, para dizer, olha, você é preto, vamos aqui..."*, omissão ética e pedagógica: ele não apenas ocupa esse espaço, mas o utiliza para abrir caminhos para outros. Ele atua como referência, mentor, e cria projetos voltados especificamente para alunos pretos. Isso é mais do que inclusão — é reconstrução ativa do espaço universitário a partir de uma consciência racial crítica.

A fala como ferramenta de resistência: *"...então assim é importante a gente lembrar e falar, não é não"*. Essa conclusão, ainda que dita de forma informal, carrega um peso simbólico: lembrar e falar são atos políticos. A luta antirracista não pode ser silenciosa. Nomear as coisas — o racismo, a exclusão, a resistência — é um passo fundamental para transformar estruturas. O *"não é não"* final, apesar de solto, pode ser lido como uma negativa a qualquer tentativa de apagamento ou silenciamento.

Esse trecho mostra o quanto a vivência negra continua atravessada por desafios, mesmo dentro de instituições como a universidade. O professor Estevão age como ponte entre sua história, as histórias de outras pessoas negras e a construção de um futuro com mais consciência racial e acolhimento. O tom ainda é de oralidade espontânea, o que dá autenticidade ao discurso. Mas, por trás disso há uma forte crítica social, um senso de responsabilidade coletiva e uma prática pedagógica racializada, que entende que ser professor negro é também ser agente de transformação. E finaliza o professor Estevão (2022):

Então a gente vê que não é algo que vamos deixar para discutir depois, não, os alunos ali na sala de aula já tem que entender desde o ensino médio até o nível superior *que é importante a gente tocar nisso para quando eu chegar lá naquela avaliação na seleção lá da empresa. A gente entender que ali é um profissional, é negro, tem conhecimento tal, até mais que no outro, então assim, por isso que é importante que a gente tenha realmente esses momentos* tá, então eu peço até parabéns, eu dou parabéns a todos vocês que estão aqui escutando que vieram aqui até né, hoje aqui para essa palestra tá, porque esse é um passo importante, passo importante que na realidade é contínuo, a gente sempre desde cedo. Desde que que nasci que vou construindo isso a gente ainda precisa construir muito mais né, a consciência ela parte ali de cada um. Cada um tanto da pessoa que tem lá a pele escura que é o preto, mas também daquela pessoa que tem pele mais clara para entender que ali todos têm que se envolver porque é algo realmente... sério pessoal, tá bom, então era isso que eu queria tá, parabéns para todos vocês. (Bienal do Ceará em 2022 – intitulada: "De toda gente pra todo mundo").(grifos do autor).

Ele nos orienta que a Educação antirracista deve ser aplicada como urgência: *"não é algo que vamos deixar para discutir depois..."* Logo no início, o professor Estevão reforça que a luta contra o racismo é uma urgência. Não se trata de um tema para ser "agendado" no futuro — ela deve estar presente *já*, dentro da sala de aula, desde o ensino médio até o ensino superior. Essa ênfase aponta para a necessidade de uma formação crítica e contínua, que prepare jovens para reconhecer e enfrentar o racismo também no mercado de trabalho.

Ele alerta para a Inserção no mercado de trabalho e racismo estrutural ao dizer: *"quando eu chegar lá naquela avaliação na seleção lá da empresa..."*. Aqui, ele toca em um ponto preciso: mesmo com formação, muitas vezes o profissional negro ainda é visto com desconfiança. O trecho reforça que o racismo não termina na escola, ele continua

presente em processos seletivos e oportunidades profissionais. A comparação entre *ter mais conhecimento que o outro* e ainda assim ser desvalorizado denuncia um sistema que privilegia a branquitude, mesmo diante da competência.

Vê o reconhecimento e valorização do diálogo : "***eu dou parabéns a todos vocês que estão aqui escutando...***". Essa parte é de gratidão, mas também de valorização da escuta ativa. Ele reconhece a importância do público que escolheu estar presente e ouvir. É uma forma de reforçar que o combate ao racismo também se faz na escuta, no diálogo, no acolhimento das vozes negras. E isso vale tanto para quem compartilha a dor quanto para quem precisa aprender com ela. Ele formata a construção contínua da consciência negra: "***Desde que nasci que vou construindo isso...***". Essa fala expressa o caráter processual da consciência racial. Ser negro no Brasil não é só uma identidade biológica ou social — é uma construção diária, cheia de enfrentamentos e reafirmações.

E, ao mesmo tempo, ele destaca que essa construção não é exclusiva das pessoas negras: os brancos também precisam construir uma consciência crítica e se envolver no processo de transformação.

Sua descendência ajudou a viver na coletividade como eixo da mudança: "***Cada um tanto da pessoa que tem lá a pele escura que é o preto, mas também daquela pessoa que tem pele mais clara...***". Ao incluir explicitamente as pessoas brancas nesse processo, ele rompe com a ideia de que o racismo é "problema só dos pretos". Ele mostra que essa é uma luta de *todos*, pois se trata de uma questão estrutural, que só pode ser superada com engajamento coletivo e responsabilidade compartilhada.

O tom final: sério, humano e esperançoso: "***...porque é algo realmente... sério pessoal, tá bom, então era isso que eu queria tá, parabéns para todos vocês.***"

O encerramento, ainda que coloquial, é carregado de emoção. A pausa ("***... sério pessoal...***") evidencia o peso do que foi dito e dá espaço para a reflexão. Ele fecha com um gesto afetuoso, agradecendo, mas deixando claro que o compromisso é sério e contínuo.

Este é um discurso real, potente e cheio de verdade. Ele alterna momentos de denúncia, de afeto, de formação política e de inspiração. Não é um texto acadêmico — é uma fala viva, com a força da oralidade e a carga de uma vivência marcada pela resistência e pela superação.

Apesar da informalidade da linguagem, o conteúdo é profundamente crítico, pedagógico e transformador. O autor constroi um caminho que começa na sua infância, passa pela sua formação acadêmica, chega à sala de aula como professor, e se projeta para o futuro — num chamado à coletividade e à ação.

Grupo de União e Consciência Negra- Grucon desempenhou um papel fundamental na politização e mobilização do movimento negro no Ceará, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. A educação sempre foi uma de suas principais ferramentas na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Para o Grucon — Grupo de União e Consciência Negra — a educação sempre foi mais do que sala de aula. Foi chão de combate, espaço de denúncia, mas também de criação e esperança. O grupo, surgido em um Ceará ainda marcado por silêncios e ausências negras nas estruturas do saber, ousou dizer: existimos, resistimos e educamos. A educação, para o Grucon, é ferramenta de libertação, como dizia Paulo Freire, mas é também território ancestral, onde se preservam histórias, se recontam memórias e se afirmam identidades. Por isso, seus integrantes não apenas teorizavam: atuavam. Luiz Ferreira Lima (1986) escrevia poemas que eram gritos e abraços — palavras firmes que despertavam a consciência adormecida.

Manu Kélé (2023), com sua voz e suas canções, ecoava os tambores da África em cada verso, fazendo do canto um ato político. E William Augusto Pereira (1989), com sua literatura infantil, oferecia às crianças negras um espelho — um reflexo bonito e possível de si mesmas.

Ser professor negro, dentro dessa perspectiva, não é apenas ocupar um cargo. É ser extensão da luta. É transformar a sala de aula em quilombo, em roda de conversa, em palco e em biblioteca viva. É carregar no corpo a presença dos que vieram antes e abrir caminho para os que virão.

A fala do Prof. Estevão — se compromete com a valorização do saber negro, com a justiça social e com a transformação das estruturas racistas da educação — encontra no legado do GRUCON um solo fértil. Ainda que não haja um documento específico que a articule diretamente, há um horizonte comum: o de uma educação enegrecida, coletiva e radicalmente humana.

3.2 -A Pesquisa e os intelectuais negros do Grucon

Se o lugar de onde falo é o princípio da minha identidade, então é inevitável que eu olhe para trás, para dentro, para o território de onde vim. Sou da periferia de Fortaleza, do Jardim Iracema. Sou negro. E por assim ser, carrego na pele e na experiência os obstáculos que a estrutura social insiste em impor. Mas também carrego a força dos que vieram antes

de mim, das histórias que resistem, das vozes que ecoam no coletivo.

É nesse contexto que reconheço o Grucon — Grupo de União e Consciência Negra — como meu primeiro grupo de referência. Foi nesse espaço de afeto, luta e criação que tive acesso às primeiras expressões políticas, culturais e artísticas que me atravessaram de forma profunda. Ali, aprendi a olhar o mundo com outros olhos, a escutar com mais cuidado e a falar com mais firmeza.

O Grucon não é apenas uma lembrança: é fundamento. É através dele que fui construindo meu modo de pensar a vida, minha forma de me colocar no mundo, e de compreender que minha identidade não nasce do acaso, mas da coletividade, da resistência e da ancestralidade. Falar desse grupo é falar de mim, do que me forma, do que me move.

Este capítulo também apresenta uma amostragem do que temos feito enquanto grupo, como forma de compreender melhor a caminhada até aqui e traçar os próximos passos. Para isso, enviei a alguns intelectuais do movimento negro um roteiro orientador, com o intuito de refletirmos juntos sobre como o Grucon tem demarcado e enfrentado esse processo de apagamento histórico. Todos os(as) pesquisados(as) assinaram um termo de consentimento, garantindo o compromisso ético com suas falas e memórias.

3.2.1. A trajetória do Professor Hilário Ferreira.

José Hilário Ferreira Sobrinho é graduado em Ciências Sociais e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Pesquisador da cultura e História do Negro no Ceará. Autor do livro didático *Abolição no Ceará: um novo olhar* (Editora IMEPH, 2009). Possui também artigos publicados em livros como: “Cultura popular e culturas afrodescendentes”: Negros no Ceará: história, memória e etnicidade (coleção Outras Histórias, Museu do Ceará, 2009); “A presença de africanos livres no Ceará do séc.XIX: um resgate histórico” In: Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará (Impreco, 2009); “Sociabilidade e solidariedade dos negros livres e escravos no Ceará do século XIX” In: DOCUMENTOS - Revista do Arquivo Público do Estado do Ceará: (Secretaria da Cultura do Estado do Ceará). Atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal do Ceará. É professor da UniAteneu. Nessa pesquisa o denominaremos de Professor Hilário Ferreira.

Foto 12 - Autores e ideias



FONTE: Rádío ALECE (Assembleia Legislativa do Ceará) FM 96,7

Segundo o Professor Hilário Ferreira (2025) relembra tempos outrora:

1988, centenário da abolição no Brasil. Uma gravadora alternativa, ligada aos movimentos sociais, resolveu fazer um vinil com músicas que tratasse da negrada. Foi um projeto para o Brasil todo. Neste período, eu e uns amigos criamos um grupo musical regional chamado Andanças. Neste grupo estavam Alex Ratts, Erick Assis (professor da UECE), Everardo (músico), Eu (professor), Rogério Freitas e os irmãos Hibiss e Helenildo Farias. Começamos a fazer shows e as músicas eram nossas. Resolvemos na maior cara de pau participar desse concurso e mandamos várias músicas nossas. E para nossa surpresa, essa música Negro Tem Vez foi escolhida (Sobrinho, 2025).

Que história linda, do professor Hilário Ferreira! Dá para sentir a força daquele momento — 1988, centenário da abolição, e vocês chegando com som autoral, no peito e na raça. E ainda sendo escolhidos num projeto nacional... isso não é só talento, é resistência em forma de arte. “Negro Tem Vez” já carrega no título uma resposta histórica. Vocês ali, com o grupo Andanças, afirmando presença, voz e criação num Brasil que ainda engatinha na valorização da cultura negra. Você lembra como foi o dia em que receberam a notícia de que a música tinha sido escolhida? Deve ter sido um daqueles momentos que ficam marcados na pele, né?

E onde eu estava em 1988, peguei umas agendas daquela época para me situar melhor e encontrei na minha estante o livro “VIII encontro de negros do Norte e nordeste: O negro e a Educação” que aconteceu em Recife de 29 a 31 de julho de 1988. E lá estava eu representando o Grupo de União e Consciência Negra a nível Nacional. Mais isso é conversa para mais adiante.

Segue o roteiro da entrevista com o professor Hilário Ferreira.

1. Trajetória pessoal

Roteiro de entrevista do William
Augusto Pereira. A primeira
pergunta, trajetória pessoal.

Me chamo Hilario Ferreira. A minha trajetória. Eu sou filho de um funcionário público do município de Fortaleza. É filho de uma lavadeira. Grande parte da minha adolescência foi no bairro da Piedade, ou Joaquim Távora. Grande parte brincando na rua, com os amigos. Tive um grande amigo que, durante um longo tempo, teve uma amizade muito forte. Nós passamos grande parte do tempo conversando. E na casa dele havia uma turma também. Isso durante quase toda a década de 70. A rua em que eu morava era uma rua muito ativa, com muita criança e juventude. Isso por causa do colégio salesiano, que tinha suas atividades. Atividades lá tinham uma serraria, tinha um colégio, tinha uma biblioteca. Então, foi uma infância e uma adolescência em que minha formação, ela foi uma formação que eu vou ter de uma classe de trabalhador. A gente não era classe média, nós éramos pobres. Houve situações em que, às vezes, não tinha o que comer. Minha mãe deu um jeito. Havia uma solidariedade dos vizinhos etc. Isso na década de 70. No início da década de 80, a minha formação educacional e política tem uma ligação muito próxima. Porque é através de um amigo do colégio onde eu estudei que eu vou ser, vamos dizer, eu vou ser cooptado pelos grupos de jovens da igreja (Sobrinho, 2025).

Esse trecho é profundamente revelador, quase um retrato de época. Professor Hilário mostra como o lugar, a comunidade, as carências e os afetos formam um solo fértil onde germinam consciência, arte e luta. Ele não apenas viveu a efervescência da década de 70 como *criou* junto com ela — sua casa era ponto de encontro, sua rua um território pulsante, e sua vivência, marcada por uma pobreza digna e cheia de laços comunitários.

A rua é mais do que geografia — é espaço de convivência, aprendizado informal, vida em movimento. A presença do Colégio Salesiano, com suas atividades e estrutura, oferecia mais que ensino: era um espaço de formação comunitária. Isso ressoa com a ideia de “formação por imersão”, em que o ambiente também educa.

A casa do Professor Hilário, segundo ele, era um espaço coletivo, onde se reunia uma turma — possivelmente amigos, artistas, estudantes e curiosos. Isso mostra desde cedo a vocação agregadora dele, esse impulso de formar redes, criar espaços de troca, de escuta e de criação. A casa se torna também um *“centro cultural não oficial”*. Aqui entra o peso da memória afetiva e social. A pobreza não é romantizada, mas há dignidade e resistência. A figura da mãe que *“dava um jeito”* é símbolo de luta silenciosa, da criatividade materna diante da escassez. E a solidariedade entre vizinhos revela uma rede de apoio que ia além da família nuclear.

"No início da década de 80, a minha formação educacional e política tem uma ligação muito próxima. (...) pelos grupos de jovens da igreja."

Esse ponto é importante: a entrada na consciência política não se deu por partidos ou movimentos estudantis diretamente, mas por meio dos **grupos de jovens da Igreja**, algo muito comum na época, especialmente com a influência da **Teologia da Libertação**. A politização via fé cristã foi um caminho legítimo e potente para muitas pessoas oriundas das camadas populares.

O que se revela aqui é o surgimento de um intelectual orgânico do movimento negro que será múltiplo: escritor, músico, educador, ativista, agregador. A infância de Hilário é feita de escassez e solidariedade; sua juventude, de encontros que o politizam. A rua, a escola, a igreja e a própria casa formam uma espécie de “quadrado sagrado” de formação — onde se aprende, se compartilha, se sonha e se resiste.

Bom, eu tinha esquecido de informar, eu nasci em Fortaleza, sou cearense, nasci em Fortaleza e sou filho de uma mãe pernambucana de Belo Jardim que migrou com a minha avó e meu avô e mais um irmão para o Juazeiro do Norte. Meu pai é cearense. Então, a minha formação educacional, ela inicia na escola Alba Frota, na década de 70. A escola Alba Frota, ali no Parque das Crianças, eu fiz desde o jardim até a alfabetização lá e meu ensino, o primeiro grau, hoje ensino fundamental, foi na escola de primeiro grau Visconde do Rio Branco que fica ali na av. Aguanambi na verdade fica na esquina da Padre Valdivino, com o Visconde do Rio Branco e cruzando também a Aguanambi. Foram bons momentos que eu tive lá, foram momentos marcantes da minha vida nessa escola. Aí você pode perguntar, você aprendeu muita coisa? Não, nós estamos falando de um período do regime militar. Então, nas aulas, elas eram, como diz o Paulo Freire, bancárias, você decorava e passava. E como reação a esse tipo de educação, eu estava nem aí, não queria, não me interessava a escola, só queria brincar. Hoje, olhando para aquela época, me descubro com uma grande liderança, uma liderança no sentido de congregar alunos, brincadeiras. Eu me lembro que a primeira vez que eu recebi o nome de subversivo foi lá na escola, porque a direção estava custando a nos entregar a carteira de estudantes. E um dia eu cheguei para os alunos, a nossa turma era maior, na escola 60 alunos, eu disse, quando tocar para o recreio, todo mundo sai e ninguém entra até nos deram a carteira de estudantes. E assim foi feito. E a diretora veio mandando a gente entrar, ninguém entrou. Ela olhou para mim e disse, isso é coisa sua, seu Hilário, seu subversivo. Eu nunca sabia, eu nunca tinha escutado essa palavra, depois que eu fui aprender. Dentre esses meus amigos da turma, tinha um que era apaixonado pelo Roberto Carlos. E aí ele passa a andar na Igreja da Piedade. A Igreja da Piedade, ela chegou a um padre novo, o nome dele era Padre Francisco Sobrinho, um padre liberal, aberto, que depois vai se convertendo a teologia da libertação, graças aos movimentos da juventude. (Sobrinho, 2025).

Esse trecho é precioso — ele registra o exato momento em que o Professor Hilário Ferreira (2025) descobre que "ser subversivo" é, na verdade, resistir à injustiça. É a aurora da consciência política, nascida dentro de uma escola, em meio a um ato coletivo por um direito básico: a carteira de estudante. E o mais bonito é que isso se liga organicamente à

arte, à amizade, à fé e à transformação. *"quando tocar para o recreio, todo mundo sai e ninguém entra até nos derem a carteira de estudantes."*

Esse é o embrião da ação coletiva. Aos olhos do Professor Hilário, ainda jovem, havia uma injustiça concreta — a não entrega das carteiras — e uma solução simples e organizada: a greve do retorno ao recreio. O gesto mostra um pensamento estratégico e a capacidade de liderança que ele já exercia entre os colegas. É ali que se acende a faísca da política como prática do cotidiano. *"Ela olhou para mim e disse, isso é coisa sua, seu Hilário, seu subversivo."* Esse momento é simbólico: ser chamado de “subversivo” sem saber o que significa. Para muitos jovens dos anos 70 e 80, ser rotulado assim era perigoso — carregava o peso da repressão política da ditadura. Mas também era, para alguns, um batismo: a entrada no campo da resistência. Hilário não só ouviu a palavra, como a assumiu — e mais tarde, compreendeu sua força. *"A Igreja da Piedade... chegou um padre novo, Francisco Sobrinho, um padre liberal, aberto..."* A história começa com um colega apaixonado por Roberto Carlos e termina com um padre que se envolve com a Teologia da Libertação.

É curioso e bonito: a entrada no espaço religioso não se dá pela fé tradicional, mas pela convivência, pela amizade e pelo interesse comum. A figura do Padre Sobrinho é um símbolo da abertura e da transformação que a Igreja viveu naquele tempo, com muitos religiosos se aproximando das causas sociais por influência dos movimentos de juventude.

E prossegue ele:

E aí ele organiza uma atividade do salesiano, que era chamada Oratório. E lá também chega, na verdade já existia desde a década de 60, um grupo chamado CJC, Comunidade de Jovens Cristãos, que é uma instituição, um grupo de jovens, que foi criada por um padre salesiano, que só existia no Nordeste. E na década de 60 funcionou, aí desapareceu um pouco e é retomada a partir da experiência da crisma. E esse meu amigo, ele começa a fazer parte da organização da crisma, e me chama para fazer parte da crisma. Só que, como eu falei, eu não queria nada com nada, só queria brincar. E o Oratório, que era a atividade do salesiano para envolver a juventude, abria as portas, tinha quadra, tinha jogos, e geralmente o meu irmão era do Oratório. E aí um dia, geralmente quando terminava essa atividade com a juventude, esse trabalho com a juventude, quando todos saíam, (o pessoal do grupo de jovens ia bater uma bolinha na quadra. E as reuniões da crisma eram também no sábado. E eu sempre dizia que ia, e enrolava, e não ia. E teve um dia, na verdade teve um sábado, que eu estava jogando bola, e esse meu amigo Roberto Carlos, o nome dele era Roberto Carlos, ele era fã do Roberto Carlos, estava parado me olhando, tipo assim, eu lhe chamei e você não veio. Eu fiquei muito envergonhado, ele parado me olhando, e aí na outra semana eu fui, me arrumei todo e fui. E comecei a gostar, porque era uma crisma diferente, onde se discutia temas sociais, e eu comecei a ver jovens da minha idade falando, expondo pensamento, questões sociais, fazendo uma relação entre fé e política. E aí eu fui me envolvendo com isso, gostando, e acabei indo participar do oratório, inicialmente, ia para as reuniões, ficava de longe vendo, e fui envolvido pelo pessoal da CRISMA. E acabou, quando terminou a crisma, que foi um ano, me crismei, e algumas pessoas foram chamadas para

formar um grupo de jovens. Tinha a crisma de manhã e à tarde. Então foi formado um grupo pela manhã e um grupo à tarde, o era da tarde. E esse grupo já tinha sido pego pelo pé e fui pego pela alma, porque a cada dois anos havia um encontro regional. E isso foi no final de 81. (Sobrinho, 2025).



O processo da narrativa do Professor Hilário Ferreira (2025) apresenta um relato pessoal sobre a experiência do autor com a crisma e a Comunidade de Jovens Cristãos (CJC), dentro do contexto de um ambiente salesiano. Há um elucidado desenvolvimento narrativo, desde a resistência inicial até o engajamento e transformação pessoal. No entanto, algumas questões podem ser analisadas criticamente: Noto uma Evolução e Engajamento Progressivo. Sua narrativa mostra bem a transformação do protagonista, que começa desinteressado e acaba envolvido por um grupo que discute temas sociais e políticos ligados à fé.

Isso demonstra uma construção de identidade dentro de um contexto coletivo. Na sua Contextualização Histórica observa-se um esforço em situar a trajetória do CJC, sua origem nos anos 60, o desaparecimento temporário e sua retomada nos anos 80. Isso dá profundidade ao relato, conectando a experiência individual com um movimento mais amplo. Senti uma narrativa fluída e imersiva, pois o tom informal e a descrição detalhada dos eventos tornam o relato envolvente. E retoma:

No início de 82, teve o encontro da CJC, que é a Comunidade de Jovens Cristãos, no Recife, onde todo mundo foi, dos estados, todos os estados, a Bahia, o pessoal do Aracaju, vários. E aquilo, uma semana, e foi a primeira vez que eu saí do Ceará, na verdade de Fortaleza, fui para esse encontro, todo mundo voltou apaixonado. Aí pronto, eu fui fisgado. Se a crisma pegou meus pés, a CJC, esse encontro estadual, não estadual não, regional, é o cachorro aqui, esse encontro regional, ele pegou minha alma. E aí a gente começa a fazer leituras. Eu tive a sorte de ter o padre Almir, na verdade na época era o seminarista Almir, como orientador, o orientador do documento da igreja, e uma senhorinha chamada Tia Rita como orientadora espiritual. Fui lendo, lendo, lendo, lendo, e a gente começou a desenvolver, começou a criar uma pastoral, uma organização. Outros grupos apareceram, criamos o Centro Juventude da Piedade, onde trabalhava no teatro, música, eu tocava violão, dançava, e acabei sofrendo, já com uma consciência política grande, (8:36) acabei sofrendo racismo. Por que eu estou falando de consciência política? Porque esse racismo me fez tomar uma atitude. Eu também sofri racismo na escola, mas pela minha liderança, que foi uma coisa interessante depois, eu percebendo, analisando, já com uma consciência negra, quando o racismo aconteceu lá no Visconde do Rio Branco, (9:08) apareceram duas meninas muito bonitas de São Paulo, duas paulistas e uma, me disseram que me tratou mal, que me chamou de negro, e como eu era muito conhecido no colégio, houve uma revolta grande, grande, de todos os alunos contra ela. Ela veio me pedir desculpa. Já essa, da CJC, me levou a tomar uma postura política e acabar procurando o movimento negro. E é através de um curso de consciência crítica com o Eduardo Hoornaert⁴⁵ que eu sei que existe o Grupo de União de

⁴⁵ Eduardo Hoornaert. Nascido na Bélgica, vive há mais de 50 anos no Brasil.

Estudou línguas clássicas na universidade de Lovaina e Teologia em preparação ao sacerdócio católico, entre 1951 e 1955. Foi professor catedrático em história da Igreja nos Institutos de Teologia de João Pessoa, Recife e Fortaleza. Tem ministrado por anos cursos e conferências em torno de

Consciência Negra. E o Eduardo Hoornaert me passa o endereço da Lúcia e eu vou um dia numa reunião. E aí começa a minha entrada no Grupo de União de Consciência Negra. (Sobrinho, 2025).

O relato demonstra uma trajetória de formação política e identidade racial, impulsionada inicialmente pela participação na CJC e depois pelo contato com o movimento negro. Há uma narrativa de despertar e transformação, em que Hilário passa de um jovem envolvido em atividades religiosas e culturais para alguém que assume uma postura ativa contra o racismo e busca articulação política. Nisso sentir positividade, pois, daí nota-se uma Construção da Consciência Política e Identitária dele quanto na passagem do encantamento com a CJC para o envolvimento no movimento negro é bem marcada.

O protagonista, ao sofrer racismo, não apenas sente a dor da discriminação, mas transforma essa experiência em ação política. Isso ilustra um processo de conscientização e empoderamento.

Observa-se, também, a Interseção entre Fé e Política. A presença de figuras como o padre Almir e Eduardo Hoornaert sugere que a fé cristã, nesse contexto, não se limitava a um discurso espiritual, mas também fomentava uma visão crítica da realidade social. Isso reflete o impacto da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base na mobilização política da juventude negra no período.

A Contextualização Histórica e Relevância do Movimento Negro, no relato ocorre no início dos anos 80, um período de redemocratização do Brasil e fortalecimento do movimento negro. A busca pelo Grupo de União de Consciência Negra se alinha ao crescimento das organizações negras que combatiam o mito da democracia racial e reivindicavam direitos.

temas como: história do cristianismo; história da igreja na América Latina e no Brasil; religião do povo. Tem mais de 20 livros publicados. Assessorou o Grupo de União e Consciência Negra em Fortaleza, no seu início na década de 80.

E-mail: e.hoornaert@yahoo.com.br. Fonte: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/temas-pastorais/o-que-ha-por-tras-da-religiosidade-popular/> pesquisado em 19/02/2025.

3.2.2 Alex Ratts e sua presença no Grupo.

Alex Ratts, tem sessenta e um anos, em 2025, nascido em Fortaleza, residiu em São Paulo e mora em Goiânia. é poeta, antropólogo, geógrafo e professor universitário. Alex Ratts é professor universitário e pesquisador. Doutorou-se em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo em 2001. É professor dos cursos de graduação e mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (Universidade Federal de Goiás), publicou artigos sobre quilombos, relações raciais e grupos étnicos e orienta pesquisas que englobam esses temas. É um dos autores do livro *Lélia Gonzalez* (Selo Negro Edições, 2010) que faz parte da coleção *Retratos do Brasil Negro*. Escreve poesia desde a juventude. tem poemas publicados em coletâneas (Coletânea Poética Ogum's Toques Negros. Salvador, Editora Ogum's Toques Negros, 2014; Revista *Organismo V*. Salvador, Segundo Selo, 2018; *Transition – The Magazine of Africa and Diáspora* – 2018). como veremos, responde quase tudo com humor ou, como se diz no Nordeste, com gaiatice.

Vamos sentir a riqueza dos versos de Ratts nessa poesia

de sua autoria: (27 de maio de 64)

[dos anos 60 aos 70 anos] mil vidas pra viver

os circuitos vitais entre
extremos pausas raras
o polo do exagero fazer muito,
fazer mais ter o impossível entre os dedos

o polo da
descida às
vezes, queda
aquele local
esquisito
de não se estar e não poder sair

mãos estendidas e um coração exposto
uma lista de coisas factíveis, coisas possíveis

A contradição entre os búzios
os manuais do corpo
os circuitos temporais
de ser vários, ser alguém,
alguns de ser ninguém,
nenhum a vinda de um
lugar áspero e salgado
porque não dizer: tão
difícil, tão bom nos
meandros de si, o indício

da partida se partisse,
haveria o pleno e o rastro
da beleza um vasto vazio
com um fio de certeza as
chegadas algumas fugas,
uma debandada locais de
franca semelhança e exílio
o amor como um episódio
que não se repete um
lugar pra encostar a
cabeça as pessoas-amores
qual lugares
com alguma cumplicidade

o retorno
de onde vem a criatura e suas criações
imaginadas Alex Ratts - 20 jun 24

Entrevista com Alex Ratts.

Foto 13 - Alex Ratts



FONTE: Editora Segundo Selo

1. Trajetória Pessoal

Você poderia falar de sua trajetória de vida (onde nasceu, formação social, formação política/movimento social, formação educacional e como se autodeclara).

Nasci em Fortaleza, em 1964, numa família interracial (mãe branca e pai negro indígena). Vivi no centro da cidade até a idade de 14 anos. Depois, fomos morar em um conjunto habitacional periférico, próximo a favelas como Verdes Mares e Trilho, no bairro chamado Nova Aldeota que viria a ser denominado de Papicu. Meu pai foi carteiro e depois, agente administrativo. Minha mãe trabalhou em tipografias e depois, foi tesoureira em um colégio particular no qual fiz o ciclo fundamental 2 com bolsa. Ambos nasceram em Fortaleza, onde meus avós e meus avós viveram. Fiz o ensino médio em duas escolas: no colégio particular e na antiga Escola Técnica Federal. Cursei Arquitetura na Universidade Federal do Ceará, entre 1980 e 1982. Na igreja fui de movimento de jovens e em 1985 entrei para a Pastoral de Juventude do Meio Popular, ligada à Teologia da Libertação. A partir daí, conheci vários movimentos sociais – mulheres, indígenas, negros – e me aproximei do movimento negro. Me identifico como negro (de pele clara), identidade que fui construindo no movimento. Em 1988, fui convidado a trabalhar como estudante de arquitetura na Comunidade do Trilho, onde havia famílias negras de origem rural (Ratts, 2025).

Ao pontuar sua formação, Alex Ratts (2025) me fez remeter para uma das diversas perspectivas de sua caminhada, especialmente considerando a interseção entre arquitetura, identidade e movimentos sociais. Primeiramente, é importante destacar a trajetória acadêmica de Ratts na Arquitetura, que se desenrola em um contexto histórico e político significativo. A formação na Universidade Federal do Ceará, em um período marcado por transformações sociais e políticas no Brasil, sugere que sua educação foi influenciada por um ambiente de conscientização e engajamento social.

Sua participação na Pastoral de Juventude do Meio Popular, ligada à Teologia da Libertação, é um ponto crucial. Essa teologia, que enfatiza a luta pela justiça social e pelos direitos dos marginalizados, moldou sua visão de mundo e sua atuação. A conexão com movimentos sociais, como os de mulheres, indígenas e negros, reflete uma busca por inclusão e equidade, mostrando uma consciência crítica em relação às desigualdades raciais e sociais.

A construção da identidade negra, mesmo sendo de pele clara, é um aspecto relevante. Isso indica uma reflexão profunda sobre como a identidade racial é formada não apenas pela cor da pele, mas também pelas experiências vividas e pelas relações sociais. O envolvimento no movimento negro permitiu que Ratts (2025) não apenas reconhecesse sua própria identidade, mas também se tornasse parte de uma luta coletiva. Ao trabalhar na Comunidade do Trilho, Ratts (2025) demonstra um compromisso com a prática da arquitetura voltada para a comunidade. Isso sugere uma abordagem que valoriza a história e as necessidades dos moradores, especialmente de famílias negras de origem rural. Essa experiência pode ser vista como uma forma de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em benefício de grupos historicamente marginalizados.

A resposta de Alex Ratts (2025) traz à tona questões importantes sobre a intersecção entre educação, identidade e ativismo social. Sua trajetória ilustra como a arquitetura pode ser uma ferramenta de transformação social e como o engajamento em movimentos sociais pode enriquecer a prática profissional, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

A pesquisa o indagou a respeito de sua vivência no Grucon, Vejamos:

1.2.Como vivenciou as práticas políticas ao longo do percurso do Grucon?

Conheci o Grupo de União e Consciência Negra em 1986 e participei de alguns eventos. Em 1990, criamos um grupo negro na Comunidade do Trilho, no bairro da Aldeota, que, posteriormente vinculamos ao núcleo pré-existente do Grupo de União e Consciência Negra no bairro de Jardim Iracema. Junto com os Agentes de Pastoral Negros formamos o Fórum Cearense de Entidades Negras, com vistas a participação no Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) que se realizou em São Paulo, em novembro de 1991, e somente aceitava representantes de entidades nacionais. Como militante do Grucon, participei de reuniões em Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro e de uma rede de comunicação com os núcleos de Pernambuco e Maranhão. Estive com militantes negros no Crato e em Tauá em 1995, por ocasião das atividades do Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares. (Ratts, 2025).

A reflexão sobre a experiência de Alex Ratts (2025) com o Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON) e sua atuação na Comunidade do Trilho revela um profundo envolvimento com a luta pela igualdade racial e a construção de uma identidade coletiva. A formação de um grupo negro na Comunidade do Trilho, em 1990, representa não apenas uma resposta às necessidades da comunidade, mas também uma tentativa de fortalecer a consciência negra em um contexto urbano onde as questões raciais frequentemente são marginalizadas.

A vinculação desse grupo ao núcleo do Grupo de União e Consciência Negra evidencia uma estratégia de articulação e solidariedade entre diferentes comunidades e iniciativas. Isso ressalta a importância da organização coletiva na luta pelos direitos dos negros, criando uma rede de apoio e fortalecimento mútuo entre os militantes. O Fórum Cearense de Entidades Negras, que surgiu desse processo, é um exemplo claro de como a mobilização e a união de forças podem amplificar a voz da população negra e garantir uma representação mais efetiva em espaços decisórios. A participação no Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN) em São Paulo, que exigia a representação de entidades nacionais, mostra a determinação de Ratts e seus colegas em se fazer ouvir em um cenário mais amplo. Isso demonstra a compreensão de que as questões raciais não são isoladas, mas interligadas em uma rede de lutas que se estendem por todo o Brasil. As reuniões em diferentes estados, como Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, evidenciam a construção de uma rede de solidariedade e troca de experiências entre militantes de diversas regiões, enriquecendo a luta pela igualdade racial.

Além disso, a menção ao Tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares em 1995, e a participação em atividades relacionadas a esse evento, apontam para a importância da memória histórica na construção da identidade negra. Zumbi é um símbolo de resistência e luta pela liberdade, e sua lembrança é fundamental para inspirar novas gerações na busca

pela justiça social. Portanto, a trajetória de Alex Ratts (2025) nesse contexto reflete um comprometimento profundo com a causa negra e uma busca incessante por um espaço de voz e representação. Conforme Munanga (2015, p.8) “Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças em “nós” e “outros”, não creio que o grau desse consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados”. (Munanga, 2015, p.8)

Sua atuação evidencia a importância da organização coletiva e da articulação de esforços em prol da igualdade racial, mostrando que a luta é tanto local quanto nacional, e que a consciência de identidade é fundamental para a transformação social.

E avança ele:

Enquanto eventos organizados (ou coorganizados) pelo Grucon-CE, destaco o “I Encontro Estadual de Mulheres Negras – A Mulher Negra na Sociedade”, realizado no Seminário da Prainha, em setembro de 1991, e o “Seminário Negrada Negada – O negro no Ceará” realizado em maio de 1992 no Auditório José Albano na Universidade Federal do Ceará. Estes eventos estão mencionados nas dissertações de Antônio Vilamarque Carnaúba de Sousa “Da negrada negada: a negritude fragmentada - o movimento negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)” e de Joelma Gentil do Nascimento “Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta”. (Ratts, 2025).

A realização de eventos como o "I Encontro Estadual de Mulheres Negras – A Mulher Negra na Sociedade" e o "Seminário Negrada Negada – O negro no Ceará" evidencia um esforço significativo do Grucon-CE para abordar as questões raciais e de gênero de forma interseccional. Esses encontros não apenas representam a mobilização da comunidade negra, mas também a necessidade de dar visibilidade a vozes que historicamente foram silenciadas ou marginalizadas, especialmente as mulheres negras.

O primeiro evento, focado na mulher negra, foi particularmente relevante, uma vez que as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação – tanto por questões de raça quanto de gênero. Ao promover um espaço para debater a realidade das mulheres negras na sociedade, o Grucon-CE contribuiu para a construção de uma agenda que reconhece e valoriza suas experiências e desafios únicos. A inclusão dessas vozes foi crucial para a formulação de políticas públicas e iniciativas que atendam às necessidades específicas desse grupo. O "Seminário Negrada Negada" também foi importante, pois abordou a condição do negro no Ceará de uma forma mais ampla, discutindo as formas de negação da negritude e as consequências sociais e culturais dessa marginalização. Esse tipo de discussão tem sua

fundamentação para dismantelar estereótipos e preconceitos que persistem na sociedade, além de promover uma reflexão crítica sobre a identidade negra e as lutas sociais.

A menção às dissertações de Antônio Vilamarque Carnaúba de Sousa (2006) e Joelma Gentil do Nascimento (2012) indica que esses eventos não apenas tiveram um impacto imediato, mas também contribuíram para a produção acadêmica e para a preservação da memória do movimento negro no Ceará. As pesquisas acadêmicas que analisam esses encontros ajudam a consolidar a história do ativismo negro na região, oferecendo uma base para futuras gerações de militantes e acadêmicos.

No entanto, é importante também refletir criticamente sobre os desafios que esses eventos enfrentaram. A mobilização e a organização em torno de questões raciais e de gênero foram limitadas por fatores como a falta de recursos, a resistência institucional e a fragmentação do movimento negro. Além disso, a necessidade de um diálogo contínuo entre diferentes segmentos da sociedade civil e da academia foi vital para garantir que as discussões promovidas nesses eventos se traduzem em ações concretas e mudanças duradouras.

Portanto, a organização desses eventos pelo Grucon-CE foi um passo importante na luta pela igualdade racial e de gênero, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento da voz da mulher negra. A reflexão crítica sobre esses encontros incluiu uma análise dos desafios e das oportunidades que eles representam dentro do contexto mais amplo do movimento negro e da sociedade cearense.

A pesquisa indagou ainda, Alex Ratts (2025):

1.2. Você se considera um intelectual orgânico ou um militante?

Nos anos 1990, a expressão “intelectual orgânico” era corrente no movimento negro e em outros movimentos sociais. À época me identifiquei com ela. Mais recentemente, passei a me identificar como um acadêmico militante e como intelectual militante, pois considero “acadêmico” um termo distinto de “intelectual”. (Ratts, 2025)

2. Contexto

2.1. Como você conheceu o Grucon?

Em setembro de 1985, numa atividade no Ginásio Paulo Sarasate, referente ao Dia Internacional da Juventude, conheci o grupo musical Andanças, do bairro da Piedade em Fortaleza, do qual fazia parte Hilário Ferreira que tinha ligação com o Grupo de União e Consciência Negra. No ano seguinte, com ele e outros amigos, participei de um evento do GRUCON no mês de novembro em Fortaleza. (RATTS, 2025).

2.2. Como você identifica a questão colocada sobre a raça negra no Ceará de que no Ceará não tem negro?

Na década de 1980, esse discurso era muito forte nos meios políticos e intelectuais, sobretudo na universidade. Também se dizia que no Ceará não havia indígenas. No entanto, nós que éramos militantes de alguns movimentos sabíamos da presença negra em bairros e favelas, assim como nas comunidades negras rurais. (RATTS, 2025).

2.3. Como você vê o momento político em que o Grucon se insere em busca ações afirmativas de valorização, reparação e reconhecimento da raça negra no Ceará?

Resido fora de Fortaleza desde 1993 e, após minha saída do GRUCON em 1996, não mais acompanhei as ações do grupo. (RATTS, 2025).

3. Conteúdo

3.1. Como você, enquanto intelectual orgânico ou “militante” influenciou ou influencia na visibilidade do negro no Ceará, identificando os quilombos, comunidades negras ou agrupamentos negros e contribuindo para dar fim a invisibilidade e subsidiando na formação da identidade negra no Ceará?

Desde o início do período da redemocratização, quando era estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Ceará (1982-1986) e posteriormente fazendo uma especialização em Geografia, entre 1989 e 1991, também na UFC. Me aproximei de vários movimentos – teologia da libertação, negro, indigenista, ambientalista e de mulheres – tendo me vinculado em à Pastoral de Juventude do Meio Popular, em 1989, à Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção

Fortaleza; conheci a luta indígena no Ceará e, em 1987, comecei a participar do grupo que daria origem à Missão Tremembé; em 1988, comecei a trabalhar com as Comunidades Eclesiais de Base do Trilho, especialmente na luta pela moradia. Em 1990, fiz minha primeira viagem para a comunidade indígena Tremembé de Almofala, no município de Itarema; em 1991, para Conceição dos Caetanos; em 1992, para Água Preta. Ambas as comunidades negras estão situadas no município de Tururu. Comecei a publicar artigos para movimentos sociais sobre esses temas, especialmente para o Boletim Raízes do Instituto da Memória Cearense, entre 1992 e 1996, que compuseram posteriormente a coletânea “Traços Étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas” (2009) publicada pelo Museu do Ceará. A partir dessas interações, fui cursar o mestrado em geografia na Universidade de São Paulo, com a dissertação “Fronteiras invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará” (1996), tratando da negação negra e indígena pelos intelectuais cearenses e da afirmação étnica de Conceição dos Caetanos e de Almofala dos Tremembé. Em seguida, fiz o doutorado em antropologia na mesma instituição com a tese “O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros” (2001) Posso dizer que toda a minha vida acadêmica foi feita em correlação com o ativismo negro. O movimento negro e os movimentos com os quais tenho aproximação e/ou colaboração – moradia, indígena e LGBT – são comunidades epistêmicas que me formaram intelectual e politicamente. (Ratts, 2025).

3.2. A intelectual enquanto mulher negra como se posicionou nesse processo? Pode existir uma diferença entre gênero?

Numa sociedade de passado colonial, escravista e patriarcal e de presente racista, sexista e classista, há, notoriamente, uma questão de gênero, com efeitos distintos para homens e mulheres. No movimento negro cearense sempre houve a participação de mulheres nos grupos, nos bairros e nas comunidades rurais. Sobre isso há a dissertação de Joelma Gentil do Nascimento “Memórias organizativas do movimento negro cearense: algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes, na década de oitenta”. No ano de 1991 foi realizado o 1º Encontro Estadual de Mulheres Negras do Ceará. No Ceará contemporâneo há pesquisadoras, professoras, artistas e gestoras negras militantes com muita projeção na sociedade. (Ratts, 2025).

3.3. Como a raça negra no Ceará pode não existir a partir da ótica de que não tem negro no Ceará, Ceará terra da luz?

Não sei se compreendi a pergunta. Parte significativa dos historiadores e antropólogos cearenses ou radicados no estado, desde a segunda metade do século XIX, propagam a “ausência indígena” e a “baixa presença negra” no Ceará. No entanto, além de uma maioria registrada de pretos e pardos desde o Censo de 1872, houve irmandades negras com igrejas nas cidades mais antigas, houve e há quilombos em todas as regiões do estado. Vários desses historiadores e antropólogos, assim como jornalistas e repórteres, perceberam a existência de comunidades negras no território cearense. Tratei dessa questão das pesquisas de mestrado e doutorado que fiz. Para os quilombos que conheço, a expressão “Ceará Terra da Luz” e o “25 de março” não têm significado algum. Este é, principalmente, um discurso das elites brancas de Fortaleza. (Ratts, 2025).

4. Espectro temporal e territorial

4.1. Considerando a existência da raça negra no Ceará, da visibilidade das comunidades negras espalhadas pelo estado do Ceará nos seus afazeres culturais e religiosos em territórios multidimensionais. Qual seu olhar sobre os territórios

tradicionais e periféricos como os quilombos e, ou comunidades negras cearense como agenda política do Grucon?

A população negra está em toda parte do território cearense: famílias e periferias negras em Fortaleza, quilombos na região metropolitana e nas outras áreas do estado. A resistência começa no período escravista e segue até os dias de hoje. Na contemporaneidade, o movimento negro no Ceará começa com o Grupo de União e Consciência Negra e se amplia com outros grupos – Agentes de Pastoral Negros, Filhos da África, Grupo de Negros de Quixeramobim e Tauá, dentre outros – chega aos bairros, às comunidades, às escolas e às universidades. (Ratts, 2025).

4.2. Do ano de criação do Grucon até a atualidade você acredita que melhorou visualização do negro no Ceará? Você acha que avançou?

Como fruto da atuação conjunta ou específica de pessoas, grupos e comunidades negras, ao longo de mais de 40 (quarenta) anos, na capital, na região metropolitana de Fortaleza e no interior do estado, é perceptível uma maior visibilidade negras e uma maior inserção social nos campos da cultura, das artes e da educação. Também houve a colaboração de poucos intelectuais e gestores não negros – que apoiaram as questões negras e raciais nos campos da história, da cultura, da política implicando em maior visibilidade na sociedade no estado, como ocorreu em todo o país. (RATTS, 2025).

Um fato a ser observado quanto a população do Ceará pode ser visualizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) lançada em 2023 no Jornal O povo (27/06):

População que se autodeclara preta no Ceará dobra na última década, aponta Pnad (2023). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) foi lançada este mês (junho de 2023), com dados de domicílios e moradores. No Ceará, a taxa foi de 2,9% para 6,8% no período. **A população que se autodeclara preta no Brasil aumentou na última década.** Entre 2012 e 2022, o percentual passou de 7,4% para 10,6%. No Ceará, a taxa foi de 2,9% para 6,8% no período. Número absoluto foi de 253 em 2012 e de 636 em 2022. Ou seja, mais do que dobrou. A mudança é observada em todos os estados. Para pesquisadores, a mudança está relacionada a políticas afirmativas e valorativas. Por outro lado, **a parcela de pessoas que se identifica como branca diminuiu.** Características gerais dos domicílios e dos moradores (2022), divulgada. Entre as regiões brasileiras, o **Nordeste apresentou o maior aumento na parcela da população que se autodeclara preta:** saiu de 8,7% para 13,4% entre 2012 e 2022. Em apenas três estados o número de pessoas que se autodeclararam branca aumentou: Amapá, Alagoas e Pernambuco. (JORNAL O POVO, 27/06/2023)

A pesquisa apresenta informações relevantes sobre as mudanças na autodeclaração racial no Brasil com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua de 2022. Um dado concreto da pesquisa a ser notado é que fornece números específicos sobre o aumento da população que se autodeclara preta, tornando a informação mais objetiva e verificável. Identifica, uma comparação temporal – Ao mostrar a variação entre 2012 e 2022, permite uma análise de tendência. E, por conseguinte, vislumbra um destaque regional – A ênfase no nordeste é um acerto, pois permite entender como as

mudanças se distribuem geograficamente. Baseando-se na pesquisa ainda, conforme nos informa Ana Rute Ramires (2023) esses reflexos são retratos do contexto atual, como apontam Hilário Ferreira e Arilson dos Santos Gomes.

Para Hilário Ferreira (2023), de acordo com a matéria do Jornal O Povo (2023), essas mudanças são resultado da luta do movimento negro desde a sua criação e que tem o seu ponto máximo com as políticas de ação afirmativa. Ele cita a lei nº 10.639, de 2003, que instaura no currículo de escolas e universidades a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e das relações étnico-raciais.

De acordo com Arilson dos Santos Gomes (2023) "as políticas de afirmação racial e combate ao racismo vão fazendo com que as pessoas se reconheçam e se sintam mais à vontade para se afirmar". "Todo esse elemento positivo de políticas com a finalidade de acabar o racismo, que não é algo fácil, possibilitou a uma nova geração o orgulho de ser negra. Algo que mina a própria estrutura política e ideológica do racismo, que é fazer com que a maioria da população se sinta inferior", corrobora Hilário Ferreira, que ministra o curso "Morenização da população cearense: o lugar do pardo no Ceará", onde promove discussões sobre o apagamento do povo negro no Ceará.

A mudança também passa pela população que se declara parda. Conforme o professor da Unilab, **a população parda tem dificuldade de se identificar como negra**. "Existe pardo negro, que tem fenótipo negróide e existe uma pessoa que se diz parda mas não necessariamente carrega os fenótipos negróides. Tem uma questão de letramento racial que não é fácil. Depende de como a pessoa se auto intitula, mas também, de como a sociedade vê essa pessoa, como ela vê o seu fenótipo", discute⁴⁶.

As reflexões importantes trazidas pelo professor Hilário Ferreira (2023) e professor Arilson Gomes (2023) sobre a transformação da consciência racial no Brasil, a partir de suas falas comprometidas com a promoção da igualdade racial. Elas nos conectam dados e percepções sociológicas com marcos institucionais relevantes, como a **Lei de Cotas (nº 12.711/2012)** e a **Conferência de Durban (2001)**.

A menção à Lei de Cotas e à Conferência de Durban oferece um pano de fundo necessário para entender os avanços nas políticas afirmativas e suas repercussões na identidade racial. Isso confere densidade das falas, ligando o cenário nacional a um debate internacional. Os professores Arilson dos Santos Gomes (2023) e Hilário Ferreira (2023) são figuras ativas em ações afirmativas e no debate racial, o que legitima e enriquece o conteúdo apresentado. A fala de ambos fornece não apenas análise, mas também um olhar crítico sobre os desafios da auto identificação racial.

⁴⁶ Idem.

3.3 -A Pesquisa e as intelectuais negras do Grucon

FOTO 14 - negras mulheres - Lúcia Simão e Cleide Freire.



FONTE: DO AUTOR Arquivo pessoal

3.3.1 Maria Cleide Simão Freire, a educadora social.

Maria Cleide Simão Freire nasceu em 27 de abril de 1952. Formada em Pedagogia, com especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Vale do Acaraú - UVA., aposentada como professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Foi catequista, educadora social do projeto Pequeno Mundo e comerciária da rede de supermercado, Coordenou a pastoral afro, atualmente participa do Grupo do Maracatu Nação Iracema.

Foto 15 - Maria Cleide Simão Freire - Coordenadora do Grupo Negro



FONTE: DO AUTOR - Arquivo pessoal

Eu sou Maria Cleide Simão Freire. Nasci em Fortaleza no Bairro do Otávio Bonfim. Minha formação - sou pedagoga, com especialização em Planejamento Educacional e administração. No social faço parte da pastoral social - Pastoral Afro da capela de Santo Antônio na Paróquia de Santo Antônio de Pádua - Jardim Iracema. Participo do Movimento Negro. Iniciei no Grupo de União e Consciência Negra , depois Grupo Negro do Jardim Iracema, depois Abógun Bólu e Hoje no Nação Iracema. Minha vida foi muito difícil, pois, quando fiquei na idade de trabalhar não foi nada fácil na cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Na minha vida escolar minha mãe me ensinou as primeiras letras do ABC, depois fui para uma escola perto de casa. Foi o tempo da palmatória, por nada a professora colocava a gente no castigo de joelho com um banco na cabeça e milho no chão de joelho. Mas diante de tudo isso eu venci. Meu primeiro trabalho foi de vendedora ambulante. Neste momento tão conturbado diante de um trabalho que vem sendo realizado na questão social e o racismo que cada dia mais torna tão presencial em cada local, quanto mais chique o local , mais encontramos o racismo sutil, camuflado e perverso que nunca fica velho ou esquecido e sim sempre presente cada vez mais. (Freire, 2025).

O depoimento /entrevista de Maria Cleide Simão Freire (2025) é um relato autobiográfico com forte viés de testemunho e denúncia social. Ele combina aspectos pessoais e coletivos para construir uma narrativa que evidencia sua trajetória de vida e o impacto do racismo estrutural na sociedade brasileira, especialmente em Fortaleza, Ceará.

Em sua narrativa observa-se uma estrutura relativamente linear, iniciando-se com uma introdução breve sobre sua identidade e atuação social, seguida por um relato de infância e dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, para culminar numa reflexão sobre o racismo. No entanto, seu depoimento traz algumas passagens que se sobrepõem ou se apresentam de forma abrupta, dificultando a fluidez da leitura. Ao observar o trecho *"Neste momento tão conturbado diante de um trabalho que vem sendo realizado na questão social e o racismo que cada dia mais torna tão presencial em cada local..."* é um tanto fragmentado e poderia ser reorganizado para maior compreensão dos fatos.

E podemos adentrar em Achille Mbembe ((2014, p.53): quando acrescenta: “ os negros da América e os da Caraíbas deviam conhecer a experiência de África - e antes de mais como diferendo. A maioria dos pensadores negros da época reivindica tanto a sua africanidade como a sua americanidade.” (MBEMBE, 2014, p. 53).

Maria Cleide Freire (2025) compartilha sua trajetória como mulher negra e ativista, destacando a luta para vencer adversidades educacionais e profissionais. Há uma crítica explícita ao racismo que permeia a sociedade, tanto em suas formas violentas do passado (como punições na escola) quanto em suas formas mais sutis e contemporâneas (*"quanto mais chique o local, mais encontramos o racismo sutil, camuflado e perverso"*). Ela , ainda, enfatiza sua participação em movimentos negros, mostrando como sua jornada pessoal se entrelaça com lutas coletivas. Quanto ao contexto histórico e social, Maria Cleide (2025)

situa sua experiência dentro de uma luta histórica mais ampla contra o racismo no Brasil. O fato de ela mencionar sua participação em diversos grupos negros (Grupo de União e Consciência Negra, Abógun Bólu, Nação Iracema) indica um comprometimento com a luta coletiva. Esse envolvimento é crucial para compreender como a resistência negra no Brasil se estrutura em redes de apoio e mobilização.

Além disso, o trecho sobre sua educação durante o período da palmatória remete a um passado de práticas disciplinares violentas, que eram especialmente cruéis para crianças negras em escolas públicas. Esse dado reforça a relação entre violência, educação e racismo no Brasil.

Seu depoimento, digo de Cleide Simão Freire (2025), emite um tom pessoal e envolvente, ao defenir o racismo social, como *"o racismo que se torna cada dia mais presente"*. O relato de Maria Cleide Simão Freire (2025) é um testemunho valioso sobre a interseção entre trajetória individual e luta coletiva contra o racismo. Sua narrativa ressalta a resiliência diante das adversidades e denuncia as persistências do racismo, tanto em seu passado escolar quanto em sua vida adulta. Embora a coesão textual possa ser melhorada, a força do conteúdo e da denúncia social são elementos centrais que conferem grande relevância ao texto.

Diante desta situação existe muitas ações que estão chegando junto ao negro. Mas ainda ampliar este trabalho de ações afirmativas, para que novas gerações possam alcançar, é o que esperamos. Não queremos ser o melhor que ninguém mais sermos iguais a todos seres humanos, para que sejamos respeitados. O estado, os gestores, os entes que lideram nossa sociedade deveram investir mais na cultura da negritude que é muito rica de detalhes. Deveriam investir mais em educação para as crianças menos favorecidas e suas famílias. A situação do negro ainda clama por espaços mínimos para seguir como seres humanos de fato. Ampliando essa discussão tanto para negros e brancos nesse país, mostrando quem ganhou e perdeu nesse 500 anos de exploração, poderíamos ter uma consciência mais próxima de uma realidade que o país merece, De serem que se respeitasse e se irmanassem.(Freire, 2025, s.p.)

O trecho do depoimento e entrevista de Maria Cleide (2025) apresentado propõe uma reflexão e ação no sentido de ampliar as políticas de ações afirmativas e a valorização da cultura negra. ela enfatiza que o objetivo não é que os negros sejam superiores, mas que haja igualdade para que todos sejam respeitados enquanto seres humanos. Há um apelo para a ampliação de programas e políticas que beneficiem novas gerações, ampliando o acesso a oportunidades e educação para as crianças e famílias menos favorecidas.

Maria Cleide (2025) clama por maior comprometimento dos gestores, do Estado e dos líderes sociais em investir na cultura da negritude, ressaltando a riqueza e os detalhes

dessa herança cultural. Ao mencionar os "500 anos de exploração", Maria Cleide (2025), evidencia o legado histórico de desigualdades que afeta a consciência coletiva e as relações sociais entre negros e brancos. A proposta de ampliar a discussão para que tanto negros quanto brancos compreendam as perdas e ganhos deste longo período de exploração sugere que a conscientização e o diálogo são fundamentais para construir uma sociedade mais justa. Ela aponta para a urgência de garantir, mesmo que minimamente, que os negros tenham espaços de atuação e reconhecimento enquanto cidadãos plenos. Investir na cultura da negritude e na educação é visto como caminho para transformar a realidade social e promover a integração entre diferentes grupos étnicos.

A linguagem utilizada é inclusiva e convida à reflexão coletiva, não se limitando a um discurso segregador, mas sim buscando a união e o respeito mútuo. Ao usar expressões como “clama por espaços mínimos” e “investir mais”, Maria Cleide (2025) deixa claro o caráter urgente e imprescindível da mudança social e política.

Seu depoimento apresenta como um chamado à ação e à reflexão sobre as desigualdades históricas e a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial. Ao enfatizar o investimento em educação e cultura, o texto sugere que somente com consciência histórica e diálogo inter-racial será possível superar os resquícios de um passado exploratório e alcançar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e respeitosa.

3.3.2 Maria Lúcia Simão, a referência.

Maria Lúcia Simão Pereira nasceu em 24 de abril de 1949. Filha de Maria José de Jesus Simão e Francisco Pedro Simão. Lúcia Simão nasceu em Fortaleza, mas a origem de seus pais é de Lagoa do Ramo em Aquiraz, comunidade negra. Lúcia ainda muito jovem participa de grupos e pastorais da Igreja Católica. E foi os trabalhos pastorais que suscitaram em Lúcia a opção por uma congregação religiosa. Deixa o Ceará e segue para o Rio de Janeiro na Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus. Formação acadêmica:

- Curso de Catequese - ESPAC – Seminário da Prainha;
- Graduação em Ciências Religiosas – ICRE – Instituto de Ciências religiosas;
- Graduação em Filosofia – EUCE - Universidade Estadual do Ceará;
- Graduanda em Psicologia – UNIFOR;

- Especialização em Planejamento Educacional – UVA – Universidade Vale do Acaraú;
- Curso de terapia comunitária –
- Curso técnico de enfermagem – UFC;
- Atualmente está aposentada da Faculdade de Medicina – UFC – onde trabalhou por 41 anos como – instrumentadora cirúrgica

ATIVIDADES SOCIAIS:

- É agente de pastoral;
- Idealizadora e coordenou a Missa inculturada no Ceará;
- Articula e funda a Associação Maracatu Nação Iracema.
- É participante da coordenação Pastoral afro da Arquidiocese de Fortaleza

Lúcia Simão não é professora, mas se tornou uma articuladora política relevante.

Foto 16 - Lúcia Simão -Dia 22/11/2024. Evento: Relatos Bibliográficos – Lúcia Simão: Maracatu, liderança e a história do Movimento Negro. Biblioteca Estadual do Ceará.



FONTE: DO AUTOR. Arquivo pessoal.

Desde seu surgimento no Brasil, o Movimento Negro Contemporâneo, vivenciou e impôs à sua agenda, um processo constante de auto-afirmação, de reflexão, de redefinição e de recusa dos estigmas sociais imputados aos negros. Essas ações e reflexões estavam baseadas numa série de acontecimentos nacionais e internacionais, que evidenciaram o problema da negritude, colocando-o no centro desse debate.

No Ceará essa construção foi iniciada por Maria Lúcia Simão Pereira que ao participar de uma congregação religiosa para a identificar que negros e não negros viviam mundos diferentes. No final dos anos 70 e início dos anos 80 tem início a caminhada do Movimento no Ceará que dá outro tom a partir da cultura negra iniciada por Lúcia. Assim ela explica:

A gente não sabia que existia movimento negro, não sabia que negro se encontrava por aí fora e as irmãzinhas, elas sabiam desse meu desejo e lendo uma revista chamada SEDOC [Serviço de Documentação, da Editora Vozes] eu vi um artigo que convidava as pessoas a participarem da Missa dos Quilombos que ia acontecer em Recife e estava muito no auge, porque quem ia cantar a Missa era o Milton Nascimento. Elas me convidaram a ir a Recife pra assistir essa missa, eu fui mais duas irmãs e assistimos a essa missa. Quando eu cheguei lá eu fiquei maravilhada, fiquei besta de ver tanto negro junto e foi lá que eu descobri que negro se encontrava, aí fiquei meio doida, fiquei doida! (Simão, 2023).

Em maio de 1982 Lúcia fez os primeiros contatos com os membros do Grupo de União e Consciência Negra em São Paulo e em novembro deste ano viajou para participar da Semana da Consciência Negra e do Encontro Nacional do Grupo de União e Consciência Negra, de onde retornou nomeada como articuladora local. O Grupo de União e Consciência Negra já existia em três estados do Brasil e me convidaram para formar um núcleo aqui em Fortaleza, tirar um representante para somar com os representantes que formavam a Comissão Nacional do Grupo de União e Consciência Negra. Imediatamente, me despertou. Conversamos, quando foi em setembro de 1982 eu escrevi para São Paulo perguntando como eu poderia fazer para conhecer o movimento de perto (...) A partir daí eu fiquei participando dos encontros a nível nacional.

FOTO 17 - BECE - Biblioteca Estadual do Ceará - William Augusto, Joelma Gentil, Lúcia Simão e Josélia Silva. Dia 22/11/2024. Evento: Relatos Bibliográficos – Lúcia Simão: Maracatu, liderança e a história do Movimento Negro. Biblioteca Estadual do Ceará.



FONTE: DO AUTOR - ARQUIVO PESSOAL.

1. Trajetória

Sou Maria Lúcia Simão Pereira, nasci em 24 de abril de 1949. Meu nível acadêmico é de graduação em Teologia e Filosofia com especialização em Planejamento Educacional. Atualmente estou casada já há 40 anos, tenho 3 filhos, 3 netas e vários sobrinhos. Meus pais primos, nascidos em Aquiraz - Ceará. Tenho uma longa caminhada pela frente, sou de família simples e humilde, mas, que não mediram esforços para que nós aprendêssemos a ler e escrever, mesmo com dificuldades financeiras. Somos uma família negra, mas a origem de meus pais é de Lagoa do Ramo em Aquiraz, uma comunidade negra. Ainda muito jovem participei de grupos e pastorais da Igreja Católica. E foi os trabalhos pastorais que me suscitaram a opção por uma congregação religiosa. Deixei o Ceará e fui para o Rio de Janeiro na Fraternidade das Irmãs de Jesus. Na congregação, para minha surpresa ela deparei-me com o preconceito racial. Foi um grande choque para mim que até então não percebia que sofria por ser negra. Antes, não tinha sentido na pele, mesmo sendo negra, pobre e de periferia. Ao ser irmãzinha ouvia conversas discriminatórias que se construía meu ser. Resolveu sair da fraternidade e criar um grupo para trabalhar a questão negra no Ceará. Os encontros se iniciaram no final da década de setenta, mas somente em 13 de julho de 1982 é que é formalizado o então Grupo de União e Consciência Negra, o qual foi a primeira coordenadora. (Simão, 2025, s.p.)

A experiência de Maria Lúcia Simão (2025) com grupos e pastorais da Igreja Católica, e posteriormente sua entrada na congregação religiosa no Rio de Janeiro, evidencia uma busca por pertencimento e engajamento em causas sociais. Essa vivência demonstra como a religião pode ser um espaço de acolhimento e, paradoxalmente, de revelação de discriminações. O relato do choque ao vivenciar atitudes discriminatórias dentro de um ambiente religioso, anteriormente percebido Como acolhedor, marca um ponto de inflexão. Essa descoberta faz com que ela reavalie sua identidade e a importância de enfrentar o racismo de forma ativa.

Diante das experiências de discriminação, Maria Lúcia (2025) decide romper com o ambiente que a prejudicava e buscar uma alternativa que fortalecesse sua identidade. A criação do grupo de trabalho voltado à questão negra no Ceará, e seu papel como primeira coordenadora do Grupo de União e Consciência Negra, demonstram uma postura de resistência e compromisso com a transformação social. Ao assumir a liderança em um grupo fundado na década de setenta e formalizado em 1982, o depoimento situa a intelectualidade de Maria Lúcia (2025) em um contexto histórico de lutas por direitos civis e afirmação da identidade negra. Essa atuação contribui para a construção de espaços de diálogo e conscientização, essenciais para a superação de preconceitos enraizados. A narrativa é construída de forma reflexiva, convidando-nos a compreender o impacto do preconceito em diferentes esferas – pessoal, familiar e institucional. A linguagem é simples e direta, o que reforça a autenticidade do relato.

A trajetória contada revela por Lúcia Simão (2025) não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a capacidade de transformação e de busca por espaços onde a identidade negra possa ser valorizada. Essa dualidade entre sofrimento e superação é central na construção do discurso de resistência. Maria Lúcia Simão Pereira (2025) oferece um testemunho rico e multifacetado, onde se entrelaçam elementos de identidade, educação, religiosidade e uma intelectual orgânica do movimento. Ao denunciar o preconceito dentro de um ambiente que, em teoria, deveria ser acolhedor, e ao optar por construir um espaço próprio de resistência e consciência negra, o relato se apresenta como um convite à reflexão sobre as estruturas sociais e a necessidade de espaços de afirmação e diálogo para combater o racismo. Essa narrativa, profundamente pessoal, contribui para uma compreensão mais ampla das lutas históricas e contemporâneas dos movimentos negros no Brasil.

Articulei simpatizantes no interior do Estado do Ceará, visitei comunidades negras e fortifiquei o grupo. Na minha caminhada pelas comunidades negras no Estado do Ceará, senti que a cultura negra precisava ter espaço, voz. Ao articular os grupos de Consciência Negra no interior do Ceará como Iracema, Tauá, Parambu, Horizonte, Pereira, Crato incentivei os processos de transmissão de saberes dessas comunidades negras e quilombolas. Fomentar o diálogo e a reflexão sobre a Cultura Negra, para que os próprios grupos, comunidades e praticantes construam estratégias de fortalecimento, valorização e revitalização das suas práticas e expressões culturais; com a criação do Grupo de União e Consciência Negra o mesmo realiza mapeamentos das comunidades negras no Estado e as expressões das Culturas Populares, visando produzir e difundir informações sistematizadas acerca da diversidade cultural contida nas comunidades; Organizamos a Semana da Consciência Negra no Ceará a partir de 1984 que promovia oportunidades para troca de experiências e intercâmbio entre comunidades, grupos e praticantes de Cultura negra e desta com as demais expressões, linguagens e circuitos culturais, contemplando a circulação das atividades, bens e produtos; em 13 de maio de 2002 fundamos o Maracatu Nação Iracema, através da Associação Maracatu Nação Iracema que nada mais era do que a continuidade do Grupo de União e Consciência Negra nos seus 20 anos de existência. (Simão, 2025).

O relato de Lúcia Simão (2025) enfatiza a articulação de simpatizantes e a visita a comunidades negras em diversas localidades (Iracema, Tauá, Parambu, Horizonte, Pereira, Crato). Essa abordagem mostra uma preocupação em incluir diferentes regiões, ampliando o alcance do movimento e fortalecendo laços entre as comunidades.

A iniciativa de consolidar o Grupo de União e Consciência Negra - GRUCON, demonstra uma estratégia de resistência que se constroi a partir da união de saberes e experiências, visando ampliar a voz das comunidades marginalizadas. Lúcia ressalta a necessidade de dar espaço para que a cultura negra se manifeste e seja reconhecida. Ao fomentar o diálogo e a reflexão, o grupo propicia a troca de experiências e a criação de estratégias próprias para a valorização das práticas culturais. O incentivo à transmissão de

saberes entre comunidades negras e quilombolas evidencia uma postura não só de preservação histórica, mas também de dinamização cultural, onde as práticas são repensadas e adaptadas às novas realidades.

A prática de mapear as comunidades negras e as expressões culturais demonstra uma visão estratégica, que valoriza a documentação e a sistematização da diversidade cultural. Essa abordagem contribui para a construção de bases informacionais que podem embasar futuras políticas públicas e iniciativas culturais.

A organização de eventos como a Semana da Consciência Negra, iniciada em 1984, é um exemplo explícito de como os espaços de troca e intercâmbio contribuem para fortalecer a identidade e a consciência cultural. Esses eventos não apenas promovem a visibilidade, mas também incentivam a circulação de bens, ideias e práticas políticas de demarcação política e cultural.

A criação do Maracatu Nação Iracema em 2002, como continuidade dos 20 anos de existência do grupo original - Grucon, demonstra a evolução do movimento e sua capacidade de se reinventar, adaptando-se e ampliando suas ações ao longo do tempo.

Embora o depoimento ressalte o fortalecimento das comunidades negras, é importante refletir sobre os desafios que a diversidade interna dessas comunidades representam. As estratégias precisam contemplar as especificidades de cada região e grupo, garantindo que a centralização do discurso não ofusque as diferenças locais. A continuidade das ações depende, em grande medida, de um apoio institucional e de políticas públicas que reconheçam e promovam a cultura negra.

A sistematização e o mapeamento são fundamentais, mas precisam estar vinculados a iniciativas que garantam recursos e visibilidade a longo prazo.

O movimento, ao mesmo tempo que fortalece a identidade negra, deve buscar ampliar o diálogo inter-racial e a inclusão de outras perspectivas, promovendo uma sociedade que reconheça a riqueza da diversidade cultural e histórica. O depoimento de Lúcia revela um compromisso profundo com a valorização da cultura negra e a promoção de espaços de resistência e diálogo. A articulação de grupos e a sistematização das práticas culturais demonstram estratégias bem pensadas para fortalecer a identidade e garantir a transmissão de saberes. No entanto, a continuidade e a expansão dessas iniciativas dependem de uma articulação mais ampla com políticas públicas e de uma abordagem que contemple a diversidade interna das comunidades. Essa narrativa evidencia tanto os avanços quanto os desafios inerentes à luta por igualdade e respeito à cultura negra no contexto do Ceará e, por extensão, do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Submeti-me com este trabalho discorrer sobre a história e memória do Grupo de União e Consciência Negra - Grucon (1982-2022) e a atuação intelectual no reconhecimento da presença negra no Estado do Ceará.

Com essa convicção e os dados e fatos demonstrados no trabalho pode-se demarcar o papel político e social do Grucon no Ceará. Objetivei a demarcação da história e memória dos intelectuais orgânicos negros cearenses por persistir no reconhecimento da presença negra no Ceará.

Portanto, o meu objeto é fundamentalmente qualitativo. E o problema examinado foi como a intelectualidade do sistema tentava invisibilizar, apagar a presença da população negra no Ceará e as resistências dos intelectuais negros e negras para afirmar essa identidade e demarcar esse protagonismo.

O sentido da pesquisa não foi guiado apenas pelo pesquisador, e sim pelos seres humanos, os grupos e a sociedade que dão significado e intencionalidade a suas ações e suas construções na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas.

No primeiro capítulo deparamos com a tentativa que os intelectuais do sistema de invisibilizar a presença negra no estado do Ceará com argumentos preconceituosos, alinhados a uma elite conservadora carbonária e positivista. Nos deparamos com um intelectual e político que mesmo “renovado” pelo método de Gilberto Freyre, em que brancos, “índios” e negros formavam a cultura nacional, insiste em desconsiderar a presença negra, e da sua cultura, na formação do Ceará.

No segundo capítulo, conhecemos o movimento negro no Ceará, sua origem e a origem do Grucon. As questões relacionadas ao negro, as comunidades negras e agrupamentos negros são mencionadas com detalhes de realidades e dados por meio do Grucon que deu sua contribuição para isso.

As discriminações e os fatos de racismos, no Ceará, nunca pararam de acontecer, mesmo velada, sutil. Os jornais, a mídia pouco divulgavam. O debate na academia quase

não existia.

No movimento negro no Ceará houve um período de formatação da consciência dos militantes, como base na formação de sua identidade contrastiva em oposição à identidade do opressor.

Grande parte dos discursos dos últimos vinte anos, centrados na identidade, procurou destacar questões de etnicidade, raça, religião, etc., do conceito de classe. Quando se fala em políticas de identidade, por exemplo, refere-se geralmente a formas de construção do Eu (individual ou colectivo) distintas da classe, e às suas implicações para o ativismo social.

Identificamos nesse processo o carácter contrastivo da identidade étnica e seu forte teor de "oposição". A identidade contrastiva, parece se constituir na essência da identidade étnica. Implica a afirmação de nós diante dos outros.

Ao deparar a pessoa negra dispersa, desajeitada, muda, com consciência embranquecida, inconstante, sem um ideal de vida, massificada, tratou-se de curá-la, o movimento. É preciso torná-la responsável, convidá-la a ir até ao fim do seu raciocínio e mostrar-lhe explicitamente o carácter muitas vezes atroz, desumano e definitivamente estéril desses "o único jeito é".

No sentido de desvendar essa máscara, esse método de origem colonial onde a pessoa negra é descaracterizada, descartada pelo simples fato de ser negra é emergente uma reflexão que parta da escola.

O reconhecimento da importância dessa reflexão na escola em particular e nos sistemas de transmissão da cultura lança um desafio aos profissionais da educação no sentido de garantir que as práticas pedagógicas refletem a pluralidade de culturas existentes na sociedade brasileira abrindo espaços para as particularidades e as especificidades se manifestam e sejam valorizadas.

Assim podemos reconhecer, valorizar, respeitar e reafirmar identidades originais e admitir possibilidades de diálogo entre as culturas, o que podemos é promover supremacias culturais. Somos frutos de uma construção intercultural e a educação é um processo de diálogo; educamo-nos nesse intercâmbio.

Como um dos caminhos possíveis para a superação das condições de exclusão, discriminação e racismo a que a maioria da população negra brasileira está submetida, o grucon, sugere que cabe à escola o dever de oportunizar.

O conhecimento, a valorização e o respeito aos saberes étnico-culturais e, com isso, a compreensão da identidade individual/coletiva, da diversidade e a desmistificação do

mito de uma "democracia racial".

Desta forma, buscamos uma educação que esteja voltada para o reconhecimento da diversidade brasileira e, para isto, faz-se necessário que a escola reavalie sua posição de omissão perante a origem de seus alunos e alunas e a comunidade em que está situada.

Uma escola que reconheça que a escola formal ainda é um espaço propício ao reconhecimento da diversidade étnica. Daí a necessidade de os professores serem instrumentalizados para entender e combater problemas referentes a preconceitos, discriminação e racismos presentes na sociedade brasileira e, no caso específico da temática discutida nesta pesquisa, que é desemaranhar a partir de uma identidade imposta para a pessoa negra e reconstruir uma identidade de negro em si, real, construída e formatada a partir da luta do Grucon no Ceará.

Compreender que não basta apenas planejar uma ou outra atividade ao ano sobre, por exemplo: consciência negra, ou festividades de maracatu sendo prestigiada em um dia.

O que estamos propondo é outra lógica educativa. Outras formas de ensinar e de aprender, outras expressões e conteúdos pautados na pluralidade e diversidade. Nesse sentido, é necessária uma abordagem no campo educacional que desvende a complexidade das relações raciais no Brasil e que prepare o professor para enfrentar essa discussão na escola.

Já é oportuna uma discussão em torno das africanidades e da Afro Brasilidade. Uma proposta pedagógica que considere o universo cultural da população negra e sua participação na elaboração da cultura nacional e que prepare o professor para desenvolver estratégias de combate ao racismo anti-negro na escola. O racismo anti-negro é uma realidade fortemente presente no nosso país, estatísticas comprovam que as distâncias entre negros e brancos ainda são muito grandes, seja no campo do lazer, da educação, da saúde, do emprego, as dificuldades encontradas pelos negros são bem maiores das encontradas pela população branca.

Ao falarmos de racismo anti-negro é importante explicitarmos que na nossa perspectiva é um processo de dominação, parte da construção do Ocidente, abrange as esferas econômicas, políticas e sociais; não equivale às outras formas de discriminação e preconceito existentes na sociedade brasileira, vem opondo historicamente africanos e europeus, atinge e condiciona as possibilidades de vida da população negra e independe de poder aquisitivo e formação profissional.

Esse racismo manifesta-se, dentre outros fatores, pela representação de símbolos pela mídia, ausência de uma política de saúde e educação diferenciada para a população

negra, pela escassez de produção científica nas universidades brasileiras de temas de interesse dos negros e negras.

Importante considerar as especificidades do racismo brasileiro apresenta singularidades em relação a outros países sem, no entanto, ser menos cruel. Não é menos nem mais racista. Enquanto na Europa e na América do Norte o racismo se elabora pela teoria da supremacia do branco, no Brasil ele se estrutura pela teoria da inferioridade do negro.

O discurso se sustenta na defesa da nossa incapacidade como pessoa negra e como pessoa indígena, o que retira, mascara a possibilidade de racismos.

Este é responsável pela inferiorização da cultura de base africana e termina por produzir uma submissão intelectual, política e econômica que resulta em persistência estrutural e secular da pobreza sistemática das populações negras.

Assim a lei 10.639/03 que foi uma articulação política e as pressões de movimentos negros possibilitaram que no ano de 2003 fosse publicada, e que tornou obrigatório o ensino de História e cultura africana e Afro-brasileira no país. Apesar do avanço nós do Grucon, consciencia negra, Unegro, MNU, Filhos da África, Abógun Bólu, Negros do Jardim Iracema, Não Zumbi, Afro Bère, Pastoral Afro, Grupo de Mulheres Negras, Greni, Grunec, Inegra, víamos a Lei 10.639/03 como um perigo, pois o ambiente institucional das universidades era racista, as escolas de uma maneira geral eram racistas, os professores debochavam tanto de nós, estudantes, militantes quanto dos clássicos da historiografia africana.

No caso da nossa historiografia como Souza Carneiro (1937), Maria Beatriz Nascimento (2017), Lélia González (1982) e Clovis Moura (1977) estavam excluídos dos programas. Questionarmos sobre qual história da África seria ensinada, a colonial ou da libertação? Quem iria lecionar e coordenar pesquisas e cursos? O Grucon tratou de publicar cartilhas sobre Consciência negra e cadernos de formação, Luiz Ferreira Lima (1986) publica: Um pouco da Raça (1986) e Negro - um grito de resistência (1988).

Por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro, a Associação Nação Iracema, ong Liderada por Lúcia Simão e William Augusto, realizou, entre os dias 14 a 20 de novembro de 2016, a 34ª Semana da Consciência Negra em Fortaleza com uma série de atividades que fazem alusão à data. Consagrado como data de sensibilização nacional para conquista de direitos e de valorização da história e cultura da população negra, o 20 de Novembro foi instituído em 2011, pela Lei 12.519, e é celebrado em todo o país.

Desde o ano de 2003, o Governo Federal tinha uma escuta diferenciada das demandas do movimento negro em relação à superação do racismo, com o estabelecimento de dois marcos: a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Dia Nacional da Consciência Negra é uma data para reflexão, discussão e para comemorar a presença negra na sociedade brasileira e sua grande participação na constituição do nosso país. Hoje essa data tem um significado mais profundo para a sociedade brasileira. A gente reflete um momento para discutir os limites e os avanços da superação do racismo em nossa sociedade. É um momento para analisarmos como essas políticas vêm avançando ou não para pensarmos em novas ações. A data lembra o dia em que Zumbi dos Palmares foi assassinado, em 1695. A República de Palmares é um dos principais símbolos da resistência negra à escravidão. A Lei 10.639/03, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabeleceu o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, integrando a data ao calendário escolar brasileiro. Já em 2011, a Lei Nº 12.519 instituiu a data como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

É certo que nos últimos treze anos a sociedade brasileira tem se reorganizado como nação, fato que se verifica desde a promulgação do Decreto nº. 4887/2003, que regulamenta o Artigo 68, sobre a titulação/regularização territorial das comunidades quilombolas. até o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.888/2010); a Lei Nacional de Cotas nas Universidades Públicas (Lei nº. 11.711/2012); e a Emenda Constitucional nº. 72, que estendeu aos empregados domésticos os direitos já garantidos aos demais trabalhadores urbanos e rurais. Entretanto, os dados da desigualdade não deixam dúvida quanto à necessidade de que muito seja feito para que políticas reparatórias possam reverter às consequências dos séculos de escravidão e dos encaminhamentos injustos dos pós-abolição. De tal sorte, intelectuais negros e negras ressaltam a necessidade de diálogo tanto nas esferas federal, estadual, como na municipal, uma vez que as questões que impactam a vida de 51,7% da sociedade brasileira, a população negra, ainda não foi devidamente incluídos nas pautas até agora respondidas aos movimentos sociais pelos Governos. Entre essas, destaca-se uma série de políticas que estão ameaçadas: Estatuto Geral das Religiões no Brasil – Por conta dos seguidos crimes de intolerância religiosa no país, que se fortalecem pela presença e a institucionalização de alianças neopentecostais conservadoras no âmbito dos governos (tanto municipal quanto federal), é urgente que essa casa, em respeito à laicidade e à diversidade religiosa na nossa cidade, priorize um marco regulatório nesta área, pois os crimes de ódio religioso nos atingem simbólica e politicamente; criminalizam práticas, crenças e vivências seculares, levando sacerdotisas e

sacerdotes a profundo sofrimento em muitas Comunidades e Terreiros. O debate, nesse sentido, direciona-se para a interlocução com diversas Secretarias do Município de Fortaleza, como a dos Direitos Humanos, Educação e Saúde.

A implementação da Lei nº. 10.639/2003 – O fortalecimento desta agenda é indispensável para que a sociedade cearense tenha garantido o direito de conhecer, incorporar e se orgulhar do legado civilizatório erguido pelas gerações de africanos sequestradas, por três séculos, do continente africano e pelas gerações de afro- brasileiras que aqui nasceram.

A mudança no pensamento nacional promovida nesse sentido tende a fortalecer, a curto e médio prazos, as lutas contemporâneas contra a desumanização das pessoas negras no Brasil, a autoestima dos indivíduos e grupos negros historicamente discriminados, assim como conter os impactos nefastos do ódio contra as religiões e outras expressões culturais de matriz africana. A interface com a secretaria de educação do município é, portanto, imprescindível.

Terras Quilombolas urbanas em Fortaleza – urge que se realizem ações de promoção do etnodesenvolvimento sustentável nas comunidades de Fortaleza, de modo a assegurar políticas públicas mínimas e adequada à realidade e em diálogo com as representações locais, priorizando a produção para o auto sustento e colaborando para que se comercializem gêneros agro alimentares produzidos nessas comunidades. Acesso e qualidade dos serviços de saúde – Dados oficiais registram que 70% dos usuários do SUS são negros (pretos e pardos). O colapso na prestação dos serviços de saúde, portanto, impacta em cheio a população negra cearense. O reconhecimento da baixíssima qualidade, da limitação do acesso aos serviços públicos ofertados, e das ações violentas alimentadas pelo racismo institucional na saúde justificam a exigência do Movimento Negro pela criação imediata de uma Área Técnica de Saúde da População Negra na prefeitura de Fortaleza, de modo a fortalecer institucionalmente os objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Regularização e fortalecimento dos Programas de Proteção a testemunhas e dos Programas Nacionais de Defensores/as de Direitos Humanos – Trata-se de medidas fundamentais, assim como o enfrentamento ao mecanismo da tortura e ao genocídio da juventude negra, por esses problemas serem inadmissíveis num Estado democrático de direito. Nesse sentido, o Movimento Negro aponta para a necessidade de um diálogo imediato com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e distribuição que são socializados por meio de práticas de gestão democrática dos empreendimentos, formando redes de empreendimentos e repartição dos custos e resultados entre seus

associados.

Nesta perspectiva, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, iniciou-se a construção do Fórum da Economia do Negro, em novembro de 2009. O Fórum constitui-se como espaço de articulação de interesses da sociedade civil e do Estado com ênfase na população negra, pretos e pardos, buscando uma ação integrada entre a gestão pública municipal e a sociedade civil organizada, tendo como princípios fundantes: a valorização da identidade negra.

Em todos esses pontos Lúcia Simão foi uma liderança. Contribui do seu jeito de ser mulher negra. E a Unilab? Como entrou na vida de Lúcia Simão e William Augusto? Para Lúcia Simão, a Unilab é como uma fogueira acesa no meio da noite: um lugar onde os nossos se reúnem para aquecer a memória, fortalecer a luta e acender esperanças. Mulher negra, do Ceará profundo, Lúcia carrega nos ombros o peso e a glória de tantas que vieram antes dela. E é com esse olhar ancestral que ela vê a Unilab: não como um projeto apenas acadêmico, mas como uma semente de revolução. A Unilab é chão de quilombo. Um território onde as línguas se misturam como os rios, e onde a África não é lembrança distante, mas presença viva. Lúcia Simão compreende o espaço que desafia o padrão branco, eurocêntrico e elitista que sempre moldou o ensino superior brasileiro. É uma universidade que reconhece que o saber também mora na oralidade, no corpo, nas lutas comunitárias, nos terreiros, nas rodas de conversa, nas miolagens.

Ela entende que a Unilab é mais do que um campus: é um território de reencontro. Onde jovens de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Brasil podem se olhar nos olhos e reconhecer a mesma ferida — e também o mesmo brilho. É um lugar onde o conhecimento se constrói de baixo para cima, com os pés no barro e o coração voltado para os povos.

Já para mim William Augusto Pereira, a UNILAB não é apenas uma universidade. É espelho e encruzilhada. É ponto de encontro entre passados perdidos e futuros possíveis. A Unilab, em sua proposta de integração entre Brasil e os países africanos de língua portuguesa, ecoa os mesmos ideais que sempre moveram William Augusto: o compromisso com a memória, com a justiça social e com a beleza da diversidade cultural.

Nasci na Barra do Ceará, tomando banho no Rio Ceará e cresci entre histórias, batuques e palavras, encontrei na Unilab um território fértil para continuar semeando aquilo que sempre acredito — a educação como ponte, a arte como travessia, e a palavra como ferramenta de libertação. Na Unilab, vejo um território simbólico onde as vozes negras, indígenas, interioranas e periféricas podem se erguer com força, dignidade e afeto.

É um projeto de universidade que desafia as estruturas coloniais do saber, que reimagina o ensino e a pesquisa a partir das margens e das diásporas. Isso, para ele, é revolução.

Não por acaso, a minha trajetória de educador, artista e militante se alinha com os sonhos que a UNILAB carrega. Meus passos — lá dos grupos de teatro e dos jornais infantis nos anos 1980 — agora ressoam nos corredores desta universidade jovem, mas ancestral em espírito.

Por fim, a Unilab é espelho de si mesmo: feita de fragmentos que, quando reunidos, formam uma imagem nova e poderosa — a imagem de um Brasil e principalmente de um Ceará que se reconhece negro, africano, plural. Uma universidade que carrega o compromisso de nunca esquecer de onde veio, e de sempre caminhar em direção a um futuro mais justo e bonito.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Joaquim Mel de. **Políticos e processos editoriais da imprensa universitária da Universidade Federal do Ceará** - Fortaleza: imprensa universitária, 2022, 247p.

ADESINA. Jimi .2006b. **Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia.** South African Review of Sociology, Vol. 37, No. 2, pp. 241-259.

ALVES, Jucélia Maria; LIMA, Rose Mery de; ALBUQUERQUE, Cleidi. **Cacumbi: um aspecto da cultura negra em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC/Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte de Santa Catarina, 1990.

ALVES, Karla Jaqueline Vieira. **Preta Tia Simoa: a desconstrução do esquecimento da mulher negra no Ceará a partir da afro-educação.** In: **Seminário do artefatos da cultura negra**, 6., 2015, Crato. Anais [...]. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri, 2015. Tema: Educação afro pensada: repensar o currículo e construir alternativas de combate ao racismo. p. 335-343.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte(MG): Letramento, 2018.

ALENCAR, C.**Origem e evolução do maracatu no Ceará**, Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007, 54p.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1985.

_____. **Maçonaria no Ceará: raízes e evolução.**

Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

AZEVEDO, Rubens de. **Os 40 da Casa do Barão**. MELO, Hélio. Revista do Instituto do Ceará. Ano: 1926.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX** / Celia Maria Marinho de Azeredo; prefácio de Peter Eisenberg — Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ARCANJO, José Estevão Machado. **O Gordo e o Magro: O nordeste segundo Gilberto Freire e Djacir Menezes**. Revista de Ciências Sociais. v.27. 1996.

BOURDÉ, Guy. MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: publicações europa-américa. 1983.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-1884)**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013. 255f.

BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os Cearenses**. Fortaleza: Editora-Assis Bezerra, 1906.

BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1986.

BORZACCHIELLO, José; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (Organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. ISBN 9788575293386

BILAC, Olavo. **Poesias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 23ª edição. 1964, p.290.

BARROSO, Parsifal. **O Cearense**. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto

Myra Eliane, 2017 [1969].

CARVALHO, João Jairo de. **Maracatu como macroecumenismo possível**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, RS, v. 23, set.-dez. 2010. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/nepp>.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978) : um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CORTEZ. Roberto. **A Amazônia e a Crise da Modernidade**. Coleção Eduardo Galvão. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai. www.etnolinguistica.org

CUNHA Jr., Henrique Antunes. **Africanidades, afrodescendência e educação**. In.: Educação em Debate. Fortaleza, ano 23, v.2, n.42, 2001.

CHAVES. Wanderson da Silva. **O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford**. São Paulo: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.2011.

CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do Ensino no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1970.

CARVALHO, João Jairo de. **Maracatu como macroecumenismo possível**. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, RS, v. 23, set.-dez. 2010.

CARVALHO, José Maurício de. **Antologia do culturalismo brasileiro**. Londrina: EDUEL, 1998.

CRUZ, Danielle Maia. **Sentidos e significados da Negritude no Maracatu Nação**

Iracema. Dissertação de Mestrado. Fortaleza. UFC. 2008.

DOMINGUES, Petrônio José (2007). **Movimento Negro Brasileiro:** alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, pp. 100-122.

DAMASCENO, Caetana Maria. **Ritual e conflito:** Quanto se canta para subir. Estudos afro-asiáticos n.,1990.

DAMASCENO, Walmir. **O Brasil tem uma alma bantu** — História e memória dos Encontros de Cultura Bantu (ECOBANTU). in: **Através das águas: os bantuna formações do Brasil.** Vagner Gonçalves da Silva Tata Nkisi Katuvanesi - Walmir Damasceno; Rosenilton Silva de Oliveira; José Pedro da Silva Neto hucitec editora. 2023.

FUNES, Eurípedes A.; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Franck (Orgs.) **Histórias de Negros no Ceará** [recurso eletrônico] / Eurípedes A. Funes; Eylo Fagner Silva Rodrigues; Franck Ribard (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. 248p.

FREYRE, Gilberto. Precisa-se do Ceará. O Jornal, Rio de Janeiro, 9 set. 1944, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=110523_04&pasta=ano%20194&pesq=Gilberto%20Freyre&pagfis=23390. Acesso em: 2 dez. 2025

FRISOTTI, Heitor: **Beber no poço alheio**, Salvador, 1988. Missionários Combonianos Brasil- Nordeste. Caderno de Formação Permanente.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

FREIRE, Maria Cleide Simão: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 09 de jan. 2025. Arquivo de computador.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1983.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GIRÃO, Raimundo; MARTINS Filho, Antônio (organizadores). **O Ceará**. Fortaleza: Editora Fortaleza, 1945.

GOMES, Arilson dos Santos. **A Unilab e as políticas de ações afirmativas para a promoção da igualdade étnico-racial**. In. Unilab 10 anos. LIMA, Ivan Costa; ODILA, Artemisa (Orgs). Volume 1. Fortaleza: Impreco: 2021.

GOMES, Arilson dos Santos. **Organizações sociais e afirmação negra brasileira (1888 -1978)**. Identidade!. São Leopoldo v.22 p172-189. Jul-dez 2017. ISSN2178-043X.

GOMES, Arilson dos Santos. **As relações raciais no Ceará e o raid dos jangadeiros negros em época de Lei Afonso Arinos (1951-1958)**. PerCursos, Florianópolis, v. 25, p.0115,2024. Disponível em:
<https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24227>. Acesso em: 13 abr. 2025.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Urbanismo africano: 6000 mil anos construindo cidades** (uma introdução ao tema). Revista Teias. v.21 n.62. jul/set.2020. ensaio.Raça e cultura.

JUNIOR, Francisco Manoel da Silva. **Pertencimento Afro Numa Formação para ERER na escola: Pesquisa Pretagógica numa comunidade Negra do interior do Ceará (MACACO/ITAPIPOCA): Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Fortaleza- Ceará.2024. Tese de mestrado.**

LIMA, Ivan Costa. SILVA, David da. **(Re) existência Intelectual Negra e Ancestral**. Congresso Brasileiro de pesquisadores negros. 12 a 17 outubro de 2018.

LIMA, Ivan Costa. Territórios Quilombolas no Ceará: educação, cultura e lutas socioambientais. In: SOUZA, Elio Ferreira de. et. al. (Orgs). **História e Cultura afrodescendente** - Terezina: FUESPI, 2018.721p - (Coleção África Brasil), v. 8).

LIMA, Cláudio Ferreira. **A Construção do Ceará**: temas de história econômica. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008. ISBN 9788560900008

LIMA, Francisco de Assis Silva de. **Estradas de Ferro no Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2009. ISBN 9788575633112.

LOBO, Iann Endo. **A contribuição neokantiana para a fundação das ciências sociais**. UFSC- PPG SP Programa de pós-graduação em sociologia política. V.15, n. 2. julho 2018.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **O olhar geográfico**: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município e São Miguel do Guamá, Pará. Fortaleza:UFC, Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

MILITÃO, João Wanderley Roberto (Pingo de Fortaleza). **Maracatu Az de Ouro: 70 anos de memórias, loas e batuques**. Fortaleza : OMMI : Solar, 2007.

MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018. 364 p.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. **“Darwinismo social”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/darwinismo-social.htm>. Acesso em 24 de setembro de 2024.

MUNANGA. Kabengele. **Negritude - usos e sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988. Série Princípios.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Antígona. Portugal. 2014.

MARQUES, Graça. Literatura Negra feminina. Poemas de Sobre (vivências)/ org. Elizandra Batista de Souza, Iara Aparecida de Moraes - São Paulo: Mjiba, 2021.

MIRA, João Monoel Lima. A Evangelização do Negro no Período Colonial Brasileiro. Edições Loyola, 1983. 218p.

MOREIRA, Paulo Ítalo. **A história natural dos sertões do Ceará de Antônio Bezerra em notas de viagem (1889)**. Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. X Seminário de Pesquisa do Departamento de História - UFC. Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012.

NASCIMENTO, Joelma Gentil do. **Memórias Organizativas do Movimento Negro Cearense: Algumas perspectivas e olhares das mulheres militantes na década de oitenta**. Universidade Federal do Ceará – UFC. Faculdade de Educação do Ceará - FAGED. Programa de Pós- graduação em educação Brasileira. Tese de mestrado.

NUNES. Cícera e BEZERRA. Maria Raiane Felix . **Movimentos Negros no Ceará:**

um olhar sobre o Movimento de Mulheres Negras do Cariri. *O Público e o Privado* · nº 40 · set/dez · 2021.

NUNES, Georgina Lima. MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (org). **Narrativas quilombolas**, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 566-594, maio/ago. 2019.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará** - Memória, representações e pensamento social (1887 -1914). Pontífica Universidade Católica de São Paulo - São Paulo - tese de Doutorado. 2001.

OLIVEIRA, Paulo Tadeu Sampaio de. **Pequenas e Média empresas**. Perspectivas organizacionais para o maracatu cearense. Fortaleza. Tese de mestrado. Universidade estadual do Ceará.

ÔRI. Direção de Raquel Gerber. Brasi: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível no: <https://www.youtube.com/watch?v=fLiSbomlvx8>. Acesso em 23/06/2025.

PINHEIRO, Francisco José. **O homem livre pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará, 1850-1880**. *Revista de Ciências Sociais*, v.20-21, n.1-2, p.199-230. 1989-1990.

PIRES, Sérgio. **Ispaiá Brasa: O bloco que foi escola**. Equatorial Produções, 2004.

PAIM. Antônio. **O culturalismo dialético de Djacir Menezes**. in: O outro Nordeste de Djacir Menezes. 3ª edição comemorativa dos 80 anos de publicação da 1ª edição. Fortaleza. José Olímpico editora. 2018.

PAIVA, Melquíades Pinto. **Cearenses no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB** (Século XIX - XX). *Revista do Instituto do Ceará* - 2011.

PALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11. Brasília, maio-agosto de 2013, ..89-117.

PETIT, Sandra Haydée. **Pretagogia**: pertencimento, corpo-Dança afroancestral e Tradição oral: contribuições do legado africano para a implantação da Lei 10.639/03. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PANDOLFI, Dulce. **Os anos 1930**: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida. **O Brasil republicano**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, vol., 2.

PEREIRA, William Augusto. **A ideologia do embranquecimento**. Fortaleza: Jornal Tribuna do Ceará. 19 novembro de 1995.

PEREIRA, Maria Lúcia Simão: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 17 de fev. De 2025. Arquivo de computador.

PEREIRA, William Augusto. Fortaleza. **Maracatu Nação Iracema** – A Resistência da cultura negra cearense através da práxis do movimento social negro no Ceará. Edições Nação Iracema. 2009.

PEREIRA, William Augusto. Fortaleza. **Jardim Iracema** - Pioneiro na organização negra. 2009. Artigo Mimiografado.

REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. Volume 2. São Paulo: Loyola. 1994.

RIBEIRO, Matilde. **Mulheres negras**: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Florianópolis, Estudos Feministas, setembro-dezembro/2008.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Cortez. **O espaço a serviço do tempo**: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará. Fortaleza: Editora imprensa Universitária da UFC. Coleção caminhos da povoação. 2023.

RATTS, Alex: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 04 de mar. 2025. Arquivo de computador.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. **Ôrí e Memória**: o pensamento de Beatriz Nascimento.

Sankofa. Revista da História da África e Estudos da Diáspora Africana. Ano XIII, nº XXIII, Abril/2020.

SALDANHA, Nelson, 1933 – **História das ideias políticas no Brasil** / Nelson Nogueira Saldanha. – Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 384 p. – (Coleção biblioteca básica brasileira).

SILVA, Gisele Rose da. **Azoilda Loretto da Trindade uma intelectual dos afetos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011b.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **Pequena história da telefonia no Ceará**. Fortaleza: Teleceará, 1982.

SILVA, Vládio. ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Formação Territorial do Ceará: Das 16 Vilas Originais aos 184 Municípios atuais**. ISSN: 1984-8501 Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 35, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2015.

SOUSA, Antônio Vilamarque Carnaúba de. **Da “Negrada Negada” a negritude fragmentada: O movimento Negro e os discursos identitários sobre o negro no Ceará (1982-1995)**. Fortaleza-Ce- UFC.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **História da escravidão no Ceará: das origens à extinção**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2011.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **"Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirâ"**: O Ceará no tráfico interprovincial - 1850-1881. Fortaleza: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO. MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL. 2005

SALDANHA, Nelson, 1933 – **História das ideias políticas no Brasil** / Nelson

Nogueira Saldanha. – Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 384 p.

– (Coleção biblioteca básica brasileira).

SINGER, Paul; BRANT, vc (org) São Paulo: o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1980, p.143.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 79

SOUSA, Simone; GONÇALVES, Adelaide (organizadoras). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. ISBN 8575291041
Anuário do Ceará 2008-2009. Fortaleza: Jornal O POVO, 2008. ISSN 1677-2881
Revista do Instituto do Ceará: "Tomo especial". Fortaleza: Imprensa Universitária, 1987.

SOUZA, Elio Ferreira de. História e Cultura afrodescendente/ organizador, et.al - Terezina: FUESPI, 2018.721p - (Coleção África Brasil), v. 8).

SOBRINHO, José Hilário Ferreira: “Minha trajetória”. [entrevista cedida a] William Augusto Pereira.[S.l.], 20de jan.2025. Arquivo de computador.

TRINDADE, Azoilda Loretto da e SANTOS, Rafael (Org.). **Multiculturalismo** – mil e uma faces da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

THILLEN, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: autores associados, 1988.

TEODORO, Luiza de. **A Consciência negra quer se manifestar**. O Povo. 22/11/1979.

VANSINA, Jean. **A tradição oral e sua metodologia**. In: KI-ZERBO, Joseph (org.)História geral da África, Volume 1- metodologia e pré-história na África. São Paulo: África; Paris]: Unesco,1982.p. 136-166. Disponível em <http://www.ammapsique.org.br/baixa/historia-da-africa-volume-um.pdf>.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**: um Eichman de papel e

outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

WILLECRE, Frei Venancio. **Senzalas dos conventos**. São Paulo: Revista de história n.106, 1976.

Fontes Orais

FREIRE, Maria Cleide Simão: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 09 de jan. 2025. Arquivo de computador.

PEREIRA. Maria Lúcia Simão: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 17 de fev. De 2025. Arquivo de computador.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira: “Minha trajetória”. [entrevista cedida a] William Augusto Pereira.[S.l.], 20de jan.2025. Arquivo de computador.

RATTS, Alex: “Minha Trajetória” [Entrevista cedida a] William Augusto Pereira. [S.l.], 04 de mar. 2025. Arquivo de computador.

Sites consultados:

Projeto ôri. <https://www.youtube.com/watch?v=kRPRjW0KS0A>.
<http://www.infoescola.com/folclore/iara/https://pt.wikipe>

org/w iki/Iara

<http://mitoslendasouverdade.blogspot.com.br/2012/04/mae- dagua-mae-dagua-e-sereiadasaguas.html> <http://recid.redelivre.org.br/2014/06/10/4882/>

<http://www.infoescola.com/mitologia-grega/sereias/>

<https://www.oxfam.org.br/blog/dia-da-consciencia-negra/>.

Pesquisado em 23/11/2020

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3686-18310-1- PB%20(1).pdf.

Pesquisado em 23/11/2020.

Bíblia Sagrada. - “Execução”. escrito por Larry Bossidy & Ram Charan.

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/06/27/populaca>

o-que-se- autodeclara- preta-no-ceara-dobra-na-ultima-decada-
aponta-pnad- continua.html. Acesso em 03/04/2025.

Transformações Políticas e Institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do Estado. BNB (Revista Econômica do Nordeste) (outubro de 2007).

Amazônia: interesses e conflitos. Revista Com Ciência (2000).

“Vida Severina” – Seu Pompeu e Zé Leandro: dois camponeses cearenses, duas migrações, dois tempos e vidas, 1950 – 1960. Associação Nacional de História - Ceará (2006).

Thornton, John (1977). *Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550- 1750. The Journal of African History, Vol. 18, No. 4, 526*. Vicente Yañez Pinzon. Revista do Instituto do Ceará (1969).

https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/2011/01_artigos/2011-2-cearensesnoihgb.pdf. Visitado em 03/09/2024.

<https://www.conjur.com.br/2022-fev-20/embargos-culturais-tobias-barreto-culturalismo-brasileiro-escola>. Visitado em 03/09/2024.

ANEXOS: Uma memória visual das experiências de sujeitos do Grucon.

FOTO 18 - PAINEL - exibido em 25 de março de 2025 no Pátio do Barracão Nacão Iracema



FONTE: Arquivo do autor.

FOTO 19 - Jornal Consciência Negra - nº 2 -1987.



FONTE: Jornal Consciência Negra - nº 2 -1987.

FOTO 20 - Jornal Consciência Negra - MAI-JUNHO - 1986

Maio/ Junho

Encontro do Grupo de União e Consciência Negra do Ceará

No dia 29 de março passado, reuniu-se em Fortaleza, o Grupo de União e Consciência Negra do Ceará, para discutir várias questões de interesse do Grupo, especialmente as que se seguem:

- . Avaliação do Grupo no ano de 1986;
- . Campanha da Fraternidade de 1988;
- . Elaboração do Calendário de 1987;
- . Articulação e visitas aos bairros de Fortaleza;
- . Levantamento das comunidades negras do Ceará.

Foi lembrada a **Semana do Índio**, de 19 a 23 de abril, em que nós, negros, nos solidarizamos e nos irmanamos com os índios, na busca de seu direito à identidade, enquanto povo e na luta pela posse da terra e pela intocabilidade de suas reservas naturais.

No decorrer da avaliação das atividades do grupo, percebeu-se várias falhas na caminhada dificuldades em levar adiante o trabalho do grupo, omissões diversas e pouca atuação da coordenação. Constatou-se a necessidade de maior



continuidade e compromisso no trabalho.

A união precisa ser fortalecida para poder irradiar o grupo e a caminhada.

MOMENTO DE CONSTRUÇÃO

Os participantes, divididos em 4 grupos, refletiram sobre os objetivos gerais do Grupo e as metas a serem atingidas ainda neste ano e procuraram a melhor forma de se organizarem concretamente para colocar em prática essas metas.

Várias propostas foram levantadas, como por exemplo, a elaboração de documentos para a Campanha da Fraternidade / 88. Pensou-se também em recolher depoimentos de negros no Ceará, assim como fazer um levantamento estatístico da realidade dos negros no Ceará e no Brasil.

Os grupos sugeriram a formação de equipes de estudo, principalmente para aprofundar a história das raízes negras e o conhecimento de cânticos e outras manifestações culturais da raça. Foi proposta a criação de uma equipe de articulação social e a divulgação do Grupo nos municípios. Saiu também a proposta de se criar um jornal para divulgação da luta e busca de meios diversos para divulgar nossos valores culturais.

Para tornar possível a realização desses objetivos, viu-se a necessidade de se dar passos concretos, tais como: garantir a presença negra nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e em outros movimentos populares; manter "sejô da realidade" de negros; visitar as famílias.

Os participantes, que, em cima da realidade, é grande a necessidade e desenvolver meios para que o conhecimento se faça.

Uma das importantes do Encontro, foi a formação de equipes de visitas, com a articulação, de com o fim a tarefa de editar e fornecer subsídios e assim com os meios de divulgação todos, para que se faça a formação dos militantes, sua, foi formada ainda a de artes.

Os compromissos, lembramos que o negro ressurado, em qualquer equipes, é fundamental. Grupo passa se enriquecer, ahar firme.

Eles sabem que serão realizadas, sem domingo de cada mês. São José, na Av. Ingo de Fortaleza, de 11 a 12. Participe!

Dona Mazé: 70 anos de negritude



Participante ativa dos movimentos da Paróquia do Jardim Iracema e Pe. Andrade, coordenadora do Grupo de Evangelização, membro do Conselho Pastoral, vice-presidente do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Padre Andrade, ministra da Eucaristia e militante do Grupo de União e Consciência Negra.

Para nós, negros, esse evento foi uma vitória para a nossa raça, no Ceará, pois agrupamos nessa noite festiva inúmeros negros, ami-

Rosa Negra do Sul

Quem era Rosa:

Rosa Lena Duarte nasceu há 45 anos em Caruaru do Sul, local para onde foi levada a primeira leva de região. Filha de João Pedro Duarte Lima e Conceição. Rosa era casada há 26 anos com Saulo Sacramento. Filhos: Daízi, Rilson, Saula, Genildo, João Carlos, Pe. O último, Davi de 3 anos, cor branca. Rosa encostou a porta de sua casa, recolheu-o, adotou-o e criou-o seu filho verdadeiro.

Rosa tinha uma participação ativa em sua comunidade. Bairro de Terras Altas, Comunidade Nossa Senhora. Trabalhava na pastoral da saúde, na pastoral operária da APED - Associação das Empregadas. Como se vê, Rosa era uma mulher inteiramente do comunitário, cheia de vida e de interesse pela comunidade. Uma vida de compromisso e uma morte nem por isso. procurava aprofundar ainda mais esse compromisso. Rosa reconhecida homenagem a 1

FONTE: Jornal Consciência Negra - mai-junho - 1986

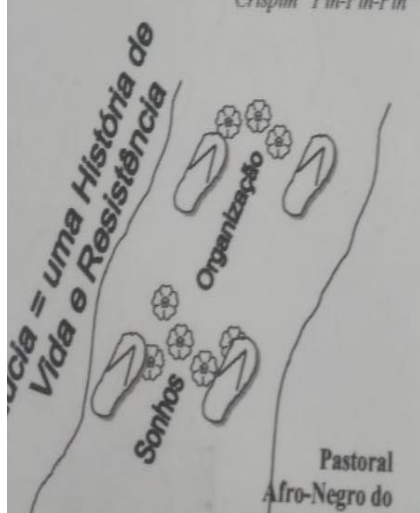
FOTO 21 - Informativo NO BUM - _ da Associação Iracema Iracema

Informativo da Associação Cultural e Educacional Afro Brasileira Maracatu Nação Iracema.
Fortaleza - Ceará

RACISMO – FORMA DE SOCIEDADE QUE NÃO QUEREMOS...LUTAMOS PELA IGUALDADE.

O Brasil é um dos maiores países racistas. Ao longo destes últimos quinze anos por não ter um governo digno, de vontade que privilegie o social, a pobreza se agravou, atingindo fortemente a população negra. Então, o povo acha que o negro por ser negro e pobre não tem direitos e não tem um lugar digno na sociedade. O negro é discriminado por não ter um "cabelo bom", por não ser bonito, e por não ser ativo. É isso que eles pensam e dizem. Está errado. O negro merece seu lugar na sociedade por ser, em primeiro lugar um ser humano, por ter um cabelo ótimo – que eu acho muito bonito - e por ser ativo. E o que eu mais admiro nos negros são os olhos. Então, quem tiver preconceito, olhe "prá si mesmo"...

Crispim "Pin-Pin-Pin"



UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA...

Era uma vez uma negrinha que morava em uma periferia, e que tinha de riqueza apenas a sua família... Sua mãe muito preocupada com ela e seus irmãos sempre exortava que eles se dedicassem ao estudo, para garantir seu futuro.

Sua mãe explicava isso muitas e muitas vezes para, assim, eles entenderem sua exortação mostrando que se pobre não tem vez neste mundo, imaginem quando se é pobre e negro. Deixemos de melodia, pois a história não é fantasia. Ela é real. De fato, a história que aqui estou contando é verdadeira e absolutamente real. A garota negra se chama Lúcia Simão e, hoje, já não é uma garota, mas uma mulher negra, amadurecida, inteligente e sábia.

Quando ainda muito jovem, nascida, em seu coração um chamado para a vida religiosa. Decide, então, ser religiosa consagrada inteiramente e unicamente a Deus. No entanto, para a sua tristeza, ela não encontrava o apoio de quem ela mais esperava: a sua família não aceitava a sua decisão. Eles justificavam dizendo que ela não poderia ser religiosa porque era negra e as pessoas não aceitavam. Mesmo assim, Lúcia não se deixou abater. Estava resolvida e convencida de ser religiosa.

Tempos se passaram e cada dia que dormia, em sua alma só crescia o desejo de dedicar-se a Deus. Ela repetia essa idéia para si mesma para suportar a falta de apoio que sentia por parte de amigos e vizinhos e - sua maior tristeza - por parte da sua própria família. E para seu consolo, felicidade e alegria, religiosas francesas chegaram na sua comunidade.

Logo as religiosas começaram a visitar várias vezes a família de Lúcia, pois apesar da falta de apoio que sua família tinha com sua vocação, eles eram muito religiosos, envolvidos com a Igreja local. Em outras palavras, a família era muito católica.

Lúcia assume perante a família a sua vocação. A reação não podia ser outra: sua mãe sempre insistia que ela esquecesse esta história de ser religiosa; seu pai disse-lhe que para ela ir para o convento, ele não...

FONTE: ntormativo NO BUM - _ da Associação Iracema Iracema

FOTO 22 - Jornal O POVO



FONTE: Jornal O POVO

FOTO 23 - Mesa de Movimento Negro decorada para 25 de março de 2025.



FONTE: arquivo do autor

FOTO 24 - Jornal DN Infantil 17/06/2001.



FONTE: Jornal DN Infantil 17/06/2001.

FOTO 25 - Jornal DN Infantil 17/06/2001.



FONTE: arquivo do autor - Jornal DN Infantil 17/06/2001.

FOTO 26 -Encontro na Semana da Consciência Negra. Em Fortaleza- Ceará



FONTE: Arquivo do autor

FOTO 27 -Jornal O ESTADO 25/11/2001



FONTE: Jornal O ESTADO 25/11/2001

FOTO 28- Jornal O Povo - 03/12/2000

MARCOS CAMPOS

Salário dos negros é me

O racismo é tão forte que muitos dos próprios negros não se consideram negros. A tese, lembrada pelo professor William Augusto Pereira, integrante de movimentos de consciência negra, revela um quadro social que resulta, inevitavelmente, em dificuldades para os negros no mercado de trabalho. Essas dificuldades têm nome: discriminação. No Brasil, eles começam a trabalhar mais cedo, têm uma carga horária maior e recebem R\$ 344,00, em média, contra R\$ 734,00 do branco. "Isso derruba o mito da democracia racial no País", afirma Pereira, professor de história de rede pública estadual. No ano passado, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) publicou um trabalho que apresentava um mapa da população negra no mercado de trabalho brasileiro. O estudo foi encomendado pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir), entidade presidida por Vicente Paulo da Silva. Segundo esse mapa, apenas 44% dos brasileiros se declaram negros, quando se sabe que se constituem a maioria. Além disso, revela a pesquisa, dos 20% mais pobres do País, quase 70% são negros. Entre os 10% mais ricos, apenas 16,3% são negros. De acordo com a pesquisa, a democracia racial só é encontrada entre negros e brancos com baixa escolaridade e qualificação: os salários são praticamente iguais. No verso do mercado de trabalho, o quadro não poderia ser diferente. Segundo um estudo dos economistas Marcelo Neri e Alexandre Pinto, publicado pelo Ipea, apenas 22% dos empregadores são negros ou pardos, contra 76% dos brancos. O resultado contrasta com os dados oficiais sobre a distribuição racial dos ocupados do País: entre os 65 milhões de brasileiros que trabalham, cerca de 29 milhões (43%) são negros e 36 milhões (55%), brancos.

"Num cenário de equilíbrio, a participação dos negros entre os empregadores deveria ser semelhante à inserção no mercado de trabalho total. Contudo, em vez de 44%, eles são 22% dos patrões. Concluímos que eles levaram cem anos para chegar ao meio

William Augusto Pereira: na recepção de eventos

MARCELO NERI (68%). O dado, vindo de uma amostragem de esportivas. Ele é corredor de meia maratona e, segundo busca pela transformação social, no quesito preconceito, levou-o a integrar associações de

centro. Isso es Por ex dá a di

FONTE: Jornal O Povo - 03/12/2000

FORTALEZA

7

CIDADANIA

Movimento negro luta para recuperar tradições

O movimento negro realizou ontem à noite a 14ª Missa Afro, no bairro Jardim Iracema. Além de comemorar o reconhecimento pelo governo federal de que Conceição dos Caetanos foi um quilombo, a comunidade lembrou os 11 anos de morte de padre José Santana

MARCOS CAMPOS

A comunidade negra Conceição dos Caetanos, no município de **Tururu** (a 114 quilômetros de Fortaleza), será Patrimônio Nacional. O governo federal reconheceu o lugar como quilombo e determinou a demarcação da área, segundo William Augusto Pereira, historiador, teólogo e militante da resistência da cultura negra no Estado. Esse reconhecimento, diz, resulta de pesquisa da Fundação Palmares e do Grupo Abógun Bólu, que significa "anfitrião de grandes festas" e é o principal movimento negro no Ceará.

Para William, a decisão do Governo é uma prova de que a história local precisa ser recontada. Até pouco tempo, os historiadores negaram a existência de quilombos no Ceará. "Mas tivemos mais de seis quilombos", garante. Alguns ainda preservam as características de sua criação. É o caso de Conceição dos Caetanos e Catolé dos Pereiras, em Aquiraz, onde as tradições foram mantidas.

Em Conceição dos Caetanos, por exemplo, a comunidade ainda fala um dialeto pouco conhecido. "Eles permanecem praticamente isolados", diz Pereira. Mas nos últimos dez anos, os quilom-



William Augusto Pereira: Decisão governamental impõe que história do negro no Ceará seja recontada

bos começaram a sofrer o processo de inculturação. Os negros estão casando com brancos, o que as tradições proibiam até o fim dos anos 80.

O Grupo Abógun Bólu cita ainda como sendo quilombos as comunidades Água Preta, próximo a Uruburetama; Ererê, em

Iracema; Catolé dos Pereira e Cinzenta, em Aquiraz; e Catolé dos Rocha, em Quixeramobim. O movimento assegura, ainda, que são "inúmeras as comunidades negras no Estado". Desde 1756 tem-se registro de negros trabalhadores executando serviços na mineração na terra de São

José dos Cariris Novos, hoje Missão Velha.

William critica os historiadores que afirmam não haver comunidades negras no Ceará. Ele assegura que mais de 40 municípios cearenses e a maioria dos bairros e favelas de Fortaleza registram a presença negra.

FOTO 30 - Zumbi, simplesmente um herói.

Zumbi

simplesmente um herói



269

Augusto

Nos quatro cantos do Brasil soa no ar: Zumbi foi homossexual ou vulgarmente chamado de "bicha". É o grande responsável por essa divulgação foi Luis Mott. Um até então desconhecido homossexual brasileiro.

Se Zumbi foi homossexual não se tem historicamente documentos escritos que comprovem tal característica física do grande líder de Palmares. Nenhum historiador, nem sociólogos ou mesmo quase três séculos transfigurou a figura do guerreiro Zumbi como homossexual; por isso torna-se impossível encará-lo como tal. Nem mesmo Padre Melo que o criou desde a infância, até a adolescência. Podemos, sim, afirmar que Zumbi era um jovem diferente dos demais negros da época, diferente no sentido de ter podido, através das circunstâncias, estudar, enxergar dois diferentes mundos dentro de um só Brasil. O mundo da cana-de-açúcar, dos senhores e escravizados e o mundo socialista pelo qual ele sempre lutou e implantou nas comunidades palmarinas, mas Zumbi não deixou de ser escravizado; Padre Melo o utilizava como ajudante, coroinha, sacristão. E para ser sacristão por esses tempos tinha, o candidato, de ter conhecimento mínimo de filosofia e teologia, pois as missas eram celebradas em latim. E necessitava-se conhecer todos os paramentos e rituais e suas utilidades. Zumbi por certo conheceu. Estudou filosofia, latim e pelas suas táticas de guerrilha, pelas maneiras como organizou todo o quilombo, pela

escravizados não receberam, o sentido da vida. Zumbi coordenou sua vida desde os primeiros minutos do dia, o que chamamos nos seminários de "minuto heróico", ao acordar, até a rezar um tempo toda noite ao deitar-se. Zumbi foi até a adolescência, na verdade o que hoje denominamos de seminarista. Aqueles que buscam através do seminário estudar e tornar-se padre, só que no caso de Zumbi denota-se, em outros moldes. Ele permaneceu escravizado e por conseguinte sem liberdade. Afinal era negro. E estava no poder de Padre Melo para servir como escravo. Ele era uma peça a mais no cenário.

Contudo nas declarações de Mott, que analisados no contexto histórico atual é oportunista. Não tem validade histórica, contribui apenas para especulação vazia. Porém, notamos um ângulo de visão positivo, pois Mott se apodera do perfil brasileiro onde a cultura do povo é basicamente machista e que o governo não valoriza os líderes populares com o somatório de sermos o único país do mundo que trata o problema racial sutilmente, mascarando por conseguinte uma realidade latente e massacrando a grande massa popular, e em época das comemorações de 300 anos de morte do grande líder dos Palmares.

Deu no que deu. O povo começou a falar de Zumbi. Falava sem saber o que falar. Pois não lhes foi repassado a contribuição de Palmares para a história do Brasil. Palmares é visto e lido nos livros como um

Para o movimento negro tal atitude não altera a ótica da história até então disseminada. A responsabilidade de Zumbi dos Palmares, do grande revolucionário não mudaria seu perfil de mártir.

O que se coloca no debate é o terceiro comentário sério de como aquele povo se organizou em tempos de difícil interação, comunicação e conseguiu transpor gerações.

Temos a concepção de quilombos como pequenos grupos de negros mas quilombo era "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles" segundo resposta do rei de Portugal a consulta do Conselho Ultramarino datada de 2 de dezembro de 1740. De acordo com essa definição da metrópole, o Brasil se converteu, praticamente em um conjunto de quilombos, uns menores, outros maiores, mas todos significativos para a compreensão da nossa história social. (Clóvis Moura em: "os quilombos e a rebelião negra. pp. 16).

A população de Palmares crescia rapidamente por uma série de circunstâncias favoráveis, como por exemplo o isolamento maior, melhor fertilidade do solo, possibilidade de recrutar novos membros para o grupo entre a população escravizada. Palmares chegou a ter 20 mil habitantes e uma eficiente força militar para defender-se dos ataques dos escravos que tentaram destruí-lo. Os negros fugiam, reuniam-se

viam freqüentemente de local. Esse era a base dos quilombos: a fuga, da escravidão e a tentativa de estabelecer uma comunidade negra no meio do mato, autônoma e livre". (Júlio J. Chaves - o negro no Brasil. pp. 57).

Palmares era uma confederação de quilombos, sendo os principais os seguintes, de acordo com documentos da época de que se serviu Edison Carneiro e do qual nos aproveitaremos: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o mocambo do Zumbi; a cinco léguas mais ao norte localizava-se o de Acotirene; a leste destes dois mocambos chamados das Taboas; quatorze léguas a noroeste destes dois localizava-se o de Dambrangi; ao norte deste a "cerca de Subupira", onde se localiza o quartel-general da república; seis léguas mais ao norte, a "cerca real" do macaco, capital da república; cinco léguas a oeste o mocambo de Oengas; a seis léguas de Sirinhatem, para noroeste, localizava-se a "arca" do Amaro; a vinte e cinco léguas de Alagoas ficava o de Andalaquitche, irmão de Zumbi; a vinte e cinco léguas a noroeste de Porto Calvo ficava o quilombo de Alaquatune, mãe de Zumbi, além de muitos outros menores.

Desses quilombos o mais importante era a cerca Real de Macaco, situado onde atualmente localiza-se a cidade de União dos Palmares, no Estado de Alagoas. (Clóvis Moura. Os quilombos e a Rebelião Negra pp. 37).

O que podemos refletir era que Zumbi liderou com convic-

ção para a discussão sobre as tarefas políticas do contexto negro, uma sociedade hierarquizada social e racialmente onde uma minoria detém o poder político, econômico, cultural e histórico. Uma sociedade assentada sobre uma sutil, mas violenta discriminação racial.

Zumbi queria uma libertação, não uma libertação onde se resume somente na passagem do poder político e do (dinheiro) poder econômico das mãos dos opressores para os oprimidos. Quería ele de fato um homem novo, uma sociedade nova.

Não queria ele repetir a história que parece ensinar: "os negros oprimidos, hoje opressores".

A sociedade que queremos a qual Zumbi dos Palmares tentava, é uma sociedade nova de fato. Por isso resumos lutamos.

FOTO 30 - JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ

FOTO 31- Acorda negro



William Augusto Pereira *

Acorda negro!
Ergue-te!
Levanta a cabeça e caminha.
Não esmorece.
Luta.

A
e

No mo
 Quilombo
 também h
 todo o set
 no desem
 Augusto
 história e
 com o fim
 diz o tec
 resistem a
 dialeto. En
 da página
 afirma
 segun
 conhecian
 de cavalos
 para seus

Com a vinda
 VI para o Brasil
 de 25 de novem
 permitiu o aces
 fundiária a estr
 servada apenas a
 lônia ou do Rei
 Os imigrante
 taram das vantag
 reino. Em 1811
 Nova Friburgo,
 Rio de Janeiro
 suícos. Os alem

FONTE: JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ

FOTO 32- poesia acorda

William Augusto Pereira *

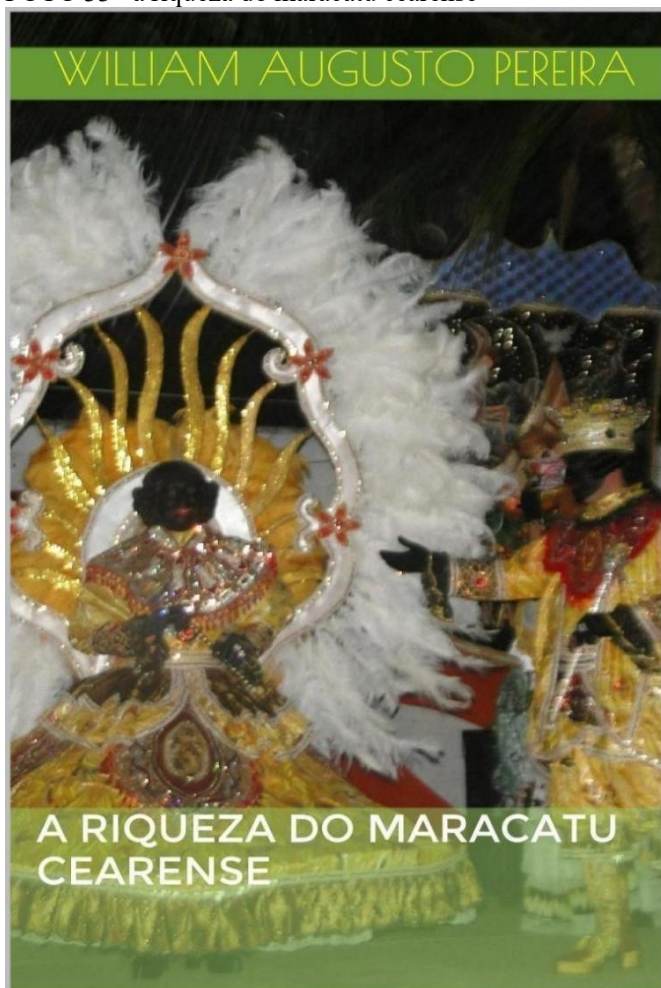
Acorda negro!
 Ergue-te!
 Levanta a cabeça e caminha.
 Não esmorece.
 Luta.
 Teu povo te espera
 confiante.
 Não te acovarda.
 Luta.
 Acorda negro!
 Assume a tua negritude.
 Destrói essa máscara
 que cobre o teu rosto.
 Mostra-o a todos.
 Deixa que a brisa
 deslize nesta face crua,
 nua, verdadeira, Real.
 Acorda negro!
 É hora de lutar.
 Desfaz esse disfarce
 de branco.
 Essa fantasia
 que te corrói,
 que destrói tua identidade,
 que te marginaliza.
 Assume a tua negritude.
 És um negro.
 Assume essa realidade,
 E verá felicidade
 rodear teu corpo límpido.
 Sentir-te-ás um ser
 completo.
 Um homem, enfim.

* É teólogo, educador, professor e escritor. É
 assistente de direção do CFP Waldyr Diogo
 de Siqueira - Senai. Representante do Fórum
 Estadual de Entidades Negras do Ceará.

de 25 de
 permitiu
 fundiári
 servada
 lônia ot
 Os in
 taram d
 reino. I
 Nova F
 Rio de
 suíços.
 primeir
 meçand
 quando
 São Le
 Sul, for
 223.00
 chegara
 1.485.0
 como p
 do Café
 corrent
 sa com
 espanhe
 procura
 tado de
 Outr
 graram
 com 11
 aca cor
 35.000
 Todas e
 preferê
 privileg
 de.
 É in
 princip
 grações
 ou pos
 priedad
 viviam
 mo, so
 pedaço
 relatos
 tantem
 à possi
 exerceu
 popula
 perism
 pela in
 mantic
 em pre
 pedaço
 pertenc
 O p
 tiniano
 ternativ
 estrang
 munha
 neiro, e
 privilég
 família
 estabel

FOTO 32- JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ

FOTO 33 - a riqueza do maracatu cearense



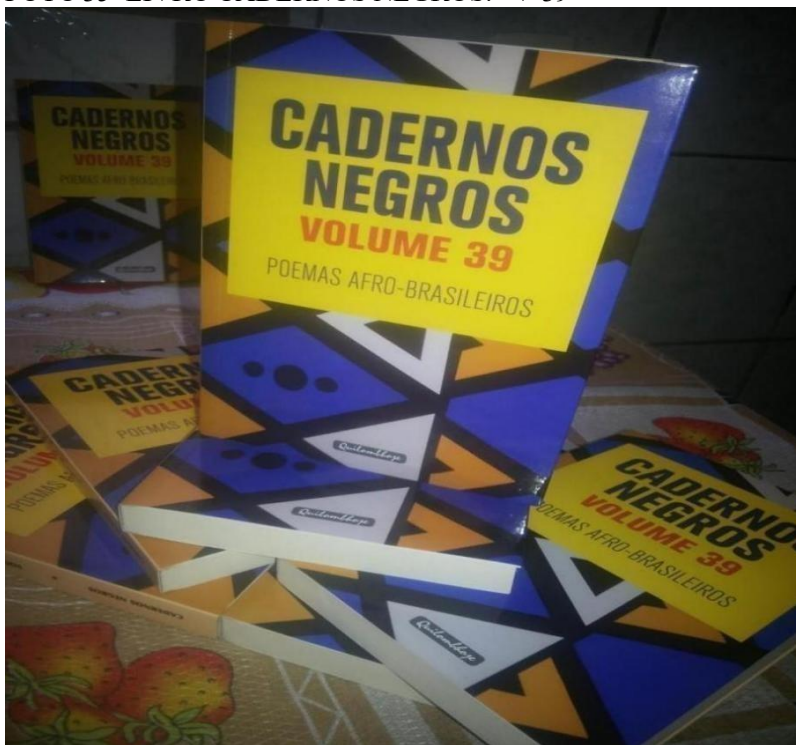
FONTE: Amazon.com.br - 2015

FOTO 34- William Augusto - VIII artefatos da Cultura Negra - URCA - Crato - Ceará De 26 à 30/09/2017.



FONTE: William Augusto - VIII artefatos da Cultura Negra - URCA - Crato - Ceará.

FOTO 35- LIVRO CADERNOS NEGROS. - V-39



FONTE: CADERNOS NEGROS. - V-39

FOTO 36 - Sr. Francisco Pedro Simão e Dona Maria José de Jesus Simão - Pais de Lúcia Simão



FONTE: Arquivo do autor

FOTO 37 - A sutil discriminação



FONTE: -Jornal O POVO - Segundo Caderno -03/07/1985



de 1999

INFANTIL

Meu pai não é amigo da onça

Lili conheceu seus amigos para festejar juntos o dia dos pais, pois todos moravam próximos e eram bons vizinhos. Tameco concordou e ficou responsável por convidar Itico, Titiano, Tati, Tereza, Laurita e Cacá. Reuniram-se na quadra de música onde Cacá estuda.

- E aí pessoal, o que faremos? Tameco a pergunta.

- Ora, vamos fazer uma festa bem bonita, afinal de contas de quem são os pais? Adiantou-se Tameco, entusiasmado.

- Eu sei Tereza, mas não foi isso que perguntei. O que eu quero saber é como vamos organizar essa festa.

- Com bolos, salgadinhos, sorvetes e muita pipoca.

- Vamos, vamos por parte. Interrompe Laurita.

- Antes dos doces e bebidas preciso se ter uma acalhuada. Vocês não acham? Perguntou Laurita.

- É claro. Disse Itico.

- E obvio. Falou Titiano.

- Então, quem gostaria de fazer essa acalhuada? Interrompe Laurita novamente.

- Silêncio.

- Vamos, pessoal, insistiu ela.

- O Itico fará a acalhuada. Falou umas palavras bem bonitas e depois cada um de nós entregará os presentes aos nossos pais. Lili lançou a frente e apontou para Itico.

Itico tentou reagir, mas não teve jeito. Foi ele mesmo. Era o mais preparado do grupo. Os demais ficaram incumbidos de ornamentar o local da festança.

Enfim chegou o tão esperado dia. Era uma manhã resplandecente. O Sol apareceu iluminando o belo jardim do colégio. As flores desabrocharam com um toque de magia. O mundo parecia florido. As borboletas passeavam entre as flores e dançavam a

prelúdio de uma brisa fria e perfumada. Era realmente um dia diferente dos demais. O céu brilhava mudando a tonalidade do azul celestrial a um azul dourado. Até a Lua apareceu de mansinho sem nos avisar. Ela parecia vir homenagear aquele dia. Não iluminava como fazia nas noites, e nem precisava, embelezava aquela manhã pela sua ternura.

Tameco acordou cedo e tratou de acordar os demais da vila para virem organizar tudo. Afinal de contas era o dia dos pais.

Tudo foi feito como o combinado. Muitas flores, sobre um jarro na mesa, uma cadeira para cada pai assistir o espetáculo e muita comida, com bolos, guaraná e pipoca.

Itico iniciou dizendo: - Papais, vocês são pedras fundamentais na construção da família. E como um pilar na estrutura de uma construção. Todo filho necessita de seu pai. Daquele pai que escuta, que

família. Um pai é um rei. Deve ser um grande rei e comandar e dar exemplo a sua família, a sua comunidade, ao seu mundo. Um pai nunca deve ser amigo da onça. Entregando-se a bebedeira, relaxando nas tarefas de educador familiar; acovardando-se ao decidir o futuro da família, omitindo o seu papel de pai. Um filho só cresce forte, feliz e educado se tiver um pai capaz de transmitir esse escudo de poder e paz. Um pai é um perfume que exala para tornar os filhos pessoas de bons corações, cidadãos no mundo.

Por isso vamos agradecer aos nossos pais. Que Deus abençoe a todos os pais da terra, inclusive o meu. Frisou Itico. E saiu cheio de vida nos braços do seu pai, quando todos o aplaudia.

Depois entregaram os presentes e foi uma festa muito bonita.

E vocês, o que prepararam para aquele belo dia?





FOTO 40 - história infantil de William. FONTE:- Jornal Diário do Nordeste - 26 de março de 1995

FOTO 41 - História de um povo

Diário do Nordeste - Fortaleza, Ceará - Domingo, 28 de maio de 1995 • 60

História de um povo

Um certo dia Taninho passou por um vexame. Na escolinha do bairro onde estuda sua professora, resolveu fazer um pequeno teatro para comemorar a abolição dos escravos. E assim contar a turma como tudo se passou. Taninho era um menino inteligente e logo quis tomar parte da peça teatral. Tia! Não esqueça de incluir-me também! Tá?

Não se preocupe Taninho. Você está envolvido. Obai! Obai! - saltitando de alegria - Taninho ao encontro dos colegas.

Não disse que você participaria?

Óis bem, pessoal! continuou a professora. Gilberlândia será a princesa da casa grande. Marcelo, o forte cavaleiro que luta contra a escravidão. Assim como lutou Dragão do Mar, João Pereira e tantos outros. Eu, tia, que serei? - curioso pergunta Taninho.

Ólvia, Taninho, calma. Tu serás o escravidão filho da mucama, e de leite. Ficarás no canto a indagar...

Ólvia coisa nenhuma! - interrompe Taninho impaciente. Não ser, sim, um negro forte, dor. Um quilombo. Dessa fundou um lindo quilombo. João João Mulungun, herói de Sergipe. Foi assim que avô foi, e que meu pai é. Avô e o avô do meu avô negros nascidos na Guiné, nunca escravos. Eles lutaram, e quilombos. Assim é meu lutador. E quero ser

como eles.

- Mas Taninho, tencionas mudar a história?

- Não, tia. eu quero apenas que a senhora conte a história de verdade, como ela aconteceu. Ou a senhora não sabe?

- E o que você sabe, Taninho? - interroga a professora cortando a conversa.

- O que sei é o que meu pai me disse e que o avô dele contou a ele.

De que o povo veio da África para o Brasil era um povo forte, bonito e estudioso. Foram trazidos a ferro para cá. As famílias negras foram divididas para evitar união entre eles. Muitos negros morreram, foi uma destruição à África, contudo o povo sofrendo se organizou e lutou pela sua liberdade.

- Já vi que você conhece um pouco de sua cultura, Taninho.

- Sou macuas!

- Macuas?! Que vem a ser isso Taninho?

- E um povo africano inteligente e falador. Afluiram para cá diversas nações africanas. Proviram cultura bantos, sudaneses, nilóticos, tsonga e changonês. cultura sudaneses representada pelos povos iorubanos da atual Nigéria, nagô, ijexá, eubá e até negros maometanos. A tia sabe disso?

- Muito pouco, Taninho, mas você me fez entender o quanto devemos aprender. Agora compreendo porque o Brasil é tão rico culturalmente. E alegre com suas músicas e grupos que só nesta terra se tem.

Então pessoal, é momento de ver diferente a abolição dos escravos. Nossa peça de teatro versará como enredo principal a organização do povo negro. E daí surgiu no espetáculo a capoeira, o maculelê, com sons de Olodum, Timbalada, Ara Ketu e

batuque, misturados com ritmos afro-cearenses. O pessoal se empolgou. Foi uma aula rica, alegre e descontraída. Neste ano comemoramos 300 anos de Zumbi - Participem!

William Augusto Pereira.

FONTE: Diário do Nordeste 28 de maio de 1995

FOTO 42 - história o menino dos olhos redondo



FONTE: Diário do Nordeste - 11 de setembro de 1994

Infantil

Diário do Nordeste - Fortaleza, Ceará - Domingo, 11 de dezembro de 1994 - 23

Não se sabe o certo como tudo começou. A única certeza era que o céu dava sensação de mudança. O vento forte e frio daquela madrugada parecia avisar alguma coisa.

A grama estava sem destino. Tudo foi rápido. O sol não havia aparecido. Poucas estrelas ainda se via no lindo céu.

Palmares não dormia. Tinha a qualquer momento uma surpresa.

O galo acordou as crianças que ainda dormiam.

- Cl-cl-cl-cl... Cl-cl-cl-cl

O galo era solto no pântano.

Um grito do alto se escutou.

- "Henriques! Henriques! Fugam todos. Abandonem as casas!"

Um bando de aventureiros atacou Palmares. Eles chegaram atirando e saqueando tudo. O céu de Palmares é coberto de fogo e fumaça. Eles matam sem dó. Muitos negros morrem assassinados. Não tem ninguém por todos os lados. As casas são queimadas.

- Pega esse lá! Flecha, ele! Não o deixa escapar! - grita um dos soldados portugueses.

Uma cabana é incendiada. Deverá ser queimada. O fogo brilha na noite do assassinio. Ele observa no canto um negrinho recém-nascido. O moleque estava deitado em uma rede de cordão. A mãe dele havia saído para preparar o mingau, ele não conseguiu retornar para cuidar o garotinho.

A ordem era matar a todos. Não importa a quem. Basta ser negro e residir em Palmares. O soldado ao executar a tarefa é flagrado com um sorriso no rosto do bebê morto.

- É negrinho! Ele vai te levar! E pega por um pé o negrinho. O garotinho não se assusta. Por incrível que

parece, parece ele gostou da decisão. Seu rosto resplandecia de alegria.

Após retornar a cidade os assassinos deram o garotinho ao Padre Melo, vigário de Porto Calvo. Era no ano de 1655. Padre Melo o batizou e o criou. Ele recebeu o nome de Francisco.

Francisco aprendeu a ler e a escrever. Ajudou Padre Melo nas missas como sacristão. Falava muito bem o português e provavelmente o latim. Estudou filosofia. Era um contador.

Francisco sabia que havia nascido no Quilombo dos Palmares. Ouvia as histórias de sua terra e de sua gente. Sabia que no Quilombo seus pais viviam em liberdade. Palmares era uma espécie de Estado negro, africano, dentro do Brasil. Ele sabia disso. Ele era consciente de que Palmares fora destruído pelos brancos, mas os negros fugiam cada vez mais e o reconstruíam.

As terras eram enormes. Estendiam desde Pernambuco até Alagoas. Eram terras ricas. Tinha muitas palmeiras. Todos trabalhavam em grupo. A terra era de todos, cultivavam banana, milho, melancia, manga, mandioca, arroz, feijão, urucum-de-ajacá. Fabricavam rapadura e cachaça.

Portugal queria destruir o Quilombo dos Palmares porque o sistema econômico era forte. Pois todos viviam de panfina. A terra era da comunidade. E não de um só grupo fechado ou de uma só pessoa. Palmares crescia rapidamente e aterrorizava os portugueses. Vinte e cinco expedições tentaram destruí-lo. Fracassaram.

Francisco sentia-se atraído pelo Quilombo dos Palmares. Pela vida livre. Ele não queria ser um simples sacristão sem valor.

aos quinze anos Francisco foge de Porto Calvo. Vai para Palmares. Lá



ele muda de nome. Agora é Zumbi. Era um homem livre. Tinha uma identidade. Estava com seu povo.

Quando viveu no mundo dos brancos era apenas um escravo.

E foi aquele negrinho raptado naquela madrugada fria de 1655 que mais tarde se torna o Rei de Palmares, comandando toda sua comunidade. Ele era um líder. Tinha esse carisma.

E ainda hoje ele mora no coração de todo povo brasileiro.

"Hei, hei zumbi, zumbi jongo meu Rei
Você não morreu
Você está em mim
Hei, Zumbi!"

20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra.

William Augusto Pereira
